



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**POR UMA GERONTOGEOGRAFIA: CONHECENDO O VELHO PARA
TRABALHAR O NOVO: UMA ESTRATÉGIA DE COMO INSERIR A PESSOA
IDOSA COMO SUJEITO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA EM SALA DE AULA – E.
E. T. I MARCANTONIO VILAÇA II – 2º CPM**

Lilian Francisca da Silva Oliveira Schüler

Manaus – Am

2025

Lilian Francisca da Silva Oliveira Schöler

**CONHECENDO O VELHO PARA TRABALHAR O NOVO: UMA ESTRATÉGIA DE
COMO INSERIR A PESSOA IDOSA COMO O SUJEITO DE ESTUDO DA
GEOGRAFIA EM SALA DE AULA - E. E. T. I MARCANTONIO VILAÇA II – 2º
CMPM**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEOG/UFAM, como requisito final para obtenção de título de Mestrado. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo

Manaus – AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- S386p Schüler, Lilian Francisca da Silva Oliveira
Por uma Gerontogeografia: conhecendo o velho para trabalhar o novo: uma estratégia de como inserir a Pessoa Idosa como sujeito de estudo da Geografia em sala de aula - E.E.T.I. Marcantonio Vilaça II - 2º CPM / Lilian Francisca da Silva Oliveira Schüler. - 2025.
187 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Nelcionei José de Souza Araújo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2025.
1. Geografia do Envelhecimento. 2. Pessoa Idosa. 3. Educação. 4. Inovação. I. Araújo, Nelcionei José de Souza. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título
-

Lilian Francisca da Silva Oliveira Schöler

**POR UMA GERONTOGEOGRAFIA: CONHECENDO O VELHO PARA
TRABALHAR O NOVO: UMA ESTRATÉGIA DE COMO INSERIR A PESSOA
IDOSA COMO SUJEITO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA EM SALA DE AULA – E.
E. T. I MARCANTONIO VILAÇA II – 2º CPM**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEOG/UFAM, como requisito final para obtenção de título de Mestrado. Área de concentração: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Aprovado em: 03 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



NELCIONEY JOSE DE SOUZA ARAUJO

Data: 24/02/2026 19:37:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nelcioneý José de Souza Araújo – Presidente
Universidade Federal do Amazonas (PPGEOG -AM)

Documento assinado digitalmente



MARCOS CASTRO DE LIMA

Data: 24/02/2026 11:40:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Castro de Lima
Universidade Federal do Amazonas (PPGEOG-AM)

Documento assinado digitalmente



KENNYA MARCIA DOS SANTOS MOTA BRITO

Data: 24/02/2026 10:06:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Kenya Márcia dos Santos Mota Brito
Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUNATI-AM)

Dedico esta dissertação a Deus, à N. S. Aparecida. A minha mãe Maria José e ao meu pai Raimundo Nonato (*in memoriam*), que sempre lutaram mesmo diante de todas as adversidades da vida me apoiaram incondicionalmente para a realização dos meus sonhos.

“Levantem-se na presença dos idosos, honrem os anciãos, temam o seu Deus. Eu sou o Senhor”.

Levítico 19:32

AGRADECIMENTOS

Hoje eu escrevo meus agradecimentos com lágrimas nos olhos e a sensação de dever cumprido, alcancei um dos meus grandes objetivos e com esse sentimento que venho agradecer:

Em primeiro lugar a Deus e aos meus intercessores Nossa Senhora Aparecida e São Francisco de Assis, que rogaram por mim e me permitiram chegar até aqui.

Ao meu Pai (que não está mais entre nós no físico, mas o sinto todos os dias da minha vida em minha alma) que faz parte dessa conquista. Sempre foi uma fonte de inspiração na minha vida, me ensinou valores que carrego comigo, me ensinou a importância da determinação. Este momento também é seu. Sei que estaria orgulhoso de mim, e que sua alegria seria tão grande quanto a minha. A saudade é imensa, mas ela se transforma em força, porque carrego comigo tudo aquilo que aprendi com você, inclusive nunca desistir. Este título também faz parte do seu legado aqui na terra, ao pai maravilhoso que você foi e a tudo que me ensinou. Obrigada por ser meu exemplo, sei que agora está vibrando aí de cima.

A minha mãe, que sem ela nada disso seria possível. Agradeço por cada conselho, por cada abraço nos momentos difíceis e por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava que um dia tudo isso se tornaria realidade. Você me ensinou o valor da dedicação, da honestidade e do amor incondicional. Foi o meu porto seguro em cada etapa dessa jornada, foi minha guerreira ao ter que cuidar de mim depois da morte do papai, desempenhou seu papel com maestria e sem deixar se abater. Essa conquista não é só minha, é nossa. É fruto do apoio, dos sacrifícios e do exemplo que você sempre me deu. Obrigada por me guiar com tanto amor e sabedoria. Amo você e levo comigo esse exemplo de mãe e tudo o que aprendi com você. Obrigada por ser minha maior incentivadora! Obrigada por sempre ter segurado a minha mão! Obrigada por nunca ter desistido de mim! Obrigada por ter cuidado da minha filha em todos esses momentos, como todo amor de vó. Eu te amo!!

As minhas irmãs Nivea e Livia, que eu não poderia deixar de reconhecer pessoas tão especiais que fizeram parte dessa caminhada, que foram de extrema importância na minha vida, que sempre foram minha base, meu apoio e meu refúgio e meus grandes exemplos de mulheres determinadas. Cada palavra de incentivo,

cada gesto de carinho e cada momento que compartilhamos me deram a força necessária para seguir em frente. Vocês acreditaram em mim quando eu mais precisava e estiveram ao meu lado em cada desafio, me mostrando que a família é o maior alicerce que podemos ter. Vocês foram um pouquinho minhas mães também e sou muito agradecida por isso.

Ao meu sobrinho José Henrique, que com sua energia e alegria iluminou muitos dias difíceis, você nem imagina o quanto sua presença me trouxe leveza e motivação. Cada sorriso seu foi um lembrete do quanto vale a pena lutar por nossos sonhos. Eu amo você como um filho e você me deu forças para continuar. Você chegou em minha vida no momento certo e me trouxe uma grande alegria. Titia ama você!

Ao meu marido Nataniel, meu companheiro de todas as horas, obrigada por todo o apoio e incentivo, por cada sacrifício feito para que eu pudesse perseguir este sonho. Você foi minha rocha, meu porto seguro e meu grande incentivador. Esta conquista também é sua, porque nada disso seria possível sem o seu apoio incondicional e sua parceria em todos os momentos. Você chegou na minha vida no momento exato, também preciso agradecer por cuidar de nova filha nessa caminhada, por muitas vezes ter me escutado e me acalmado. Amo você!

À minha filha Ayla, minha maior inspiração e razão de viver, obrigada por ser minha luz. Seus sorrisos, sua presença e seu amor são o combustível que me impulsionam a nunca desistir. Tudo o que faço é pensando no futuro que quero construir para nós e no exemplo que quero deixar para você. Você, mesmo sem imaginar me ajudou a chegar até aqui. Eu amo você de uma forma incondicional, que não há palavras para expressar.

E não poderia faltar o agradecimento ao meu mestre, professor Nelcione, a jornada acadêmica é, sem dúvida, repleta de desafios, mas também de encontros que transformam nossas vidas. Entre esses encontros, lhe destaco, cuja orientação, paciência e confiança foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Professor, sua dedicação à docência e sua crença no poder da educação vão além do que as palavras podem expressar. Você me acolheu em momentos em que eu duvidava de mim, estendendo uma mão amiga e acreditando na minha capacidade de superar os obstáculos. Sua orientação nos PIBIC's e em outros momentos da

minha trajetória acadêmica me mostrou que, com empenho e apoio, podemos alcançar muito mais do que imaginamos.

Mais do que um orientador, você é uma inspiração. Agradeço por enxergar em mim aquilo que, muitas vezes, não conseguia ver.

Sua confiança e incentivo foram a força que me permitiu persistir e chegar até aqui. Muito obrigada por fazer parte dessa história e por ser uma peça fundamental na realização desse sonho.

Ao meu amigo Maison dos Anjos que esteve ao meu lado nessa longa caminhada sempre me incentivando e me ajudando nas horas mais difíceis. Não tem como não lembrar do início, das horas de almoço fazendo as atividades de proficiência em Língua Inglesa, além de tudo meu corretor “oficial” da Língua Portuguesa. Obrigada, meu amigo por ter embarcado nessa aventura comigo, realizando as atividades que foram propostas ao longo desses 2 anos. Tenho certeza de que você saiu um “pouco mestre” em Geografia e Pessoa Idosa só pela quantidade de vezes que você me ouvia falar. Muito obrigada!

À CAPES pela bolsa de estudos, que possibilitou a ajuda de custo para que eu conseguisse desenvolver a minha pesquisa e hoje receber a titulação tão esperada.

RESUMO

O projeto que tem como tema “Conhecendo o Velho para trabalhar o Novo: uma estratégia de como inserir a Pessoa Idosa como sujeito de estudo da Geografia em sala de aula – E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM, tem como objetivo investigar como a Pessoa Idosa está inserida no contexto educacional, principalmente no ensino da Geografia. A pesquisa partiu da questão de que o envelhecimento é um tema pouco ou nem discutido no ambiente escolar, o que gera uma exclusão para o grupo etário. A preocupação começa a surgir, pois a população de Pessoas Idosas no Brasil vem crescendo nos últimos anos, o que já se observa em outras partes do mundo, porém no território brasileiro ainda é possível perceber a falta de Políticas Públicas e infraestrutura que abarquem o grupo. Assim é possível trazer uma análise e reflexão geográfica acerca do envelhecer, não mais como dados e números, mas como informações, pesquisas observações e críticas, além do mais investigar como essa etapa da vida é vista e sentida pelos alunos. A justificativa da pesquisa se dá na necessidade de quebrar esterótipos e preconceitos que estão associados ao envelhecimento, trazendo sugestões de inclusão de discussões a respeito da temática nas escolas. A pesquisa se utiliza da base legal da Lei 10.741/03 – Estatuto da Pessoa Idosa, que no seu Art. 22 já institui a inserção do tema em todos os níveis de ensino formal, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), trás a Proposta dos Temas Transversais, que pode ser trabalho na Cidadania e Civismo - Direitos humanos, educação para o trânsito, vida familiar e social, direitos da criança e do adolescente, e respeito ao idoso – desta forma buscou-se identificar se os professores trabalham o tema “Pessoa Idosa” em suas salas de aula, além da percepção dos alunos em relação ao envelhecer. A metodologia combina pesquisa bibliográfica e de campo, com entrevistas, questionários e realização de atividades com professores e alunos da E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM. A pesquisa se desenvolveu no ambiente escolar, pois é um espaço favorável para a troca de experiências entre as gerações, dando oportunidade para que os alunos possam compreender que o envelhecimento é um processo natural e irreversível, além da implementação de atividades voltadas para o tema. A pesquisa mostrou-se relevante pois foi possível observar a necessidade de ampliar a compreensão sobre a Geografia do Envelhecimento e a inserção da Pessoa Idosa enquanto tema no contexto escolar, trazendo uma visão mais inclusiva sobre o envelhecimento na sociedade.

Palavras-chave: Geografia do Envelhecimento, Pessoa Idosa e Educação.

ABSTRACT

The project, entitled “Understanding the Old to Work with the New: a strategy for including older people as subjects of study in geography classes – E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2nd CPM,” aims to investigate how older people are included in the educational context, particularly in geography teaching. The research started from the premise that aging is a topic that is rarely or never discussed in the school environment, which leads to the exclusion of this age group. This concern is beginning to arise because the elderly population in Brazil has been growing in recent years, as has been observed in other parts of the world. However, in Brazil, there is still a lack of public policies and infrastructure that cater to this group. Thus, it is possible to provide a geographical analysis and reflection on aging, no longer as data and numbers, but as information, research, observations, and critiques, in addition to investigating how this stage of life is viewed and felt by students. The rationale for the research lies in the need to break down stereotypes and prejudices associated with aging, suggesting that discussions on the subject be included in schools. The research uses the legal basis of Law 10.741/03 – Statute of the Elderly, which in its Article 22 already establishes the inclusion of the topic at all levels of formal education. The BNCC (National Common Core Curriculum) brings the Proposal for Cross-cutting Themes, which can be worked on in Citizenship and Civics - Human rights, traffic education, family and social life, children's and adolescents' rights, and respect for the elderly – in this way, we sought to identify whether teachers address the topic of “elderly people” in their classrooms, as well as students' perceptions of aging. The methodology combines bibliographic and field research, with interviews, questionnaires, and activities with teachers and students from E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2nd CPM. The research was conducted in the school environment, as it is a favorable space for the exchange of experiences between generations, giving students the opportunity to understand that aging is a natural and irreversible process, in addition to the implementation of activities focused on the theme. The research proved to be relevant as it was possible to observe the need to broaden understanding of the Geography of Aging and the inclusion of the Elderly Person as a theme in the school context, bringing a more inclusive view of aging in society.

Keywords: Geography of Aging, Elderly People, and Education.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAIMI	Centro de Atenção Integral a Melhor Idade
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEL	Centro de Esporte e Lazer
CEMEAPI	Centro Municipal de Escolarização do Adulto e da Pessoa Idosa
CIPDI	Centro Integrado de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
CMPM	Colégio Militar da Polícia Militar
CNI	Conselho Nacional do Idoso
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DCEB	Diretrizes Curriculares da Educação Básica
DOE	Diário Oficial do Estado
E.E.T. I	Escola Estadual de Tempo Integral
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FTD	Fundação Dr. Thomas
FUNATI	Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE	Índice de Envelhecimento
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LDB	Leis de Diretrizes e Bases

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PMAM	Polícia Militar do Amazonas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNI	Política Nacional do Idoso
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
QOPM	Quadro de Oficiais da Polícia Militar
RCA	Referencial Curricular Amazonense
SAS	Sistema Ari de Sá
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Sociais e Cidadania
SEDUC-AM	Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas
SEJUSC	Secretaria de Estado e Justiça, direitos Humanos e Cidadania
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teatro Amazonas	66
Figura 2 – As casas flutuantes, orla de Manaus	67
Figura 3 - Área urbana da cidade de Manaus dividida por zonas da cidade	68
Figura 4 – Bairro Cidade Nova, Manaus - AM	69
Figura 5 – Instituições do Bairro Cidade Nova, Manaus - AM	70
Figura 6 – Festa Junina no Centro de Convivência Padre Vignólia	71
Figura 7 – Aula de hidroginástica (SESC – Cidade Nova).....	71
Figura 8 – CEL Cidade Nova.....	72
Figura 9 – CEL Rouxinol, Cidade Nova.....	72
Figura 10 – CAIMI: Dr. André Araújo - Fisioterapia.....	73
Figura 11 – Fachada E.E.T.I - Marcantonio Vilaça II - 2º CPM.....	76
Figura 12 – Formatura diária – 2º CPM.....	77
Figura 13 – Educação para o Envelhecimento	89
Figura 14 – Temas Contemporâneos Transversais	92
Figura 15 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	95
Figura 16 – Livro: Geografia do Envelhecimento	103
Figura 17 – Roda de Conversa com os professores – 2º CPM	105
Figura 18 – Professores preenchendo o formulário/ E.E.T.I Marcantonio Vilaça II / 2º CPM	111
Figura 19 – Professores preenchendo o formulário/ E.E.T.I Marcantonio Vilaça II / 2º CPM	112
Figura 20 – Professores e suas sugestões de conteúdos	116
Figura 21 – Professores e suas sugestões de conteúdos 2	117
Figura 22 – Livro didático 2ª série E. M. Capítulo 12: Estrutura e distribuição populacional.....	122
Figura 23 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 13: Conceitos e tendências populacionais.....	123
Figura 24 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 14: As teorias demográficas	124
Figura 25 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 15: O crescimento populacional brasileiro	125
Figura 26 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 18: Os benefícios do envelhecimento ativo	126

Figura 27 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 18: Estrutura etária da população/ Estrutura ocupacional da população	127
Figura 28 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 18: O caso brasileiro	128
Figura 29 – Aula Processo de Envelhecimento – 2ª e 3ª série do Ensino Médio...	131
Figura 30 – Aula Processo de Envelhecimento – Você consegue se imaginar daqui a 50 anos?	132
Figura 31 – Aula Processo de Envelhecimento – Estatuto da Pessoa Idosa	134
Figura 32 – Alunos realizando a avaliação de Redação: 3ª série do Ensino Médio	140
Figura 33 – Atividade de Redação: 3ª série do Ensino Médio	141
Figura 34 – Atividade prática: Visão	143
Figura 35 – Atividade prática: Audição	144
Figura 36 – Atividade prática: Tato	145
Figura 37 – Atividade prática: Locomoção	146
Figura 38 – “Assistindo à aula como uma Pessoa Idosa”	147
Figura 39 – Utilização de fones e óculos escuros	148
Figura 40 – Utilização das luvas de borracha	148
Figura 41 – Oficina de Contos 1	150
Figura 42 – Oficina de Contos 2	150
Figura 43 – Atividade do Conto: Super – Heroína Minha avó (1)	151
Figura 44 – Atividade do Conto: Zilma e o Jardim dos Milagres (2)	152
Figura 45 - Atividade Receita: Chá anti-inflamatório	153
Figura 46 – Atividade Receita: Bolinho de chuva	154
Figura 47 – Carta para o “Eu do Futuro” (1)	156
Figura 48 – Carta para o “Eu do Futuro” (2)	157
Figura 49 – Fotos utilizando o aplicativo de envelhecimento facial (1)	158
Figura 50 – Fotos utilizando aplicativo de envelhecimento facial (2)	158
Figura 51 – Exposição de Fotos no hall da escola (1)	159
Figura 52 – Exposição de Fotos no hall da escola (2)	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente no Brasil	46
Gráfico 2 – Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões - 2022.....	47
Gráfico 3 – Idade mediana da população residente por regiões (2010/2022).....	48
Gráfico 4 – Evolução Demográfica da Região Norte e do Amazonas: 2000/2022...	50
Gráfico 5 - Distribuição relativa da população residente por sexo, segundo grupo de idade – Amazonas – 1980/2022.....	51
Gráfico 6 – Distribuição da população conforme grupos etários em %- Manaus (1980 /2022).....	55
Gráfico 7 – Pirâmide etária do município de Manaus de 1991 a 2022.....	55
Gráfico 8 – Pergunta 1: Questionário dos professores	113
Gráfico 9 – Pergunta 2: Questionário dos professores.....	114
Gráfico 10 – Pergunta 3: Questionário dos professores.....	115
Gráfico 11 – Pergunta 1: Questionário dos alunos	135
Gráfico 12 – Pergunta 2: Questionário dos alunos	136
Gráfico 13 – Pergunta 3: Questionário dos alunos	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Procedimentos Metodológicos	20
Quadro 2 – Legislação Brasileira: Proteção e garantia dos direitos da Pessoa Idosa	57
Quadro 3 – Instituições voltadas para a Promoção e Proteção da Pessoa Idosa....	61
Quadro 4 – Distribuição do quantitativo de alunos por série e turma - 2025.....	78
Quadro 5 – Distribuição do número de professores por disciplina – 2024/2025	78
Quadro 6 – Fundamento teóricos da educação	87
Quadro 7 – Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental/ Anos Finais	93
Quadro 8 - Referencial Curricular Amazonense: Ensino Médio	93
Quadro 9 – Atividades Propostas com base nas temáticas do Referencial Curricular Amazonense/RCA	94
Quadro 10 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de Qualidade	96
Quadro 11 - Número de participantes no ENEM com 60 anos ou mais no recorte espacial de 2015 a 2024	101

Quadro 12 – Conteúdos para trabalhar a Pessoa Idosa por Componente Curricular	
.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Feminização da velhice	44
Tabela 2 – Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões - 2022	49
Tabela 3 – Proporção de grupos de idade específicos na população residente total – Amazonas – 1980/2022	52
Tabela 4 – Municípios com os cinco maiores e menores Índices de Envelhecimento (IE) população residente – Amazonas - 2022	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
CAPÍTULO 1.....	23
GEOGRAFIA E ENVELHECIMENTO: O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA NO SÉCULO XXI.	23
1.1 Como tudo começou: Geografia da População X Geografia do Envelhecimento ..	24
1.2 Os olhares para o Envelhecer	40
1.2.1 O Envelhecimento populacional no contexto brasileiro.....	42
1.2.2 O Envelhecimento populacional: do Amazonas à cidade de Manaus.....	50
1.3 A Pessoa Idosa e às Políticas Públicas Nacionais, Estaduais e Municipais	56
CAPÍTULO 2.....	62
O TEMA ENVELHECIMENTO E PESSOA IDOSA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	62
2.1 Caracterização da área de Estudo - Espaço Urbano e Envelhecimento.....	62
2.2.1 Cidade de Manaus	66
2.2.2 Bairro Cidade Nova	68
2.2.3 Caracterização da área de estudos – E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM.....	74
2.3 A introdução do Velho, da Velhice e do Envelhecimento no Currículo Escolar	81
CAPÍTULO 3.....	99
EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: O PAPEL DA PESSOA IDOSA NO PROCESSO EDUCATIVO	99
3.1 A Pessoa Idosa e a inserção no mundo “Escolar”	99
3.2 A Geografia e a introdução dos estudos da Pessoa Idosa no contexto educacional na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM	103
3.3 Análise dos livros didáticos utilizados nas séries trabalhadas na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM e os conteúdos voltados para a Pessoa Idosa.....	120
3.4 Propostas Pedagógicas para a inclusão da Pessoa Idosa no Ensino de Geografia na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS	164
ANEXOS.....	173

INTRODUÇÃO

A quase inexistência de pesquisas sobre a Pessoa Idosa como tema interdisciplinar nas escolas, trouxe a possibilidade de desenvolver uma pesquisa voltada para essa temática.

A questão da velhice ainda é pouco discutida no âmbito acadêmico, o que reflete, de certo modo, a exclusão social vivenciada pela maioria dos idosos no Brasil (Araújo, 2014).

Beauvoir (2018) e Nóbrega (2020) confirmam que examinar a velhice e suas características socioespaciais parece ser um tema delicado, pois há uma grande dificuldade em encontrar pessoas dispostas a discutir questões relacionadas a esse assunto. Persiste até os dias atuais uma espécie de afastamento e invisibilidade sobre a velhice, os pesquisadores parecem ter um certo espanto quanto ao tema.

Em um trecho do seu livro “A Velhice”, Simone de Beauvoir expressa claramente a surpresa que o tema provoca. Ela relata: “Quando eu digo que estou escrevendo um ensaio sobre a velhice, quase sempre as pessoas exclamam: Que ideia!... Mas você não é velha!...Que tema triste...” (Beauvoir, 2018, p. 8).

Matta (2021) afirma:

Estudar esse universo é desafiador diante da complexidade e da heterogeneidade de seus componentes. Todavia entendemos que o exercício permanente da reflexão é o caminho que possibilitará a garantia de se envelhecer com qualidade, autonomia e dignidade, principalmente às futuras gerações de idosos (as) (Matta, 2021, p. 26).

Os primeiros estudos relacionados à Geografia do envelhecimento aparecem no início do século XX, o que geralmente é identificado como período de constituição da Geografia Social estavam relacionados aos estudos regionais e culturalistas realizados pela Geografia Humana Clássica, trazendo à luz do conhecimento geográfico questões relacionadas à distribuição e à localização, no espaço, dos fenômenos sociais, tendo como grande referência a sociedade como ponto de partida da organização espacial (Nóbrega, 2020, p. 45).

A Geografia começa a se aproximar do estudo do envelhecimento/Pessoa Idosa, com a Geografia da População, analisando a Pessoa Idosa como uma variante populacional. E foi assim até que surgissem novas ideias que pudessem incluir o tema

como um fenômeno que fosse compreendido e incluído nas pesquisas geográficas. Nóbrega (2017) destaca,

[...] o envelhecimento não está atrelado somente à demografia, mas também a fenômenos que são condizentes à reprodução do espaço urbano como condições de moradia, serviços de saúde e assistenciais, que são parte do contexto da vida cotidiana dos velhos no espaço geográfico.

O autor ainda afirma que no Brasil não há um abandono das questões do envelhecimento, apenas não há registros de atividades relacionadas à Geografia do Envelhecimento. É importante deixar claro que muitos são os trabalhos realizados por demógrafos e por profissionais de medicina em relação às condições de saúde da Pessoa Idosa. Destaca-se, contudo, que os velhos, até recentemente, não foram analisados como centralidade nos estudos sociais brasileiros. Entretanto, em função das análises censitárias, desde a criação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os geógrafos trabalham com a dinâmica populacional, analisando e descrevendo as condições sociais da população (Nóbrega, 2020, p. 48).

Para Massey (2008, 2009), é possível propor uma análise a respeito do tema envelhecimento a partir de uma abordagem geográfica, que compreenda as espacialidades e o espaço produzido pelos idosos, tendo como foco a mobilidade e o acesso dos sujeitos a essa experiência. A construção do espaço defendido pela autora é em que ele seja entendido como produto de inter-relações, estando sempre aberto em processo, em que os sujeitos se inserem e produzem seu espaço a partir das interações. Assim o espaço é entendido por ela como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, onde distintas trajetórias coexistem.

O envelhecimento aparece como uma emergência do pensamento contemporâneo. Faz-se urgente aprofundar reflexões sobre o envelhecimento e sua condição geográfica a fim de superar os limites teóricos e práticos associados ao pensamento e ao conjunto das ações relacionados à velhice (Nóbrega, 2017, p. 35).

De acordo com os últimos censos demográficos divulgados pelo IBGE (2010, 2022), a população idosa no território brasileiro vem crescendo consideravelmente, representando 15,8% da população brasileira e a estimativa é que até 2060 o Brasil alcance 58,2 milhões de pessoas com mais de 60 anos (IBGE, 2023).

Trazendo para a realidade do nosso estado, o Amazonas, apresentamos uma concentração menor de pessoas idosas em relação ao restante do território, com

apenas 9,05% da população total. Sendo contabilizados no censo demográfico de 2022, 356.982 pessoas com 60 anos ou mais. Fazendo uma comparação com o censo demográfico de 2010, é possível observar que mesmo sendo um dos estados com o menor índice de população idosa, essa faixa etária vem apresentando um crescimento significativo, já que o censo anterior (IBGE, 2010) indicava 210.173 pessoas com 60 anos ou mais, assim houve um aumento de 69,8% no período de contagem.

Analisando os dados populacionais do IBGE, entende-se que o Brasil está passando por uma transição demográfica, nesse sentido é importante o desenvolvimento de pesquisas e a inserção do conteúdo “Pessoa Idosa” em todos os níveis de ensino, visto que o ambiente escolar prepara os discentes para a quebra de paradigmas e a desconstrução de estereótipos negativos relacionadas a essa fase da vida.

Leis e políticas públicas internacionais, nacionais e estaduais foram implementadas como, por exemplo, em 1994, a Política Nacional do Idoso (PNI), e em 2003, o Estatuto da Pessoa Idosa. Esses são alguns dos elementos que alertam para o reconhecimento e a legitimação da velhice como questão de relevância social. É preciso ter ações educativas que garantam, realmente, os direitos das pessoas à compreensão do envelhecimento como um processo natural ao longo do ciclo da vida (Todaro; Cachioni, 2002, p.11).

No Estatuto da Pessoa Idosa, art. 22 – Lei 10.741/03, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e a valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimento sobre a matéria.

Analisando a importância do tema na fase de transição populacional e mediante as leis que estão vigentes em território nacional, juntamente com as especificidades do território brasileiro a pesquisa tem como objetivo geral analisar o tema Pessoa Idosa no Ensino Básico na Escola Estadual de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II – 2º CMPM. Em conformidade com o objetivo geral tem-se os objetivos específicos: a) Introduzir na escola E.E.T.I Marcantônio Vilaça II – 2º CMPM discussões sobre o tema Pessoa Idosa em uma perspectiva interdisciplinar; b) Promover a importância do envelhecimento com tema interdisciplinar na Educação Básica; e c) Desenvolver

atividades junto com os professores que proporcionem para os alunos uma reflexão e um conhecimento sobre o tema Pessoa Idosa na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II.

É fundamental incluir discussões sobre o envelhecimento na educação básica em todas as fases, especialmente em políticas públicas. As estatísticas indicam que a população está envelhecendo e se tornando diversificada. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹, em 2025, o Brasil será o sexto do mundo com o maior número de idosos, diante desse contexto, as transformações sociais são desafiadoras e suas consequências são significativas, mas há uma falta de pesquisas direcionadas para esse objetivo.

O envelhecimento populacional, somado à rapidez e à complexidade das mudanças econômicas, tecnológicas e culturais, exige que as pessoas de todas as idades, por meio da educação, possam compreender o ciclo vital de maneira natural e plural (Santa Catarina, 2022, p. 30).

Segundo McGuire et al. (2017), as pessoas aprenderão sobre o processo de envelhecimento, quer ensinamos ou não, mas às vezes no processo ensino aprendizagem esses conhecimentos serão baseados em crenças errôneas.

Para Doll (2008), informações sobre o envelhecimento são fundamentais e devem ser fornecidas já durante a fase escolar para ajudar a compreender a vida humana na sua inteira extensão, incluindo possibilidades de vida significativa em cada fase e para nos preparar para uma sociedade em que as pessoas em todas as idades podem viver como cidadãos, com dignidade e atendidas em suas necessidades.

Desta forma a escola tem um papel social significativo nesse processo, pois é um espaço que permite essa interação, por meio de estímulo, de aprendizado, de reflexão da realidade, através de trocas de vivências compartilhadas. A escola pode despertar o discente para assumir uma postura ativa perante o processo de viver e envelhecer (Santa Catarina, 2022, p.54).

Vale ressaltar, que o número de pessoas idosas está concentrado nas áreas urbanas, onde apresenta uma infraestrutura mais adequada para o grupo etário. Manaus, uma metrópole do século XXI, passa também por esse processo de

¹ **OMS.** Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Geneva: OMS, 2015. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/186463/1/9789240694811_eng.pdf?ua=1. Acessado em 10/06/2024.

envelhecimento populacional. Assim, juntando as duas variáveis: educação e o número de pessoas idosas concentrados em áreas urbanas, a pesquisa se desenvolve em uma escola da capital, E.E.T.I Marcantônio Vilaça II – 2º CPM, localizada no bairro Cidade Nova, Zona Norte, sob o comando do TC Alisson da Silva Henriques.

A escolha pela metodologia qualitativa se mostrou a mais adequada à pesquisa, alicerçada por três desdobramentos que se articulam entre si: bibliográfico, documental e pesquisa de campo (Matta, 2021, p. 35). Permitindo um diálogo em diversas áreas do conhecimento.

A abordagem bibliográfica permitiu a revisão e análise de literatura existente sobre o tema, proporcionando uma base teórica sólida e contextualizada. A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a coleta e análise de documentos oficiais, relatórios e outros registros relevantes, oferecendo dados e informações concretas para a investigação. Por fim, a pesquisa de campo possibilitou a observação direta e a coleta de dados primários através de entrevistas, questionários e outras técnicas de interação direta com o objeto de estudo (Matta, 2021, p.34).

Com base nas discussões, foi evidenciada uma lacuna significativa na pesquisa e na literatura sobre a Geografia do Envelhecimento no Brasil. O reconhecimento dessa ausência foi uma oportunidade importante para direcionar as pesquisas para a dissertação, assim como estudos futuros; e influenciar políticas públicas voltadas para a Pessoa Idosa, assim como temas voltados para o envelhecer em nossa sociedade e medidas educacionais para que a Pessoa Idosa venha ser trabalhada em sala de aula como Temas Contemporâneos Transversais, organizados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também previsto no art. 22 da Lei 10.741/03 do Estatuto da Pessoa Idosa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Durante o processo de execução da dissertação, as etapas foram cuidadosamente estruturadas e organizadas para garantir que os objetivos estabelecidos tenham sido atingidos. Serão destacadas através do quadro abaixo (quadro 1) as principais etapas para o desenvolvimento:

Quadro 1- Procedimentos Metodológicos

ETAPAS	PROCEDIMENTOS	DESCRIÇÃO
1ª Etapa	Levantamento de dados bibliográficos	• Leituras sobre o tema. • Elaboração de resumos, fichamentos e resenhas de livros, dissertações, teses, artigos e leis. • Pesquisas na LDB, BNCC e RCA.
2ª Etapa	Levantamento de dados secundários	• Pesquisas nos seguintes sites: IBGE, Estatuto da Pessoa Idosa, Política Nacional do Idoso, Portal do Envelhecimento.
3ª Etapa	Pesquisa de campo	• Entrevistas. • Análise de livros didáticos. • Trabalhar as atividades propostas ao longo da investigação. • Realizar palestras, aulas interativas e rodas de conversas. • Registros fotográficos.
4ª Etapa	Análise e interpretação dos dados	• Sistematização das análises feitas durante as coletas de dados. • Elaboração do material final.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

1ª Etapa – O levantamento de dados bibliográficos foi realizado a partir da análise de livros, artigos, dissertações e teses relevantes para o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da pesquisa. Esse levantamento incluiu, necessariamente, um aporte teórico advindo da Geografia, bem como de outras

ciências, de modo a proporcionar uma compreensão interdisciplinar do processo de envelhecimento. Além disso, foram investigadas leis relacionadas aos direitos das pessoas idosas e às diretrizes educacionais, garantindo que a pesquisa esteja amparada por um marco legal que a torne viável. Foi analisada, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a finalidade de identificar os amparos legais relativos à educação e assegurar a conformidade da pesquisa com as diretrizes educacionais vigentes, assim como o Referencial Curricular Amazonense (RCA), no que trata o campo curricular estadual a respeito do tema Pessoa Idosa.

2ª Etapa – Foi realizado um levantamento de dados estatísticos em sites institucionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando informações do censo demográfico de 2010 e 2022. Além disso, houve consultas ao Portal do Envelhecimento e o Estatuto da Pessoa Idosa, com o objetivo de verificar as leis que determinam a abordagem da temática da Pessoa Idosa em sala de aula, em todos os níveis educacionais.

3ª Etapa – Nesta etapa foram realizadas as pesquisas *in loco* na escola:

3.1 – No primeiro momento foi realizada uma roda de conversa informal com os docentes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, abordando temas como “Envelhecer”, “Processo de Envelhecimento”, “A possibilidade de trabalhar a temática da Pessoa Idosa em sala de aula” e “Estratégias para integrar a pessoa idosa nas disciplinas”. Durante essas conversas, surgiram outros questionamentos que serão discutidos nos próximos capítulos. Após esclarecer e debater essas questões, foram aplicados questionários aos docentes que aceitaram participar da pesquisa, visando aprofundar a compreensão sobre o tema e coletar dados relevantes.

3.2 - Essa roda de conversa foi também estendida para os discentes, permitindo uma análise da percepção em relação a pessoa idosa e ao processo de envelhecimento. Foram discutidas questões como: como eles se sentem em relação ao tema “processo de envelhecimento”, se já abordaram anteriormente o “envelhecimento e a Pessoa Idosa como temas centrais nas aulas”, sua compreensão de que o envelhecimento é um processo natural da vida e suas opiniões sobre a inclusão desse tema no ambiente escolar. Posteriormente, foi conduzida uma aula interativa que incluiu questões pertinentes à presença da pessoa idosa em sala de aula e ao envelhecimento humano, proporcionando um espaço para reflexão e discussão.

3.3 - Após a introdução do conteúdo nas salas de aula, foi proposta uma parceria com os docentes para desenvolver atividades que envolvessem o tema da pessoa idosa em suas disciplinas. Essas atividades estavam diretamente relacionadas ao tema do envelhecimento e foram implementadas dentro da própria escola, visando promover uma compreensão mais ampla e integrada do processo de envelhecimento entre os discentes. A colaboração entre professores permitiu a criação de abordagens interdisciplinares, enriquecendo o aprendizado e sensibilizando os discentes para a importância do respeito e da valorização das pessoas idosas.

4ª Etapa – Esta etapa consistiu na análise e sistematização dos dados coletados ao longo das etapas anteriores, com o objetivo de gerar um produto final de caráter científico. Durante esse processo, foram organizadas e interpretadas as informações obtidas por meio das conversas com os docentes e discentes, bem como dos questionários aplicados e do levantamento de dados bibliográficos e estatísticos. A análise crítica dos dados permitiu a construção de uma compreensão abrangente e fundamentada sobre o tema, culminando na produção de um trabalho científico que contribuirá para o conhecimento na área estudada.

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA E ENVELHECIMENTO: O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA NO SÉCULO XXI.

*Certa manhã
Lin Cheng acordou
e percebeu que já não
ouvía como antigamente.*

*Quando jovem,
era sempre despertado
pelo canto dos pássaros
ao longe.*

Agora não podia mais escutá-los.

Lin Cheng ficou triste.

Odilon Moraes

O capítulo apresenta como a Geografia da População passou por transformações ao longo do tempo, até chegarmos na Geografia do Envelhecimento, que hoje se tornou uma subárea da Geografia, com sua área de estudo própria. Partindo dos pensadores clássicos, que trabalham população, que a compreensão do estudo da população deixa de ter apenas uma visão numérica de quantidades para uma abordagem mais qualitativa, incluindo aspectos espaciais, culturais e sociais. A partir das décadas de 1980 e 1990, passa-se a reconhecer o envelhecimento populacional como uma questão geográfica relevante, pois deixa de estar ligada apenas as mudanças demográficas. Nesse novo contexto é preciso pensar nas Políticas Públicas, na infraestrutura, nas mudanças sociais, voltadas para esse “novo” grupo etário que vem crescendo de forma acelerada no território.

Diante das transformações no contexto populacional e a necessidade de se pensar no papel da Pessoa Idosa na sociedade, temos como pioneiro o trabalho do geógrafo Pedro da Cunha Nóbrega, que foi essencial para a consolidação dos estudos acerca do envelhecimento na Geografia brasileira. Seus trabalhos mostraram que o processo de envelhecer acontece de forma diferentes, pois é influenciado por diversos fatores como, contextos sociais, econômicos, espaços e identidades. Desta forma, o capítulo propõe uma leitura mais crítica do envelhecimento para que seja possível entender a nova realidade populacional e seus desafios.

1.1 Como tudo começou: Geografia da População X Geografia do Envelhecimento

A população é um conceito que permeia as preocupações de diversas áreas do conhecimento científico, e cada uma delas interpreta a população de acordo com as especificidades do seu próprio campo de investigação.

As pesquisas sobre população são abordadas por diferentes ciências, cada uma com sua perspectiva. A pesquisa sobre o envelhecimento tem suas raízes, principalmente, em campos do conhecimento como a Gerontologia² e a Geriatria³, que se dedicam a compreender as diversas fases desse processo ao longo da vida de uma pessoa.

Na Geografia, há um foco maior em dados quantitativos, especialmente ligados à distribuição demográfica. No entanto, a Geografia não oferece uma análise "pura" dos estudos populacionais, mas sim variações de abordagem ao longo do tempo. O importante é o diálogo entre a Geografia e outras ciências, integrando contribuições diversas para aprofundar o entendimento sobre questões populacionais em seus diversos aspectos (Mormul, 2013, p. 40).

Na Geografia tradicional, era necessário entender as interações entre o ser humano e o ambiente, já que os estudos da população se concentravam principalmente em conceitos e dados numéricos, sem considerar o contexto real. Fatos cotidianos, relações político-sociais e econômicas eram frequentemente ignoradas, o que resultou em uma abordagem fragmentada do espaço. Essa fragmentação dificultou a compreensão das interações entre o ser humano, o meio físico e suas características específicas (Mormul; Rocha, 2014).

Para uma análise populacional completa, não devemos nos limitar a apenas uma ordem de observações ou observar fatos isolados. É fundamental considerar diferentes aspectos sociais, econômicos e culturais que afetam a dinâmica

² Uma denominação criada a partir dos termos gregos géron (velho, ancião) e logia (estudo). Em 1903, o renomado zoologista e imunologista Elie Metchnikoff defendeu a ideia da gerontologia como uma nova especialidade, se revestindo como um importante campo da ciência para o estudo das modificações que ocorrem na última etapa do ciclo de vida do ser humano, isto é, um campo destinado exclusivamente para questões concernentes ao processo de envelhecimento. Fonte: <https://sbgg.org.br/o-que-e-geriatria-e-gerontologia/>. Acesso em: 22/06/2024.

³ É a especialidade médica que se integra na área da Gerontologia com o instrumental específico para atender aos objetivos da promoção da saúde, da prevenção e do tratamento das doenças, da reabilitação funcional e dos cuidados paliativos abrangendo desde a promoção de um envelhecer saudável até o tratamento e a reabilitação da pessoa idosa. Fonte: <https://sbgg.org.br/o-que-e-geriatria-e-gerontologia/>. Acesso em: 22/06/2024.

populacional. O estudo da população deve ser amplo, integrando múltiplas dimensões e conectando-se com outras áreas do conhecimento, para oferecer uma visão mais completa e contextualizada das questões populacionais. Isso permite uma compreensão mais profunda das interações entre a população e o espaço geográfico, como dizia Vidal de La Blache (1896) “nenhuma parte da terra, leva em si, sozinha a sua explicação”.

Brunhes reforça e afirma que:

Uma montanha não forma um todo isolado em si mesmo; uma cidade independente: depende do solo em que se edifica do clima a que se acomoda, do meio que a faz viver; um rio não é um indivíduo, tendo em si mesmo toda sua razão de ser (Brunhes, 1969, p. 38).

Com base no argumento defendido por Jean Brunhes (1969), é impossível separar a população do contexto histórico em que as relações humanas se desenvolveram, já que é fundamental compreender sua formação dentro desse movimento. Para estudar a população, é necessário não apenas explorar os caminhos da Geografia, mas também considerar de suma importância a contribuição de outras ciências na compreensão dos estudos populacionais.

Em resumo, a população não se limita a um conceito numérico, uma vez que sua complexidade exige a contribuição de diversas ciências para uma compreensão completa.

A Demografia, por exemplo, ciência com maior destaque nos estudos populacionais não pode ser sozinha uma companheira da Geografia. Neste sentido, reforça-se a ideia de que os estudos sobre a população tornam-se mais “completos” na medida em que os diálogos entre as ciências se tornam mais profícuos. Ao abordar os temas populacionais, muitas ciências podem contribuir ao seu modo, a Biologia com suas teorias e formulações, a Antropologia e os estudos a partir da coletividade, a Filosofia e as prospecções sobre o indivíduo, a Economia, enfim várias ciências, neste sentido, a interdisciplinaridade desempenharia um papel importante para o enriquecimento deste tema, sobretudo, para o aprimoramento da ciência geográfica acerca do tema (Mormul, 2013, p. 41).

Conforme apontado por Levy e Lussault (2003), a análise da distribuição populacional pela Geografia não ocorreu de maneira isolada, mas de forma interdisciplinar, ou seja, em conexão com outras áreas do conhecimento. Isso se deve ao fato de que, para entender a distribuição, os primeiros geógrafos levaram em conta tanto os regimes políticos quanto a localização geográfica dos lugares.

No século XIX, com a consolidação da Geografia como ciência moderna, influenciada principalmente pelo pensamento alemão e francês, a população passou a ocupar um papel central nos estudos geográficos (Moraes, 2007, p. 15-16). Nesse

período inicial, o foco dos estudos populacionais na Geografia foi analisar como a população se distribuía pelo espaço e identificar as diferentes densidades populacionais, que resultavam na diversidade das áreas ecúmenas e anecúmenas do planeta, assim como uma lista de dados e indicadores que tratavam da população absoluta e da população relativa, da densidade demográfica e fisiológica, do vazio às áreas povoadas, do crescimento vegetativo, das migrações, das taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, entre outros dados (Nóbrega, 2020, p. 40).

Para possibilitar um estudo mais detalhado da população, sua evolução e os impactos decorrentes ao longo do tempo, foram desenvolvidas teorias populacionais que explicam a dinâmica da população em diversos contextos.

As teorias populacionais foram desenvolvidas por diversas disciplinas científicas e têm como foco principal explicar tanto a continuidade quanto as transformações no perfil demográfico da população, além de suas dinâmicas, movimentos e mobilidades. Dentro desse conjunto de ciências, a Geografia se destaca, não sendo a única responsável pela formulação dessas teorias, mas contribuindo com uma variedade de abordagens teóricas e metodológicas. Essas abordagens permitem analisar a população e suas dinâmicas de forma multidimensional e multiescalar, com ênfase no espaço, território, região e lugar (Bomtempo, 2020, p. 433).

Essa transformação estrutural, tanto na distribuição quanto no perfil populacional, possibilitou que os estudiosos formulassem hipóteses que, posteriormente, contribuiriam para a elaboração das primeiras teorias demográficas no final do século XIX. O principal expoente dessa visão foi Thomas Robert Malthus, economista inglês, cuja teoria ficou conhecida como a “Teoria Malthusiana”. Malthus relacionava o crescimento população com a produção de alimentos.

Segundo Damiani (2002, p. 13) essa relação de dava de forma em que a população crescia em um ritmo mais acelerado (Geométrico) enquanto a disponibilidade de recursos naturais, cresceria em um ritmo menos acelerado (Aritmético). Assim, Malthus acreditava que o crescimento populacional desordenado causaria fome e miséria, tendo que ser controlado.

Quando Malthus escreveu, no final do século XVIII e início do século XIX, ele foi bastante criticado, pois não observou diversos acontecimentos. Naquele momento a Inglaterra vivenciava o desenvolvimento das grandes máquinas, melhorando as produções, um processo que alguns chamam de industrialismo. Nesse contexto,

Malthus escreve em sua obra sobre população a discussão do pauperismo⁴. É necessário, entretanto, analisar em que termos ele aborda essa questão: se sua interpretação atua como um véu que oculta a realidade ou se, ao contrário, contribui para desvendá-la (Damiani, 2002, p. 12 e 13).

Malthus, em sua versão inicial do princípio da população, confronta os chamados socialistas utópicos – como Condorcet, Godwin e Wallace – cujas obras, de forma geral, defendiam uma sociedade igualitária como solução para a situação de pobreza predominante. Para Malthus, porém, a verdadeira origem dessa miséria humana não estava na divisão entre proprietários e trabalhadores, ou entre ricos e pobres. Ele argumentava que a miséria era, na realidade, um obstáculo inevitável que sempre atuou na história da humanidade para equilibrar a disparidade natural entre o rápido crescimento populacional e a capacidade de produção de alimentos (Damiani, 2002; Bomtempo, 2020; Tavares, Pereira Neto, 2020).

Essa observação está fundamentada em uma lei natural: enquanto a população tende a crescer em progressão geométrica, os recursos de subsistência aumentam em progressão aritmética, por isso era preciso estabelecer normas de controle populacional.

Malthus (1766 – 1834), viveu em um período marcado por intensos conflitos ligados às lutas de classes, como as disputas entre capitalistas e proprietários de terras, e entre capitalistas e trabalhadores. Inspirado pelos economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, ele desenvolveu sua teoria da população. Apesar de observar esses conflitos de forma direta, sua teoria não considerou, metodologicamente, as contradições sociais geradas pelo capitalismo. Para Malthus, os problemas socioeconômicos derivavam do descompasso entre o rápido crescimento populacional (geométrico) e a limitada capacidade de produção de alimentos (aritmético). Por isso, ele acreditava ser necessário:

- a) Criar formas de controlar o crescimento, que podem ser preventivas (diminuição dos nascimentos – redução da taxa de natalidade, incentivo à esterilidade e à abstinência sexual) e positiva (aumento das mortes pela

⁴“Desencadeia-se um revolução no meio de trabalho, com o surgimento de um sistema de máquinas organizado na fábrica. Esse sistema revolucionou a vida de milhares de trabalhadores, expulsando-o de seus empregos; o trabalho do homem adulto em determinadas fases produtivas foi substituído pelo trabalho da criança e da mulher; e, deslocado para novos ramos de produção. Tudo isso significou desemprego, movimentação do trabalhador de um lugar para o outro, transformação de sua vida em família, aumento da mortalidade infantil etc.” “Essa situação econômica e social dramática desencadeou um movimento de quebra de máquinas no começo da história industrial da Inglaterra e de outros países, chamado movimento ludista, ou dos Destruidores de Máquinas. Era o início da luta de classe trabalhadora para enfrentar o pauperismo” (Damiani, 2002, p. 13).

fome); **b)** ter controle definitivo e da capacidade reprodutiva, dado pela limitação da oferta de alimentos; **c)** o Estado não deveria intervir com políticas públicas para auxílio à produção (Lei dos Pobres); **d)** a miséria permitiria o reequilíbrio do crescimento da população e da produção de alimentos (Bomtempo, 2020, p. 441).

Apesar de todo o efeito que causou, as previsões de Malthus não se concretizaram. Conforme afirmam Fontana et al.

A população do planeta não duplicou a cada 25 anos e a produção de alimentos tem crescido com o desenvolvimento tecnológico. Mesmo que se considere uma área fixa de cultivo, a produção pode aumentar, em decorrência de investimentos em insumos (agrotóxicos, fertilizantes, biotecnologia) e mecanização, por parte do agricultor (Fontana et al., 2015, p. 116).

Para Bomtempo (2020), Thomas Malthus, não levou em consideração muitos fatores e não conseguiu prever as mudanças, que seriam importantes no comportamento da população mundial, tais como: a) não levou em consideração os avanços tecnológicos que propiciaram o aumento da produtividade agrícola; b) Com o processo de urbanização, a população reduz suas taxas de natalidade; c) A entrada da mulher no mercado de trabalho; d) Redução das taxas de fertilidade e natalidade; e) Evolução dos métodos contraceptivos.

Porém a teoria malthusiana exerceu grande influência nas tentativas de explicar as dinâmicas populacionais, mas não foi a única abordagem sobre o tema. Isso porque a teoria de Malthus desconsiderou os avanços técnicos e científicos aplicados à agricultura e as revoluções industriais, que possibilitaram um aumento significativo na produção de alimentos. Essa limitação abriu espaço para o desenvolvimento de outras interpretações da realidade.

Nesse contexto, podemos destacar Friedrich Engels (1820 – 1895) – filósofo social e político que, embora não tenha formulado uma teoria populacional, desenvolveu uma *teoria social*. Ele analisou o desequilíbrio do século XIX não apenas como uma consequência do crescimento populacional superior à produção de alimentos, mas com base no materialismo histórico-dialético. Engels compreendia a realidade como um produto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, o qual depende da organização da sociedade em classes sociais para sua manutenção (Bomtempo, 2020; Mormul, 2013).

Os trabalhos de Engels constituíram uma crítica à teoria malthusiana da superpopulação. Para Engels, não se pode compreender o funcionamento da sociedade com base em uma lei geral, uma vez que cada sociedade possui uma

dinâmica única de crescimento, mobilidade, permanência e disponibilidade de recursos (Fontana et al., 2015; Tavares e Pereira Neto, 2020).

Engels argumentou que uma distribuição mais equitativa da riqueza seria capaz de equilibrar o crescimento populacional com a disponibilidade de recursos. Ele apontou que, em uma sociedade capitalista, a classe trabalhadora é incapaz de acessar diretamente os meios de subsistência, sendo obrigada a vender sua força de trabalho aos capitalistas para garantir o mínimo necessário à sobrevivência. Assim, para Engels, a superpopulação é um fenômeno relativo, não determinado pelo crescimento absoluto da população, mas estreitamente vinculado às dinâmicas econômicas e sociais da produção (Bomtempo, 2020, p. 442).

Embora as primeiras teorias demográficas não tenham sido desenvolvidas por geógrafos, elas resultaram de experiências empíricas baseadas na observação e descrição da paisagem e dos fenômenos contemporâneos à época. Pode-se afirmar que, nos estudos voltados para a interpretação do espaço a partir da variável populacional, os geógrafos utilizaram como base os trabalhos de Malthus e Engels. Essas contribuições serviram posteriormente como fundamentos para as primeiras interpretações no campo que viria a se consolidar como Geografia da População.

De acordo com Bomtempo (2020, p. 435), as teorias demográficas possibilitaram o desenvolvimento de uma subárea dentro da Geografia, a qual chamamos de “Geografia da População”. Essa nova abordagem teve um impacto significativo na formação da geografia nos séculos XIX e XX.

Com o surgimento da Geografia da População, houve um esforço para posicionar a população como um elemento central na ciência geográfica. No entanto, os primeiros estudos populacionais realizados pelos geográficos clássicos foram marcados por uma forte influência positivista. Essa abordagem prevaleceu por muitos anos, mas passou por mudanças significativas no final do século XX (Mormul et al., 2014; Tavares et al., 2020).

Um destacado trabalho de matriz positivista, com forte influência das ideias de Malthus, foi desenvolvido pelo geógrafo alemão Ernest Georg Ravenstein e publicado na Inglaterra em 1885. Ravenstein, que vivenciou as profundas transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais dos séculos XIX e XX, compreendeu que as migrações não ocorrem de forma aleatória, mas são condicionadas por diversos fatores. Em seu influente estudo, intitulado *As Leis da Migração*, ele argumentou que os movimentos migratórios estão relacionados a

territórios de repulsão, que levam as pessoas a partir, e de atração, que as motivam a se estabelecer em novas áreas. Trabalhou os dados de forma mais qualitativa, pois usou os dados dos censos populacionais da Inglaterra.

A partir da sistematização da ciência e dos trabalhos de Ratzel, Hettner e posteriormente Richtofen e Hartshorne, entre outros, a população sempre foi uma variável considerada na elaboração da análise geográfica, todavia não foi uma temática autônoma, fato que permite afirmar que, diferentemente do que ocorreu com as Geografias anglo-saxã e francesa, a Geografia alemã não elaborou uma teoria e nem mesmo apresentou metodologias que servissem de referência para compreender a temática populacional (Bomtempo, 2020, p. 445).

Friedrich Ratzel, em sua obra *Antropogeografia* (1882), influenciado pela teoria darwinista-naturalista e pelo positivismo como método, destacou a dinâmica territorial baseada nas potencialidades da natureza como elemento fundamental para a organização e evolução da sociedade e, conseqüentemente, do espaço geográfico. Nesse contexto, ele introduziu o conceito de *espaço vital*, que, em linhas gerais, representa um local ou espaço de vida cuja existência se fundamenta no equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis. A partir das determinantes naturais, Ratzel analisou as características populacionais, ressaltando a importância desse equilíbrio para a sustentabilidade e a sobrevivência das sociedades (Moraes, 1990).

Ao examinar as teorias que abordavam a população de um ponto de vista geográfico, Bomtempo (2020), destaca a contribuição da Geografia regional francesa, representada por Vidal de La Blache e Maximilien Sorre. A escola adota uma visão possibilista e se contrapõe às ideias da escola alemã de Friedrich Ratzel. De acordo com os possibilistas, os humanos têm a capacidade de alterar e influenciar seu modo de vida para atender às suas necessidades, sem serem restringidos pelos recursos naturais disponíveis.

La Blache (1896), cria o conceito de *gênero de vida*, onde observa a relação entre população e recurso, inserindo o fato de o homem ter o poder de transformar o meio em que vive à sua maneira. O ser humano pode criar modos de agrupamentos sociais como impor regras para manter o equilíbrio, migrar para outros territórios em busca de recursos, fazer aprimoramentos por meio de tecnologia quando a migração for impossibilitada (Moraes, 2002; Soares, 2024).

As ideias de La Blache a respeito do *gênero de vida*, também serviram para influenciar Max Sorre (1984), onde analisa sob um olhar ecológico e diz que este faz

parte do ecúmeno. Ele observa os modelos de agrupamentos humanos, em áreas de elevada ou baixa densidade populacional, bem como as formas de energia usadas pelas diferentes sociedades e a questão do domínio do espaço. Além disso, seu trabalho se destacou pela abordagem da mobilidade populacional, analisando os fatores que determinavam a permanência de determinados grupos em um território, bem como os motivos que levavam outros a se deslocarem.

Ele gerou um grande impacto nas gerações posteriores de geógrafos. Jacqueline Beaujeu-Garnier e Pierre George foram algumas das pessoas que foram influenciadas por suas ideias. Apesar de serem inspirados pela escola francesa, eles trouxeram novas metodologias ao unir os campos da geografia, da economia e da demografia em suas análises (Bomtempo, 2020).

Ao longo da história da Geografia, foi possível observar que inúmeros estudos abordaram a relação entre população e espaço geográfico, refletindo a incorporação do tema em diversas áreas do conhecimento geográfico. A introdução da expressão "Geografia da População" na literatura geográfica é atribuída a Pierre George (1951). A partir desse marco, os estudos realizados sob essa denominação se expandiram amplamente em diversas partes do mundo. Sua obra tornou-se uma referência fundamental para aqueles interessados nos temas populacionais dentro da Geografia, consolidando-se como um ponto de partida para o desenvolvimento dessa subárea.

Segundo Pérez (2010), sua legitimação como subárea consolidada deu-se em 1953, quando Trewartha, então presidente da Associação de Geógrafos Americanos, afirmou que o principal objetivo da Geografia da População era estudar as diferenças de densidade populacional entre áreas. Essa declaração influenciou significativamente os primeiros trabalhos da subdisciplina, moldando suas perspectivas iniciais.

Embora o fortalecimento da Geografia da População tenha ocorrido apenas a partir da década de 1950, Noin (2005) enfatiza que esse desenvolvimento tardio, em relação à história geral da ciência geográfica, não deve ser interpretado como falta de interesse dos geógrafos pelo tema. Pelo contrário, a população sempre foi um objeto de estudo e curiosidade dos geógrafos, sendo abordada por diversos pesquisadores ao longo da evolução da ciência geográfica, e até mesmo antes de sua formalização como disciplina.

Segundo Bailey (2005), o período entre 1950 e 1970 representou a fase de maturação da ideia de Geografia da População. Durante esse tempo, diversos

geógrafos, como Glenn Trewartha, Beaujeu-Garnier e Wilbur Zelinsky, apresentaram declarações conceituais que reforçaram a relevância dessa subárea para a Geografia. Em suas reflexões, esses estudiosos destacaram a importância da Geografia da População como um campo essencial para a compreensão das dinâmicas espaciais e populacionais (Silva e Fernandes, 2016).

A geografia da População pode ser definida com precisão como a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não demográficos (Zelinsky, 1969, p. 2).

As concepções de Geografia da População apresentadas por Beaujeu-Garnier e Wilbur Zelinsky nesse período inicial diferiam em alguns aspectos fundamentais. (Silva e Fernandes, 2016). Para Beaujeu-Garnier (1971), o geógrafo, ao abordar questões relacionadas à população, tem como descrever as consequências considerando seus contextos ambientais, analisando suas causas, características e consequências. A autora destaca que, para alcançar esse propósito, o geógrafo utiliza ferramentas e dados provenientes de diversas disciplinas, organizando-os conforme o objetivo específico de sua análise, que está intrinsecamente relacionado a uma determinada situação na superfície terrestre.

Garnier, trabalhou de forma ampla os estudos populacionais, e publicou um livro chamado “Geografia da População”, no qual dialogou com outras áreas do conhecimento e trouxe um leque de informações acerca da dinâmica populacional e seus movimentos no espaço. A autora é uma das primeiras a mencionar sobre o envelhecimento populacional, trazendo no capítulo V de sua obra o título “A retirada da Morte”, onde aborda a problemática das taxas de mortalidade e expectativa de vida (Soares, 2024).

Jacqueline Beaujeu-Garnier, apesar de trazer o tema para a reflexão, ainda assume uma abordagem quantitativa acerca do envelhecimento, concentrando suas explicações em dados demográficos e estatísticos, ou seja, em uma Geografia que ainda se prende apenas aos números.

Por outro lado, conforme Zelinsky (1974), a Geografia da População é a ciência que estuda as formas como os elementos populacionais variam nos espaços geográficos ao longo do tempo, interagindo com diversos fenômenos não demográficos. Segundo o autor, o objetivo fundamental dessa área vai além de simplesmente descrever onde as pessoas vivem, seu número e características. De

maneira enfática, Zelinsky afirma que o conceito de "geográfico" não se limita ao "locacional" e, por isso, a Geografia da População deve enfatizar o caráter interdependente dos elementos que se transformam no espaço, por meio da análise das causas e dos efeitos dessas mudanças.

As reflexões de Zelinsky (1974) são relevantes por destacarem aspectos fundamentais do conhecimento geográfico, como a relação entre o homem e o espaço, mas principalmente por retirarem a Geografia da posição limitada de ser uma ciência que apenas aponta onde estão os fenômenos, como no caso, onde estão as pessoas. Dessa forma, o autor demonstra que a prática geográfica vai muito além de fornecer a localização dos fenômenos, considerando-a apenas uma ferramenta para compreender o objeto de estudo em sua totalidade.

Os estudos sobre a população, em grande maioria, passaram a se concentrar em uma análise quantitativa, uma vez que a busca por produção científica, estava embasada em dados mensuráveis, que de certa forma favoreceu os modelos matemáticos e estatísticos. Assim os trabalhos baseados nesse contexto passaram a ocupar posição de destaque (Mormul et al., 2014).

As análises de números, dados, taxas e tendências foram frequentemente tratadas como o objetivo final da produção geográfica. A Geografia da População, em grande parte, permaneceu confinada às limitações da demografia, funcionando quase sempre como um suporte para a compreensão demográfica, mas raramente como uma ferramenta essencial para interpretar a relação entre o homem e o espaço habitado. Essa abordagem resultou em um esvaziamento do potencial analítico da Geografia da População, restringindo-a a uma perspectiva meramente demogeográfica (Nóbrega, 2020, p. 40).

Os dados numéricos desempenham um papel fundamental no estudo da população, contudo, sua análise não pode ser realizada de forma isolada

Os números, dados estatísticos, modelos de comportamento populacional, gráficos, pirâmides populacionais, linhas de tendência populacional entre outros recursos da estatística não podem ser considerados o único resultado de uma reflexão sobre a população, eles não podem ser considerados nem ponto de chegada, nem ponto de partida, eles são meios, ferramentas de análise que apontam para um comportamento coletivo sobre determinado aspecto geográfico, ou seja, são elementos que ajudam a compor uma tendência de comportamento, mas se esta tendência e estes elementos não são entendidos em seu contexto e animados pelas histórias de vida e acabam gerando leituras rasa e superficiais, deixando a análise geográfica refém de uma ilusão formalística (Nóbrega, 2020, p. 41).

De acordo com Damiani (2002, p. 7) eis uma questão: “Vamos abdicar dos números?” Não exatamente. Vamos, na verdade, relacioná-los imediatamente com as qualidades. Quantidades diferenciadas podem expressar conquistas humanas e históricas cruciais.” É isso que dá sentido à vida: a leitura meramente objetiva dos dados revela-se estéril, pois elimina os contextos, obscurece os conflitos e impede a compreensão do verdadeiro significado das relações sociais. Quando a vida é analisada exclusivamente sob a ótica dos números, perde-se o drama que a caracteriza. Em última instância, esse é o grande desafio da Geografia Humana contemporânea: resgatar os dramas e as complexidades que os números, muitas vezes, ocultam. (Nóbrega, 2017; 2020).

Uma Geografia da População que busque compreender de forma significativa a condição da produção humana não pode limitar-se à administração de números abstratos ou à representação da realidade por meio de dados meramente quantitativos. O papel da população na Geografia é central, pois ela expressa a essência da produção humana e suas dinâmicas no espaço habitado.

Segundo Nóbrega (2020; 2017; 2015) os temas de estudo da população devem ser abordados como elementos intrinsecamente relacionados às questões políticas, sociais, econômicas e culturais. É fundamental romper a bolha que limita a reflexão e explorar perspectivas problematizadoras capazes de captar as questões emergentes. Para isso, é imprescindível compreender a sociedade e o espaço como totalidades centrais, analisando-os em um movimento dialético que permita entender as partes que compõem essa totalidade, sem negar sua complexidade. Ao mesmo tempo, é necessário respeitar as particularidades de cada análise, garantindo uma abordagem que integre o todo e as especificidades.

Nesse contexto, Nóbrega (2020, p. 43), fundamentado na realidade como condição primordial e apoiando-se no movimento do pensamento até aqui exposto de forma simplificada, propõe que da Geografia da População surja uma fase renovada e atualizada. Essa nova etapa configura-se como uma frente de análise e reflexão na Geografia contemporânea, com destaque especial para a Geografia brasileira, dando origem a um campo emergente.

O estudo do envelhecimento tem sido abordado na literatura clássica da Gerontologia Social, da Demografia e das Ciências Sociais. No entanto, é importante notar que muitos desses estudos tendem a adotar uma abordagem estatística e epidemiológica. Nesse contexto, é crucial desenvolver uma leitura geográfica sobre o

envelhecimento, que leve em consideração as experiências e histórias de vida dos sujeitos idosos, compreendendo-o como um processo individual, heterogêneo e desigual, que abrange aspectos biológicos, sociais, culturais e psicológicos (Oliveira, 2022, p. 55).

Será que a condição de velhice e o processo de envelhecimento das pessoas têm que ser posto em análise, na Geografia, apenas sob a ótica do movimento populacional? Será que estão os velhos obrigados a ser entendidos sempre como um grupo (de forma homogênea) e não como indivíduos, sujeitos sociais? Até que ponto as reflexões geográficas sobre a diversidade e a pluralidade dos indivíduos que compõem as camadas da população têm que se vincular à quantidade e à representatividade do seu número, tomados como reflexo de um grupo ou de um bloco homogeneizado de forma artificial? (Nóbrega, 2020, p. 49).

Partimos da compreensão de que os estudos jamais têm que se pautar apenas na condição de prevalência de um fenômeno, o fato de existir enquanto realidade social já expressa a necessidade de se estabelecer reflexões sobre o tema. Esta talvez seja uma das questões laterais que mais influenciam na construção de justificativas sobre a ausência de estudos geográficos sobre o envelhecimento (Nóbrega, 2020, p. 50).

Segundo Nóbrega (2020), os estudos sobre o envelhecimento na Geografia começaram a ganhar destaque no século XX, especialmente em países desenvolvidos, em decorrência de mudanças significativas na estrutura demográfica, como o aumento da longevidade e a redução das taxas de natalidade e fecundidade. Contudo, foi a partir da década de 1980 que a Geografia passou a desenvolver um referencial analítico específico para abordar o envelhecimento como categoria e fenômeno geográfico.

Nessa época, as investigações estavam centradas principalmente em questões de distribuição e localização populacional no espaço. Jiménez (1991); González (2005); Hardill (2009) e Nóbrega (2015; 2017; 2020) identificam que a gênese dos estudos das geografias do envelhecimento está vinculada ao universo anglo-saxão, onde se iniciaram as discussões que mais tarde se consolidariam como um campo de análise voltado para a compreensão das dinâmicas espaciais relacionadas ao envelhecimento populacional.

Segundo Jiménez (1991), uma das primeiras contribuições à Geografia do Envelhecimento remonta a 1907. Essa obra, conduzida por G. W. Hoge, teve como objetivo principal analisar o fenômeno social do envelhecimento por meio da

distribuição espacial das pessoas com mais de 60 anos. O estudo integrou o trabalho intitulado "*The Study of Social Geography*"⁵, publicado no *Geographical Journal*.

Mais de cinco décadas depois, em 1958, o demógrafo Henry Sheldon realizou outra importante análise sobre a Geografia do Envelhecimento. Nesse estudo, Sheldon dedicou um capítulo ao tema, intitulado "*The Distribution of the Age*"⁶. Ambas as contribuições foram marcos fundamentais para o desenvolvimento da Geografia do Envelhecimento como campo de estudo, estabelecendo as bases para análises futuras (Nóbrega, 2017, p. 37-38).

Nas décadas de 1950 e 1960, os estudos geográficos sobre o envelhecimento passaram por uma significativa expansão nos Estados Unidos⁷ e na Europa. Esse período foi marcado pelo desenvolvimento de pesquisas voltadas para a análise da migração populacional e da distribuição espacial de idosos nesses países. Nos Estados Unidos, a divulgação dos censos demográficos desempenhou um papel central nesse avanço, ao evidenciar o impacto do crescimento do número de idosos ao longo dos anos (Nóbrega, 2017, p. 38; Nóbrega, 2020, p. 50).

De acordo com o autor, ainda na década de 1960, surgiram estudos que exploraram a migração e as perspectivas regionais de envelhecimento em geografias como a alemã⁸, francesa, espanhola e australiana⁹. Essas iniciativas contribuíram para consolidar o campo da Geografia do Envelhecimento, ampliando a compreensão das dinâmicas espaciais relacionadas ao envelhecimento populacional.

No entanto, foi somente a partir da década de 1980 que a Geografia começou a desenvolver um referencial analítico específico para abordar o envelhecimento como um fenômeno geográfico. Esse avanço ocorreu por meio de uma aproximação teórico-metodológica entre a Geografia e a Gerontologia Social, que passou a reconhecer a velhice como uma questão social relevante. Essa perspectiva destacou a importância

⁵ Tradução própria – "O estudo da Geografia Social."

⁶ Tradução própria – "A distribuição da Idade".

⁷ Primeiro estudo detalhado sobre a distribuição do envelhecimento da população nos EUA: "Older Americans in the US by countries". (Americanos idosos nos EUA por países – Tradução própria) (Nóbrega, 2017, p. 38).

⁸ Entre os mais significativos encontramos os trabalhos de W. Hartke, "Gedanken Über die Bestimmung von Räumen gleichen sozialgeographischen Verhaltens" ("Reflexões sobre a determinação de espaços com o mesmo comportamento sociogeográfico" – Tradução própria), e F. Schaffer, "Untersuchungen zur sozialgeographischen Situation und regionale Mobilität In: neuen Grosswohngebieten" ("Estudos sobre a situação sociogeográfica e a mobilidade regional em novas grandes áreas residenciais" – Tradução própria.) (Nóbrega, 2017, p. 39).

⁹ O trabalho mais conhecido, foi realizado por Newcombe em um estudo chamado "Graphic representation of age and sex distribution of population in the city". (Representação gráfica da distribuição da população por idade e sexo na cidade – Tradução própria) (Nóbrega, 2017, p. 39).

de estudar os contextos sociais nos quais os idosos estão inseridos, ampliando a compreensão das dinâmicas que envolvem essa etapa da vida e seu impacto no espaço geográfico (Nóbrega, 2020, p. 50; Oliveira, 2022, p. 57).

É importante destacar que o único livro escrito no Brasil sobre Geografia do Envelhecimento foi produzido pelo geógrafo Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega¹⁰, em 2020. O autor argumenta que o envelhecimento, enquanto tema de debate, surge como uma questão emergente no pensamento contemporâneo, apresentado de forma contraditória. Esse fenômeno é um reflexo do mundo moderno, que proporciona aos seres humanos uma maior longevidade, alicerçada em melhores condições sociais de vida na velhice, especialmente em países de economia periférica.

O estudo do envelhecimento e das relações que se estabelecem a partir dessa condição de vida exige, especialmente em países como o Brasil, um ajuste nos focos, escalas e níveis de análise. A realidade demanda que a vida dos idosos seja reconhecida como uma questão central, deixando de ocupar a marginalidade no pensamento social. Assim, as análises sobre essa etapa da vida precisam ser adequadas aos fenômenos que emergem do mundo real e concreto, refletindo suas dinâmicas, desafios e especificidades (Nóbrega, 2017, p. 36).

Assim como Nóbrega (2017) González reforça que:

Entre os muitos desafios que a Geografia enfrenta está, sobretudo, a necessidade de demonstrar sua utilidade prática, ou seja, que o geógrafo e seu trabalho obtenham o merecido e necessário reconhecimento social e científico, vital para o presente e o futuro dessa ciência. Tanto desde um enfoque pragmático como desde a formulação de novas interpretações da realidade social e territorial, o processo de envelhecimento [...] e a situação dos idosos é um dos temas em que se manifesta a utilidade social da geografia (González, 2005, p. 98, tradução própria).

Do ponto de vista metodológico, identificam-se dois blocos temáticos principais nos estudos geográficos sobre o envelhecimento: o primeiro aborda o envelhecimento demográfico, enquanto o segundo enfoca as condições de vida dos idosos e suas relações com o meio. Segundo Nóbrega (2017), as “Geografias do Envelhecimento” têm se orientado a partir de três eixos de análise fundamentais: as mudanças nas relações com o meio físico e social; a distribuição geográfica do envelhecimento; e a localização de recursos e desenvolvimento dos serviços sociais, sanitários e assistenciais necessários a este grupo populacional”.

¹⁰ Autor utilizado para embasar as discussões a respeito da Geografia do Envelhecimento, como obra principal.

Portanto, os estudos geográficos sobre as condições de vida dos idosos e suas relações com o meio estão centrados na análise das interações entre o espaço e as necessidades pessoais, sociais e assistenciais desses sujeitos. Esses estudos buscam compreender como o espaço contribui para integrar a pessoa idosa à sociedade, atendendo às demandas específicas dessa etapa da vida.

Os elementos que fundamentam a Geografia do Envelhecimento não podem se limitar às análises estruturais do perfil populacional. A compreensão das condições reais para a vivência na velhice exige uma abordagem que considere questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Segundo Nóbrega (2020, p. 63), é insuficiente realizar análises baseadas apenas em dados estatísticos ou em perspectivas distantes e generalistas, sem uma compreensão aprofundada dos processos cotidianos que definem o campo do possível e do impossível na reprodução da vida da pessoa idosa.

Segundo Sylvestre (1999), as Geografias do Envelhecimento emergem com o propósito de descrever o contexto espacial dos idosos e analisar as interações entre as Pessoas Idosas e o meio ambiente. Ao estudar os padrões espaciais relacionados à Pessoa Idosa, a autora identificou a necessidade de compreender como essas relações influenciam sua qualidade de vida e sua capacidade de manter a independência. Essa abordagem reforça a importância de considerar o ambiente como um fator determinante para o bem-estar e a autonomia na velhice.

As questões da Geografia do Envelhecimento são postas com o objetivo de revelar o sentido da relação do envelhecimento com a produção do espaço, descortinando os sentidos do estudo contextualizado da situação socioeconômica das pessoas mais velhas, relacionando-as com a promoção de políticas públicas e infraestruturas adequadas para a realização da vida. A realização destes estudos exige abordagens complexas que superem a simples averiguação dos padrões de renda e consumo. É preciso contextualizar as questões relacionadas, por exemplo, à saúde, à habitação, ao saneamento básico, à legislação, à participação social, entre outros elementos que ajudam a revelar as determinações da reprodução da vida cotidiana dos velhos em seus contextos espaciais (Nóbrega, 2020, p. 63).

Ao explorar as relações entre espaço e idade, Laws (1995) e Mowl et al. (2000) destacam como os espaços e lugares em que vivemos, trabalhamos e realizamos nossas atividades diárias são estruturados e categorizados com base na idade. Laws (1997) argumenta que “nossa posição metafórica também varia com o avanço da idade, à medida que a velhice ocupa uma posição periférica (sua grande desvantagem) em locais discretos, enquanto a juventude está presente em todos os lugares” (Laws, 1997, p. 91). Essa perspectiva evidencia as desigualdades espaciais

que acompanham as diferentes fases da vida, reforçando as limitações impostas a pessoa idosa no uso e acesso aos espaços sociais.

Esse debate possibilita uma análise dos sujeitos e de suas práticas espaciais que transcende o contexto material de reprodução da vida, integrando outras dimensões fundamentais, como raça, gênero, sexualidade e idade. Essas dimensões se materializam em um conjunto de forças que posicionam os indivíduos dentro das estruturas sociais. Esse raciocínio oferece um caminho valioso para compreender o ageísmo¹¹ e as diversas formas de opressão direcionadas ao corpo envelhecido, revelando como essas dinâmicas são reproduzidas e sustentadas nas relações sociais e espaciais (Oliveira, 2020, p. 59).

O ageísmo e suas manifestações a partir de atitudes e preconceitos baseados na idade é um dos maiores exemplos de opressões dirigidas em torno dos corpos envelhecidos. Se olharmos para a realidade brasileira, vemos que existe uma dualidade perversa em que a sujeitos que conseguem envelhecer de forma digna saudável e por outro lado, tem indivíduos que ficam pelo caminho, tendo suas vidas interrompidas pelos mais diversos sistemas de opressão (Oliveira, 2020, p. 59).

Nesse sentido, pressupõe-se que somos sujeitos marcados pela diferença, seja em termos de gênero, etnia, credo, fé, língua, ideologia ou política. É justamente a diferença que dá origem a espacialidades diversas e possibilita a construção de outras geografias, refletindo a pluralidade de experiências humanas e suas manifestações no espaço.

Partindo do referencial teórico das geografias do envelhecimento, é possível compreender como o conceito de espaço pode ser aplicado nas análises sobre idade e envelhecimento, destacando uma geografia relacional que se preocupa com os múltiplos sujeitos sociais, indo além do universo adulto (Hopkins; Pain, 2007). Assim, assumimos no texto a relação intrínseca entre espaço, sujeitos e envelhecimento, sustentando a tese de que o envelhecimento é uma experiência singular e heterogênea, influenciada pelas diferentes posições identitárias dos sujeitos.

Como frente de trabalho geográfico, a Geografia do Envelhecimento só se consolida como um campo de pesquisas, estudos e reflexões ao compreender a indissociabilidade entre as análises espaciais e o ambiente em que os idosos estão inseridos. Trata-se de reconhecer a sociedade como uma totalidade em constante transformação, ao mesmo tempo em que se considera a condição humana específica

¹¹ Ageísmo é o termo utilizado para descrever a discriminação e o preconceito em relação à idade das pessoas. O termo foi criado em 1969 pelo gerontologista norte-americano Robert Neil Butler.

da velhice e do envelhecimento. Nesse contexto, é fundamental entender que as projeções geográficas da vida enfrentam barreiras, limitações e impossibilidades de realização nos diversos contextos espaciais. Essa abordagem totalizadora não apenas enriquece as análises, mas também contribui para a criação de novas frentes de trabalho voltadas à compreensão dos fenômenos relacionados à velhice e ao processo de envelhecimento (Nóbrega, 2020, p. 57).

Por todas essas razões, destaca-se a necessidade de construir uma Geografia brasileira do envelhecimento. Isso se torna especialmente relevante, pois o tema da velhice e do processo de envelhecimento representa uma chave de entrada significativa para compreender as dinâmicas da sociedade brasileira. Ao explorar essas questões, é possível revelar nuances importantes sobre as transformações sociais, culturais e econômicas que moldam o país (Nóbrega, 2020, p. 72).

1.2 Os olhares para o Envelhecer

Para iniciarmos o tema, é importante compreendermos a diferença entre os termos envelhecimento, idoso¹² e velhice, os quais serão adotados nesta pesquisa de acordo com Manzano (2014). O envelhecimento é um processo natural da vida que envolve diversas mudanças fisiológicas no corpo. Ele tem início no momento em que nascemos e continua ao longo de toda a nossa existência. O idoso, ou a Pessoa Idosa¹³, é o indivíduo que vivencia esse processo de envelhecimento. A velhice, por sua vez, é entendida como uma construção social, o que significa que cada cultura tem diferentes maneiras de interpretar e vivenciar esse fenômeno.

Segundo Beauvoir (2018) e Neri (1991), há uma dificuldade em definir uma imagem única da velhice ao longo da história. As representações da velhice são variáveis, incertas, confusas e contraditórias, o que indica que essa imagem muda conforme o tempo, a cultura e o lugar. Em outras palavras, não há uma compreensão única e definitiva sobre o que é a velhice. Essa perspectiva reforça a ideia de que a velhice é uma construção social, formada a partir de interpretações culturais e sociais diversas.

¹² Utilizaremos ao longo da pesquisa o termo “Pessoa Idosa”, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, 2003, o qual define a pessoa com 60 anos ou mais.

¹³ A palavra deriva de idade, o que se refere a uma pessoa de idade avançada. A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua cronologicamente estes como aqueles que possuem mais de 65 anos de idade em países desenvolvidos e com mais de 60 anos em países em desenvolvimento.

Para Mascaro (1997), o processo de envelhecimento e a fase da velhice fazem parte de nossas experiências de ser vivo,

Além disso, os idosos são “personagens” reais e também fictícios em nossa vida pessoal, afetiva e intelectual. [...] Muitas imagens são luminosas, vigorosas, expressando e traduzindo tranquilidade, felicidade e sabedoria nessa fase da existência. Outras vezes, nos defrontamos com imagens sombrias, tristes, refletindo uma situação de insegurança, carência e sofrimento (Mascaro, 1997, p. 9).

Diante de tal diversidade de imagens da velhice, você percebe que existem várias maneiras de vivenciar o envelhecimento e a velhice, segundo circunstâncias de natureza biológica, psicológica, social, econômica, histórica e cultural (Mascaro, 1997, p. 9). Desta forma a autora cita em sua obra a psicóloga e gerontóloga Elvira C. Abreu e Mello Wagner, justificando que o processo de envelhecimento humano pode ser diferente segundo diversos conceitos, partindo da ideia de quatro idades: a idade cronológica, biológica, a social e a psicológica.

A **idade cronológica** é marcada pela data de nascimento da pessoa e nem sempre ela caminha junto com a idade biológica. A **idade biológica** é determinada pela herança genética e pelo ambiente, e diz respeito às mudanças fisiológicas, anatômicas, hormonais e bioquímicas do organismo. A **idade social** relaciona-se às normas, crenças, estereótipos e eventos sociais que controlam através do critério de idade e desempenho dos idosos. As normas constroem o que chamamos de relógio social, que determina o que as pessoas numa determinada época histórica, sociedade, cultura, devem ou não fazer. A **idade psicológica**, bastante abrangente, envolve as mudanças de comportamento decorrentes das transformações biológicas do envelhecimento, é influenciada pelas normas e expectativas sociais e por componentes de personalidade, sendo, portanto, algo extremamente individual (Mascaro, 1997, p. 39-40).

A resistência das pessoas em aceitar a própria velhice está geralmente relacionada aos aspectos negativos associados ao envelhecimento. Esse comportamento reflete um preconceito social que é evidente nas atitudes e percepções da sociedade em relação à Pessoa Idosa. A imagem negativa da velhice e as consequências desse preconceito social contribuem para a dificuldade que muitos enfrentam ao confrontar e aceitar o próprio envelhecimento. “Antes de abater sobre nós, a velhice é uma coisa que só concerne aos outros” (Beauvoir, 2018, p. 11).

Em todos os períodos da história, “é recorrente a oscilação e a depreciação da figura do velho, a aceitação e a rejeição da velhice” (Neri et al., 2002. p.1316). Cada sociedade cria um modelo de ser humano ideal, e é a partir desse modelo que a imagem da velhice é moldada, influenciando sua valorização ou desvalorização. Esse processo envolve uma longa trajetória, na qual crenças, atitudes e orientações sobre

a longevidade e o envelhecimento bem-sucedido são desenvolvidas. (Santa Catarina, 2022. p.17-18).

Beauvoir (2018) destaca a existência de um sistema socioeconômico desigual e prejudicial, que gera diferentes realidades para a velhice. A história e a literatura, segundo ela, têm frequentemente retratado os idosos pobres como figuras invisíveis, marginalizados e condenados a uma velhice marcada pela miséria e abandono. Isso reforça a exclusão social desses indivíduos, perpetuando desigualdades, “a sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão *velho e pobre* constitui quase um pleonasmo [...]”.

Para Neri (1991) e Matta (2021) é amplamente reconhecido que o processo de envelhecimento populacional é irreversível, o que exige novas reflexões sobre o papel e a posição da pessoa idosa na estrutura da sociedade. Além disso, há uma necessidade crescente de políticas públicas elaboradas em parceria com o segmento idoso. O rápido aumento da população idosa representa um fenômeno novo e desafiador para a humanidade, que, pela primeira vez, enfrenta uma realidade demográfica e social marcada pela longevidade, demandando uma adaptação em diferentes esferas sociais.

É fundamental ter cautela ao desenvolver reflexões sobre a velhice, evitando que as abordagens soem anacrônicas ou excessivamente panfletárias. Compreender a centralidade da condição humana vai além de um simples aviso; trata-se de uma necessidade essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A valorização da dignidade e da humanidade dos indivíduos, independentemente de sua idade, é crucial para enfrentar as desigualdades que ainda persistem (Nóbrega, 2020, p. 84).

1.2.1 O Envelhecimento populacional no contexto brasileiro

Uma das maiores conquistas culturais de um povo em seu processo de humanização é o envelhecimento de sua população, o que reflete uma melhoria nas condições de vida. Segundo projeções da Organização das Nações Unidas - ONU (Fundo de Populações), “uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, e estima-se que esse número crescerá para 1 em cada 5 até 2050 [...]”. Essas mudanças demográficas apontam para uma transformação significativa nas estruturas

sociais e econômicas, exigindo adaptações nas políticas públicas e nos serviços voltados para a população idosa.

O envelhecimento populacional ocorre quando a proporção de grupos mais jovens diminui em relação ao total da população, enquanto a porcentagem de adultos e pessoas idosas aumenta. Esse fenômeno tem como principal indutor a redução do número médio de filhos tidos por mulher¹⁴, que no Brasil ocorreu de forma progressiva e rápida desde o final da década de 1960, e, em menor medida, devido à redução da mortalidade em todos os grupos etários incluindo entre as Pessoas Idosas (IBGE, 2022).

Narsi (2008) reforça essa perspectiva, afirmando que, a partir da década de 1960, a redução da fecundidade, inicialmente observada entre os grupos mais privilegiados e nas regiões mais desenvolvidas, rapidamente se generalizou, impulsionando a transição na estrutura etária do país. O autor também faz uma comparação entre áreas urbanas e rurais: na década de 1940, apenas 20% da população vivia em áreas urbanas, o que indicava uma população predominantemente rural. Entretanto, a partir de meados dessa década, o Brasil se tornou majoritariamente urbano, e hoje cerca de 80% da população reside nas cidades.

Essas afirmações servem para a constatação de que hoje o fenômeno do envelhecimento está diretamente ligado ao fenômeno de urbanização, onde as Pessoas Idosas migraram para o urbano ainda jovens. O fenômeno de migração tem influência direta e maior entre as parcelas mais jovens da sociedade, que, em tese, são motivados a procurar outros lugares de moradia em busca de melhores condições de vida (Nóbrega, 2020, p. 57).

De acordo com Dias Jr., Costa e Lacerda (2006), a transição demográfica brasileira reflete as profundas transformações sociais e econômicas que ocorreram ao longo do século XX. Esse período foi caracterizado por um acelerado processo de urbanização e industrialização, especialmente na segunda metade do século, o que impactou diretamente a estrutura populacional do país. Essas mudanças contribuíram

¹⁴ Taxa de Fecundidade: é um indicador demográfico que representa o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo de toda a sua vida reprodutiva. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE 2022, a Taxa de Fecundidade no Brasil foi de 1,55 filhos por mulher (IBGE, 2022).

para a redução das taxas de natalidade e mortalidade, levando ao envelhecimento progressivo da população.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população de pessoas idosas no Brasil era de 32.113.490 indivíduos, o que representou um aumento de 56,0% em comparação com os números registrados em 2010. Desse total, 17.887.737 pessoas (55,7%) eram mulheres, enquanto 14.225.753 (44,3%) eram homens, ou seja, havia cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais que homens em 2022. Isso mostra a tendência histórica de predominância feminina na composição por sexo da população se acentuou: em 1980, eram 98,7 homens para cada 100 mulheres; em 2010, 96,0.

Esses dados indicam não apenas um crescimento significativo na população idosa, mas também uma predominância de mulheres nesse grupo etário. Destaca-se a feminilização da velhice.

“Isso está relacionado com a maior mortalidade dos homens em todos os grupos etários: desde bebê até as idades mais longevas, a mortalidade dos homens é maior. Além disso, nas idades adultas, a sobremortalidade masculina é mais intensa. E, com o envelhecimento populacional, a redução da população de 0 a 14 anos e o inchaço da população de pessoas com 65 anos ou mais de idade há um aumento da proporção de mulheres, já que sobrevivem mais em relação ao homens.” (IBGE, 2022).

Tabela 1 – Feminização da velhice

	2000		2010		2020	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
Proporção de população idosa (60 e mais)	7,8%	9,3%	8,4%	10,5%	11,1%	14,0%
<i>Proporção da população</i>						
<i>Grupos de idades</i>						
60-64	46,8%	53,2%	46,4%	53,6%	45,6%	54,4%
65-69	45,8%	54,2%	45,2%	54,8%	44,5%	55,5%
70-74	44,8%	55,2%	43,2%	56,8%	42,8%	57,2%
75-79	43,9%	56,1%	40,2%	59,8%	39,9%	60,1%
80 ou mais	39,9%	60,1%	34,7%	65,3%	33,8%	66,2%
População idosa	6.533.784	8.002.245	7.952.773	10.271.470	11.328.144	15.005.250

Fonte: Dados sobre o Envelhecimento, 2020.¹⁵

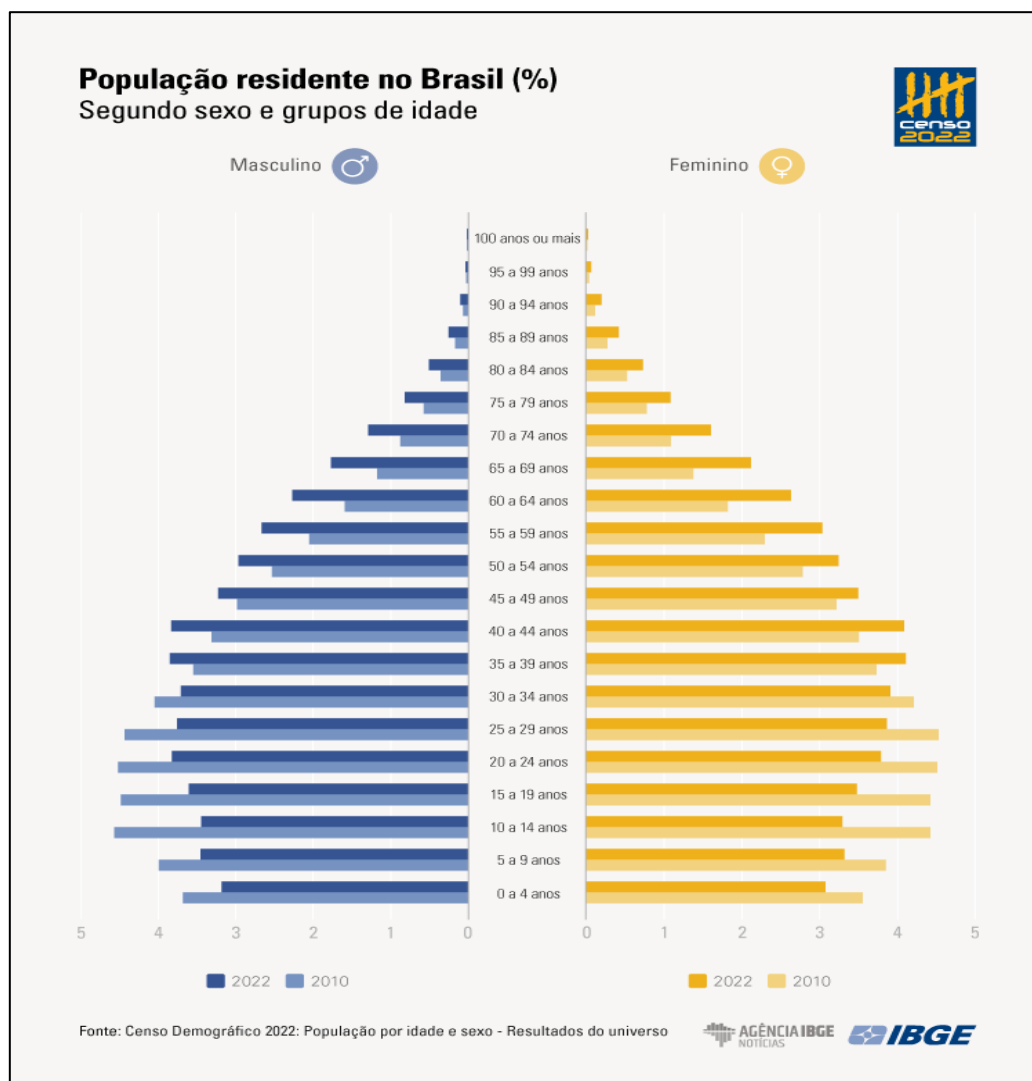
Segundo Matta (2020), a “feminização da velhice” ocorre em paralelo ao envelhecimento populacional, um destaque também por Neri (2007), esse processo está relacionado a três fatores principais: (1) a maior longevidade das mulheres em comparação aos homens; (2) o aumento do número de mulheres idosas que integram

¹⁵ Dados encontrados na Secretaria Nacional de Promoção Defesa dos Direitos Humanos, na seção “Dados sobre o Envelhecimento no Brasil.

a população economicamente ativa; e (3) uma presença crescente de mulheres idosas como chefes de família.

Diante disso é possível destacar que as experiências decorrentes do processo de envelhecimento têm se manifestado de maneira diferente entre homens e mulheres. “As sociedades que têm histórias são dominadas pelos homens; as mulheres jovens e velhas podem até desfrutar a autoridade na vida privada; na vida pública, seu estatuto é idêntico; são eternas menores” (Beauvoir, 2018, p. 135).

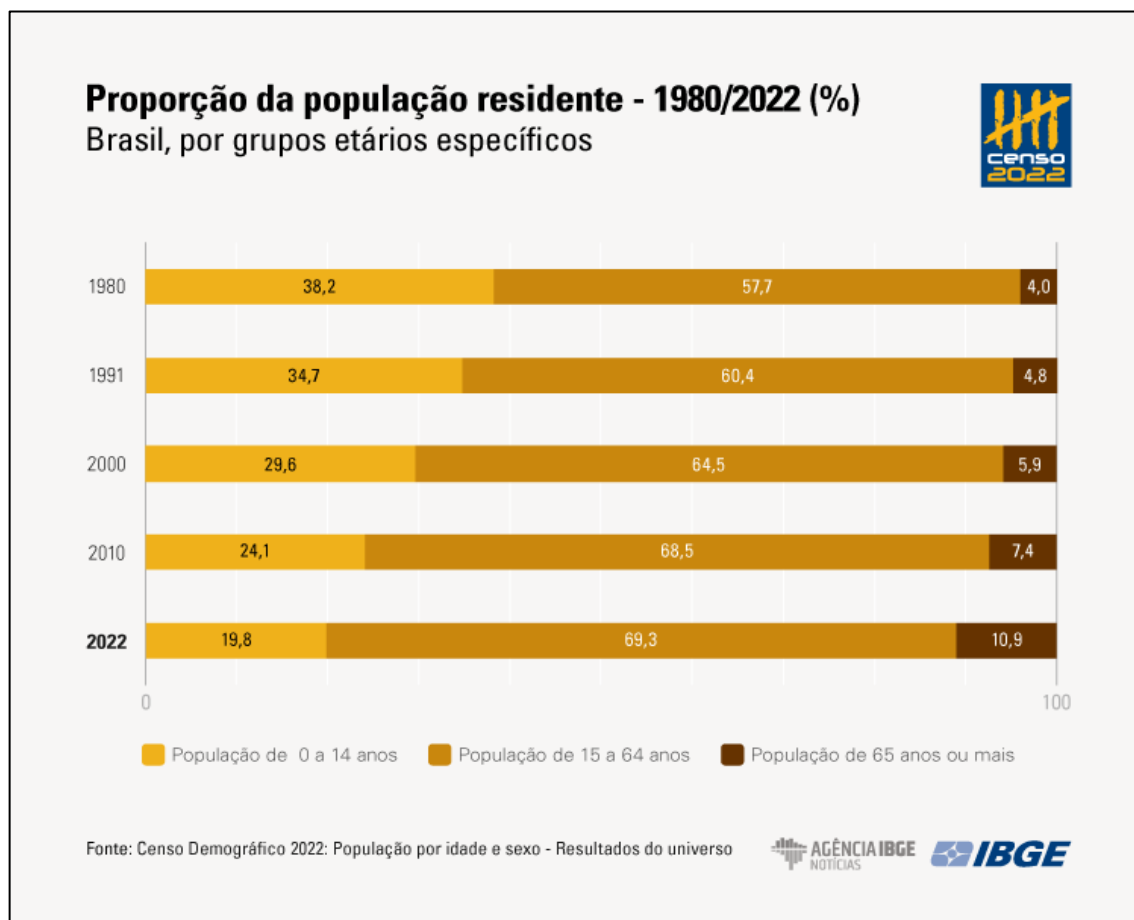
O Brasil passou por uma transformação demográfica significativa ao longo das últimas décadas, isso se confirma através do Censo Demográfico de 2022. Em 1980, apenas 6,1% da população tinha 60 anos ou mais. No entanto, em 2022, esse grupo etário cresceu para 15,8% da população total, um aumento expressivo em comparação com o Censo de 2010, quando representou 10,8%, o que indica um crescimento de 46,6% em pouco mais de uma década (Gráfico 1).

Gráfico 1 – População residente no Brasil

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022: População por idade e sexo

Ao mesmo tempo, o percentual de crianças de até 14 anos, que em 1980 correspondia a 38,2% da população, caiu para 19,8% em 2022. Essa mudança reflete uma inversão da pirâmide etária do país, com a população envelhecendo e o número de nascimentos ocorrendo ao longo do tempo (Gráfico 2). É preciso ressaltar que quando falamos sobre o envelhecimento da população, estamos nos referindo a diminuição da proporção de jovens e o crescimento do número de pessoas mais velhas (IBGE, 2022).

Gráfico 2 – Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões - 2022

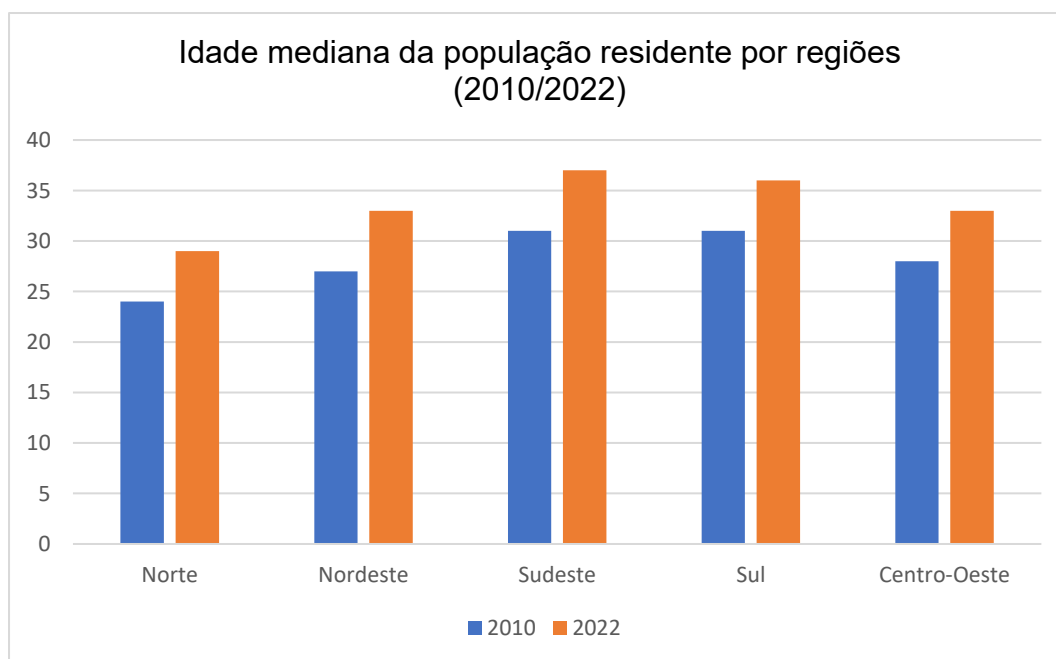


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.¹⁶

Um outro indicador de envelhecimento populacional que o IBGE destaca é a idade mediana¹⁷, que divide uma população entre 50% mais jovens e 50% mais velhos. No Brasil, de 2010 para 2022, a idade mediana subiu de 29 anos para 35 anos, um aumento de 6 anos entre os Censos, evidenciando o envelhecimento da população. Nesse período o indicador aumentou nas cinco regiões: Norte – de 24 para 29 anos; Nordeste – de 27 para 33 anos; Sudeste – de 31 para 37 anos; Sul – de 31 para 36 anos e Centro-Oeste – de 28 para 33 anos (Gráfico 3).

¹⁶ As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento (IBGE, 2022).

¹⁷ Anexos 1 e 2 –Idade mediana, índice de envelhecimento (parâmetro 60 anos ou mais de idade) e razão de sexo, segundo as Unidades da Federação – 2010/2022.

Gráfico 3 – Idade mediana da população residente por regiões (2010/2022)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do IBGE (2023).

O Censo Demográfico também observa o índice de envelhecimento¹⁸, o qual é calculado pela razão entre o grupo de pessoas de 65 anos¹⁹ de idade em relação à população de 0 a 14 anos. Portanto, quanto maior o valor do indicador, mais envelhecida é a população. No Brasil, esse índice chegou a 55,2 em 2022, indicando que há 55,2 pessoas com 65 anos ou mais de idade para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. Em 2010, o índice de envelhecimento era menor, correspondendo a 30,7.

Os municípios com menor população, que possuem até 5.000 habitantes, apresentavam, em média, os índices de envelhecimento mais elevados, com uma proporção de 76,2 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 indivíduos de 0 a 14 anos. Por outro lado, os municípios mais populosos, com mais de 5.000 habitantes, mostram o segundo maior índice, com 63,9 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 pessoas na faixa etária de 0 a 14 anos (IBGE, 2022).

Quando olhamos para as unidades da federação, é possível confirmar as alterações na estrutura etária entre os dois últimos Censos Demográficos, não só o processo de redução da fecundidade e da mortalidade, mas também o processo

¹⁸ O índice de envelhecimento, foi determinado pela seguinte fórmula: $IE = (P_{65+} / P_{0-14}) \times 100$ (IBGE, Censo Demográfico, 2022).

¹⁹ O Estatuto do Idoso define como idoso a pessoa com 60 anos ou mais. O corte de 65 anos ou mais é utilizado nesta análise pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para manter a comparabilidade internacional e com outras pesquisas que utilizam essa faixa etária, como de mercado de trabalho" (IBGE, Censo Demográfico, 2022).

migratório interestadual. “Podemos ter o recebimento de um determinado grupo etário em certos estados, principalmente adultos, assim como naqueles estados de onde os migrantes saem” (IBGE, 2022). Isso deve explicar a presença de diferentes grupos etários em diferentes unidades federativas e regiões.

A distribuição por grandes grupos etários em 2022, nas Regiões do Brasil, apresenta uma estrutura intermediária, com uma distribuição etária que se aproxima da média nacional (Tabela 2). As Regiões Sul e Sudeste são as que apresentam estruturas etárias mais envelhecidas, a Região Centro-Oeste apresenta uma estrutura intermediária, enquanto a Região Norte se destaca como a mais jovem do país, seguida pela Região Nordeste (IBGE, 2022).

Tabela 2 – Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões - 2022

Nível geográfico	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)
Brasil	19,8	69,3	10,9
Norte	25,2	67,9	7,0
Nordeste	21,1	68,7	10,1
Sudeste	18,0	69,8	12,2
Sul	18,5	69,4	12,1
Centro-Oeste	20,9	70,2	8,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.²⁰

Em relação aos percentuais da população com 60 anos ou mais, destacam-se os estados do Rio Grande do Sul (20,2%), Rio de Janeiro (18,8%) e Minas Gerais (17,8%). Quanto aos estados que apresentam os menores percentuais de pessoas com 60 anos ou mais de idade são: Roraima (7,9%), Amapá (8,4%) e Amazonas (9,1%). Os estados com maiores proporções de pessoas de até 14 anos: Roraima (29,2%), Amazonas (27,3 %) e Amapá (27,0%) (Anexo 3).

A análise da estrutura etária da população residente, considerando a participação percentual de cada faixa etária, discutida acima, confirma o aumento da proporção de pessoas idosas no topo da pirâmide etária, ao mesmo tempo que se

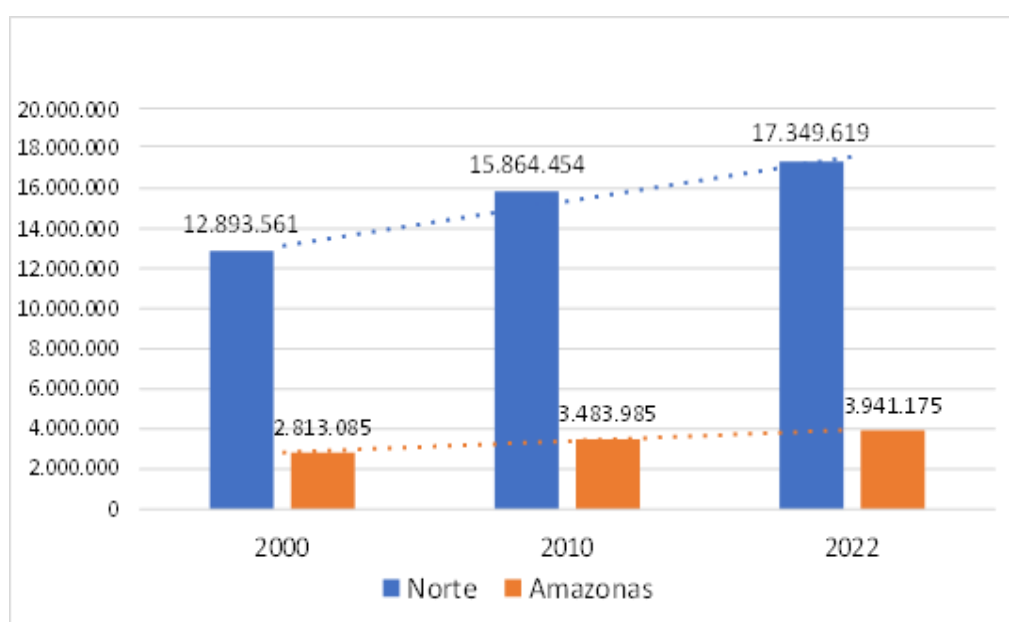
²⁰ As diferenças entre as somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento na tabela 2.

observa um estreitamento da base. Isso evidencia a tendência de envelhecimento populacional.

1.2.2 O Envelhecimento populacional: do Amazonas à cidade de Manaus

Segundo o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Norte, onde se encontra o estado do Amazonas, atingiu uma população de 17,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,5% dos habitantes do país, sendo a segunda região menos populosa em comparação com as demais regiões do Brasil. A taxa de crescimento anual da Região, foi de 0,75%, a segunda maior entre as regiões, mas significativamente menor do que a registrada no período entre os censos anteriores (2000/2010), quando era de 2,09% (Gráfico 4). Isso indica que, apesar da população ainda estar crescendo, o ritmo de expansão demográfica no Norte é menor em relação à última década.

Gráfico 4 – Evolução Demográfica da Região Norte e do Amazonas: 2000/2022



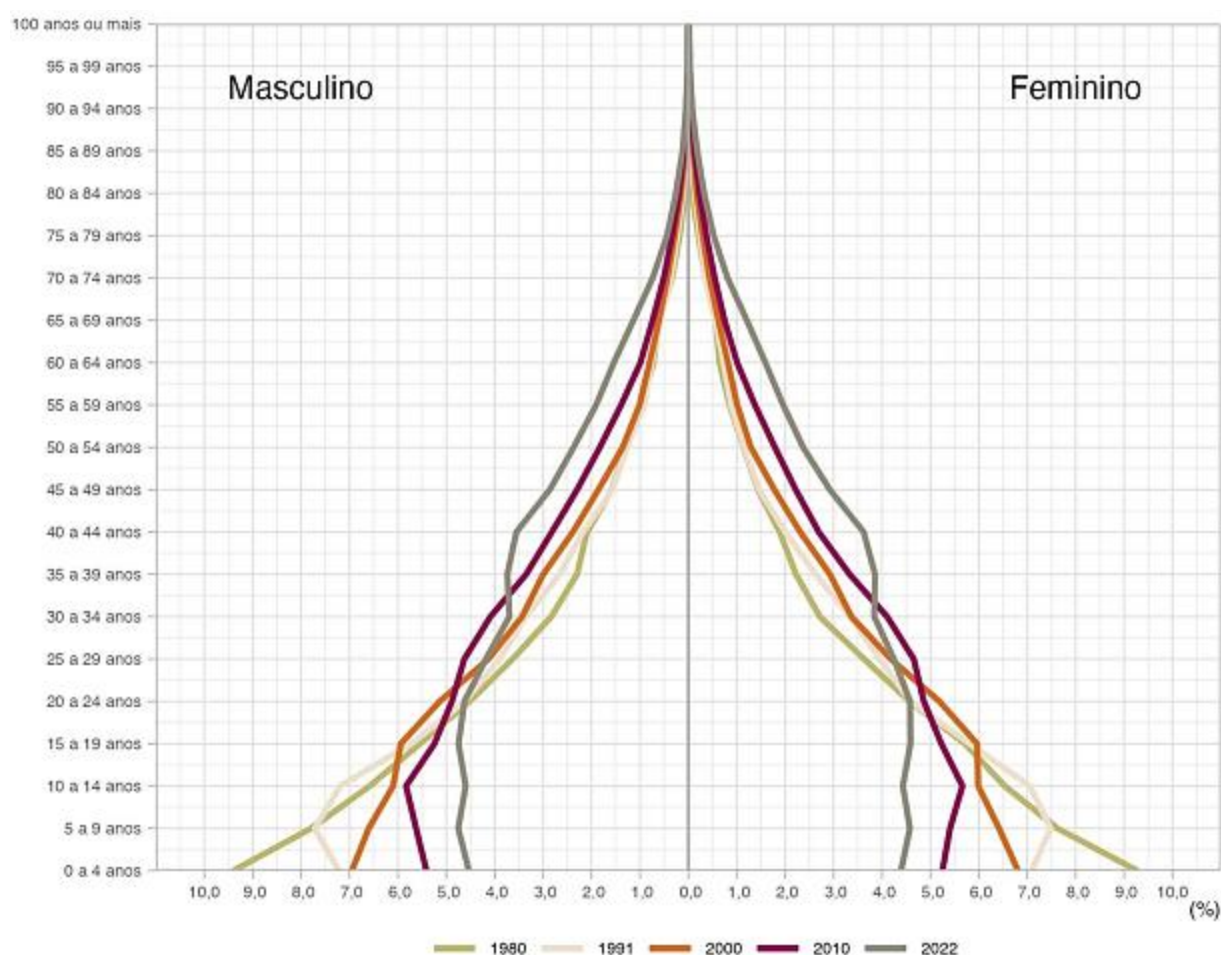
Fonte: Elaborado por: Pereira, 2024, com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2022.

O estado do Amazonas apresenta uma área territorial de 1.559.255,881 km², com uma população residente de 3.941.613 pessoas e sua densidade demográfica de 2,53 hab./km² de acordo com o Censo Demográfico de 2022.

Nesse estado, a população de crianças de 0 a 14 anos representava 47,2% do total em 1980, caindo para 33,2% em 2010 (Tabela 3). De acordo com o Censo Demográfico de 2022, esse percentual ocultou-se ainda mais, chegando a 27,3%,

evidenciando o estreitamento da base da pirâmide etária (Gráfico 5). Paralelamente, o topo da pirâmide se alargou, como demonstrado pelo aumento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que passou de 2,5% em 1980 para 4,0% em 2010, e atingiu 5,9% em 2022 (IBGE, 2022).

Gráfico 5 - Distribuição relativa da população residente por sexo, segundo grupo de idade – Amazonas – 1980/2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.

Tabela 3 – Proporção de grupos de idade específicos na população residente total – Amazonas – 1980/2022

Ano	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 64 anos (%)	População de 65 anos ou mais (%)
1980	47,2	50,3	2,5
1991	43,8	53,5	2,7
2000	38,9	57,9	3,3
2010	33,2	62,8	4,0
2022	27,3	66,8	5,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.²¹

Outro indicador relevante no estado é o índice de envelhecimento, que em 2022 atingiu 21,7, o que significa que há 21,7 idosos para cada 100 crianças. Em 2010, esse índice era de 12,2, demonstrando claramente o avanço do processo de envelhecimento populacional no Amazonas (IBGE, 2022).

O município com o maior índice de envelhecimento no estado do Amazonas é Careiro da Várzea, com um índice de 28,7 (Tabela 4), o que indica que há 28,7 idosos para cada 100 crianças. Manaus, a capital, ocupa a terceira posição, com um número de 26,4. Em contrapartida, Japurá apresenta o menor índice de envelhecimento, com apenas 8,9 idosos para cada 100 crianças (IBGE, 2022).

Tabela 4 – Municípios com os cinco maiores e menores Índices de Envelhecimento (IE)¹ população residente – Amazonas - 2022

Nº de ordem	Municípios	IE	Nº de ordem	Municípios	IE
1	Careiro da Várzea	28,7	62	Japurá	8,9
2	Careiro	28,2	61	Maraã	9,3
3	Manaus	26,4	60	Jutaí	9,5
4	Rio Preto da Eva	25,4	59	Ipixuna	9,8
5	Manaquiri	25,3	58	Itamarati	10,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.²²

Essas variações nos índices de envelhecimento entre os municípios indicam que o processo de envelhecimento da população no Amazonas não é homogêneo. Em municípios como Careiro do Várzea e Manaus, a população idosa está crescendo

²¹ As diferenças entre as somas das parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

²² Valores coincidentes entre os municípios são provenientes de critérios de arredondamento.

de forma mais acelerada, o que pode ser resultado de melhores condições de vida, saúde, e maior urbanização. O crescimento econômico e a migração de jovens para as cidades maiores, como Manaus, podem contribuir para o aumento do número de idosos em relação ao número de crianças nesses locais.

Por outro lado, Japurá, com o menor índice de envelhecimento, ainda apresenta uma população mais jovem. Isso pode estar relacionado à sua localização mais remota e às características socioeconômicas locais, onde as taxas de fecundidade podem ser mais altas e o acesso a serviços de saúde, que impactam na longevidade.

Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas diferenciadas para os municípios, considerando as disparidades regionais. Enquanto em alguns lugares é urgente ampliar os serviços e estruturas voltadas para a população idosa, em outros, a atenção à saúde materno-infantil e à educação de crianças e jovens continua sendo uma prioridade.

No Brasil, a maioria das cidades já está vivenciando o processo de envelhecimento populacional, embora isso ocorra de maneira desigual entre as diferentes regiões. Nesse contexto, a capital do Amazonas, Manaus, também segue uma tendência de crescimento da população idosa, apesar de a maior parte de sua população ainda ser predominantemente jovem (Silva, 2012, p. 63):

O envelhecimento individual se refere ao aumento da idade e envelhecimento populacional é caracterizado pelo aumento da população idosa no total da população. Para Camarano, 2004, o limite etário é uma das determinações mais simplistas para definição de idoso, pois ser uma pessoa idosa envolve aspectos psicológicos, comportamentais e sociais que variam conforme as especificidades do ambiente onde se vive[..].

O processo de envelhecimento populacional em Manaus reflete uma realidade que ocorre de forma gradual, acompanhando o declínio das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida. Embora a cidade ainda possua uma estrutura etária jovem, o aumento na proporção de idosos destaca a necessidade de preparar políticas públicas externas para essa mudança demográfica.

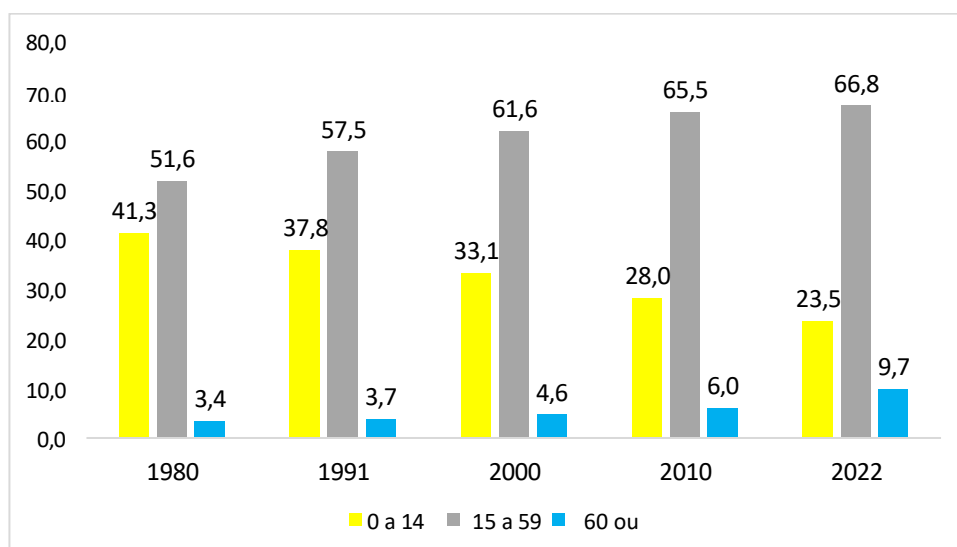
Isso significa que, apesar da predominância de jovens, Manaus já começa a enfrentar desafios típicos de uma sociedade envelhecida, como a necessidade de expandir os serviços de saúde geriátrica, a criação de ambientes acessíveis para os idosos, e a adaptação dos sistemas previdenciários.

No último Censo Demográfico (2022), a população era de 2.063.689 habitantes e a densidade demográfica era de 181,01 hab./km². Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 1 de 62. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 7 e 428 de 5570 municípios.

Com base nos indicadores de envelhecimento populacional, Manaus apresenta uma idade mediana de 31 anos. O índice de envelhecimento, que mede a proporção de idosos em relação às crianças, é de 48,31 idosos para cada 100 crianças, o que coloca a cidade em 3º lugar no estado do Amazonas e na 5.235ª posição no Brasil. Manaus conta com uma população idosa de 200.138 pessoas, sendo uma cidade com o maior número de pessoas idosas no estado e ocupando a 13ª posição no Brasil (IBGE, 2022). Esses dados destacam Manaus como um importante centro de envelhecimento populacional no Amazonas, refletindo o impacto da transição demográfica em uma cidade que ainda tem uma maioria jovem.

A partir da década de 1980, Manaus começou a passar por grandes transformações na estrutura populacional. O Gráfico 6 evidenciam a tendência de envelhecimento dessa população. Entre as principais mudanças observadas estão a redução na participação dos jovens, o aumento da proporção de idosos, o crescimento da razão de dependência e a elevação da idade média. Esses fatores evidenciam o processo de envelhecimento populacional em Manaus. A diminuição do número de jovens indica uma transição demográfica, enquanto o aumento da razão de dependência – ou seja, o número de indivíduos que dependem economicamente da população em idade ativa – pode representar um desafio econômico para o futuro, exigindo ajustes nas políticas públicas, especialmente nas áreas de previdência, saúde e planejamento urbano (Silva, 2012, p. 74).

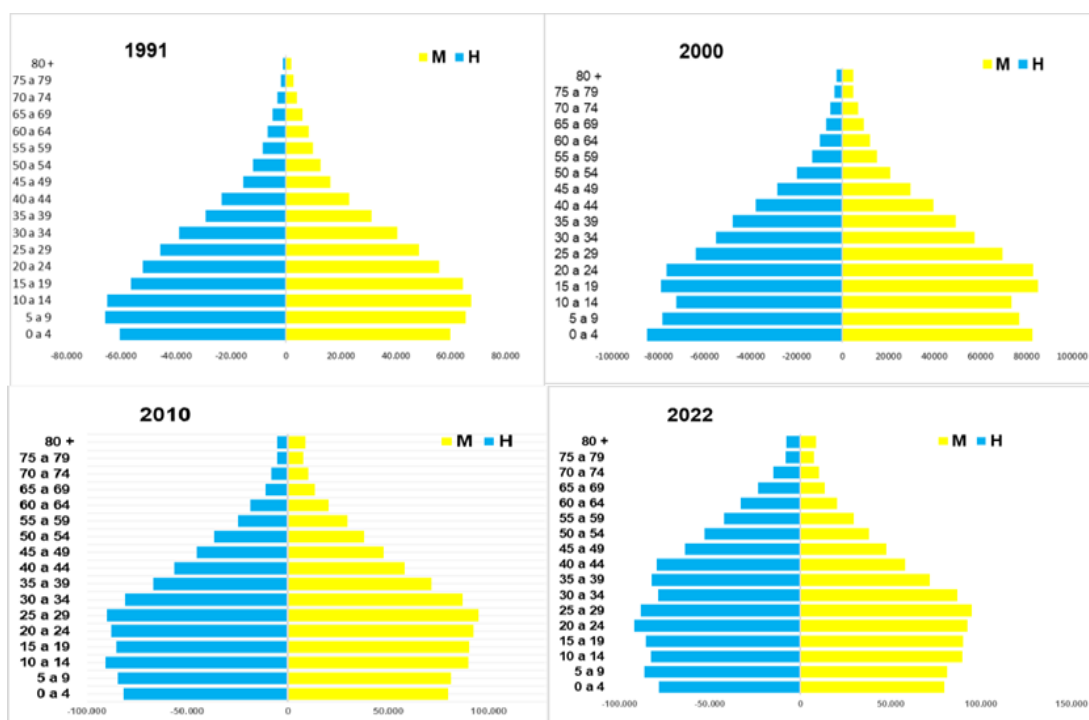
Gráfico 6 – Distribuição da população conforme grupos etários em %- Manaus (1980 /2022)



Fonte: IBGE. Censo demográfico (1980,1991,2000, 2010 e 2022). Adaptado: (Silva,2012, p.68).

Segundo os dados coletados do IBGE, a taxa de fecundidade na capital amazonense apresentou uma queda significativa, passando de 3,0 filhos por mulher em 1991 para 2,0 em 2010. Paralelamente a esse declínio, observou-se um aumento expressivo no índice de envelhecimento da população (Pereira, 2024. p. 60). Essa taxa passou de 2,61 em 1991 para 4,0 em 2010, alcançando 26,41 em 2022 — um reflexo claro das mudanças observadas na pirâmide etária de Manaus (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Pirâmide etária do município de Manaus de 1991 a 2022



Fonte: Elaborado por Pereira, 2024. Censos Demográficos SIDRA / IBGE (1991,2000, 2010 e 2022).

De acordo com Silva (2012), o processo de envelhecimento em Manaus está ocorrendo de maneira menos acelerada do que em outras capitais do Brasil, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. No entanto, é importante destacar que o envelhecimento populacional já começou e é uma característica irreversível. Isso exigirá uma maior demanda de planejamento e implementação de políticas públicas, com ênfase nas que sejam externas para a população idosa, especialmente aquelas que abordam o estilo de vida dos moradores de Manaus.

1.3 A Pessoa Idosa e às Políticas Públicas Nacionais, Estaduais e Municipais

O processo de envelhecimento traz consigo vários desafios e tem sido um tópico de discussão há algum tempo. No entanto, a discussão torna-se ainda mais pertinente à medida que as mudanças no perfil demográfico se tornam mais evidentes, não apenas no Brasil, mas também em outras partes do mundo.

Foi apenas nas últimas quatro décadas que o envelhecimento da população começou a ocupar espaço nas agendas internacionais, por meio das primeiras reuniões voltadas a esse tema. O que caracteriza o debate como recente. Apenas em 1982 que a cidade de Viena, vai receber a primeira ação internacional sobre o envelhecimento. A reunião foi organizada e convocada pela ONU, onde recebeu o nome de “Primeira Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento”. O encontro esteve mais focado em como as sociedades estavam implicadas no processo de envelhecimento humano, visto que o perfil demográfico das sociedades estava mudando de forma acelerada. O envelhecimento estava se tornando um tema mundial e não mais regional (Nóbrega, 2020. p.150).

Segundo Nóbrega (2020), “o tema envelhecimento só começa a provocar inquietações 20 anos depois de Viena”, com a segunda reunião internacional em Madri. No ano de 2002, as preocupações mundiais acerca do envelhecimento se tornam muito mais clara do que a aconteceu em Viena.

[...] o período de vinte anos que separa uma da outra ressalta os contrastes das circunstâncias históricas em que ocorreram. Com efeito, a primeira das Assembleias teve lugar num tempo marcado, no plano internacional, pelas tensões da Guerra Fria e, regionalmente, pela prevalência de regime de exceção, a segunda aconteceu num horizonte caracterizado pelo fim do sistema bipolar, pelo progressivo fortalecimento das democracias e pelo fenómeno da globalização (Ministério das Relações Exteriores, 2004, p. 4).

No Brasil, vários movimentos sociais têm avançado reconhecendo a importância do direito de envelhecer com dignidade. Esses direitos foram desenvolvidos com o objetivo de conciliar a legislação nacional com as diretrizes e compromissos acordados no âmbito internacional. Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa Idosa foi estabelecido pouco tempo depois da segunda Assembleia Internacional sobre o Envelhecimento, evidenciando essa busca pela união entre as questões globais e as políticas públicas brasileiras.

Para Nóbrega (2020):

Alguns compromissos governamentais estão materializados na Legislação Brasileira, todavia o processo de efetivação é lento e contraditório, uma vez que existe uma legislação que legitima os direitos humanos fundamentais, ao mesmo tempo, em que existe a adoção de diretrizes neoliberais. Para isso existem momentos significativos que possibilitam o entendimento de discussões que tratam do envelhecimento na agenda pública brasileira (Nóbrega, 2020, p. 177 – 1780).

Será apresentado um quadro (Quadro 2), com os marcos legais de proteção e garantia dos direitos da Pessoa Idosa na Legislação Brasileira, a partir da década de 1980:

Quadro 2 – Legislação Brasileira: Proteção e garantia dos direitos da Pessoa Idosa

Ano	Legislação	Descrição
Décadas de 80 e 90	Envelhecimento como questão social e política	Programas desenvolvidos a partir dos dados demográficos do IBGE, com o aparecimento do fenômeno da longevidade. Existência de grupos de pressão na mídia, no movimento dos aposentados e pensionistas, diversas organizações da sociedade civil organizada, organismos internacionais.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988	É a Constituição de lei maior que organiza o Estado brasileiro. Nela o Movimento dos Aposentados e Pensionistas viu materializadas suas principais reivindicações, entretanto posteriormente seria marcado por uma luta pelo cumprimento da legislação. “Um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e à assistência social (art. 194)”.
1993	Lei Feral nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993	Lei Orgânica de Assistência Social – LAOS.

1994	Lei Federal nº. 8.842 de 4 de janeiro de 1994	Política Nacional do Idoso – PNI e cria o Conselho Nacional do Idoso – CNI. Essa Lei prevê, para a implementação da PNI, ações governamentais nas áreas de promoção de assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social.
1996	Decreto – Lei nº 1.948, de 3 de julho de 1996	Regulamenta a PNI. Esse decreto estabelece as competências dos órgãos e entidades públicas na implementação da PNI, atribuindo competência ao Ministério da Previdência e Assistência Social de coordenar as ações relativas a essa política e de promover articulações inter e intraministeriais necessárias a sua implementação, além de intensificar as relações entre as organizações governamentais e não governamentais na prestação de serviços à população idosa.
1999	Portaria nº 1.395/GM, em 10 de dezembro de 1999	Aprovação da Política Nacional da Saúde do Idoso.
2003	Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	Estatuto da Pessoa Idosa.
2006	Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006	Aprova e atualiza a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
2007	Decreto nº 6.214, 26 de setembro de 2007	Regulamenta o benefício da prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993, e a Lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, acresce o parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de outubro de 1999.

Fonte: Organizado pela autora, com base em Nóbrega 2020²³.

Para Meleiro et al. (2020, p. 284), a Constituição de 1988, foi um marco na conquista dos Direitos Sociais brasileiros. Teve como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos do Estado Democrático de Direito são os pilares que alicerçam nossa Constituição – CF/1988.

A Constituição também traz em seu texto os direitos da Pessoa Idosa. No art. 229, que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos

²³ Adaptado por Nóbrega (2020, p. 177 – 178), a partir de Teixeira (2003) e Haddad (2003), complementando com notícias oficiais, publicadas nos veículos de comunicação social.

maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carências ou enfermidades”, logo em seguida no art. 230 estabelece que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 1988).

Após a análise das leis que regulamentam a Pessoa Idosa no território brasileiro a pesquisa pauta-se especialmente no Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei nº 10.741/2003. Composto por 118 artigos que visam assegurar dignidade, cidadania e inclusão social a Pessoa Idosa.

De acordo com Meleiro, Brito e Nascimento (2020, p. 285), o Estatuto da Pessoa Idosa é o mais esperado e festejado arcabouço jurídico direcionado à Pessoa Idosa brasileira, pois veio com o objetivo de fomentar, garantir e promover os direitos da Pessoa Idosa com o envelhecimento ativo e saudável, dignidade e independência, protagonismo e autonomia. Assim representa um marco jurídico para a proteção dos direitos da Pessoa Idosa brasileira.

A Lei 10.741/2003, concede e regulamenta os direitos a todas as pessoas a partir dos 60 anos de idade, ajustando os deveres e punição quando há violação dos seus direitos. É o maior ponto de vista de proteção e direito desses cidadãos. Conforme o art. 4º é vetada qualquer discriminação, negligência ou violência que desacata o direito da Pessoa Idosa, se caso isso ocorrer pode haver punição prevista em Lei (Brasil, 2003).

Em esfera estadual, temos a Constituição do Estado do Amazonas de 1989, que prevê a proteção à Pessoa Idosa dentro dos seus direitos sociais, seu art. 4º inciso VI:

O Estado e os Municípios assegurarão o pleno exercício dos direitos sociais contemplados na Constituição da República, inclusive os concernentes aos trabalhadores urbanos e rurais, mediante: VI – à proteção à maternidade, à infância, ao idoso, ao deficiente e ao desamparado.

O estado só tem um estatuto voltado exclusivamente para a Pessoa Idosa a partir do momento da criação da Lei nº 2.422, de 19 de novembro de 1996. A Lei dispõe sobre a Política Estadual do Idoso e cria o Conselho Estadual do Idoso, com o objetivo de assegurar os direitos sociais dos idosos e criando condições de promover sua autonomia, integração e participação na sociedade (Pereira, 2024, p. 75).

Em 04 de maio de 2004 foi aprovada a Lei nº 2.887/04, dispondo sobre a nova Política Estadual do Idoso, destinada a assegurar os direitos sociais das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Por meio desse instrumento legal, também foi disposto sobre a composição, organização e funcionamento do Conselho Estadual do Idoso – CEI, que passa a ter a finalidade, dentre outras, a de fiscalizar a Política Estadual do Idoso.

Essa Lei foi regulamentada por meio do Decreto nº 24.839/05. A partir de então, a Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, passa a ser a gestora oficial da Política Estadual do Idoso. O Conselho só começa a funcionar efetivamente na prática, dez anos após promulgada a Política Estadual do Idoso do Amazonas, Lei nº 2.887/96 (Meleiro; Brito; Nascimento, 2020).

Em 15 outubro de 2019, foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE a Lei Delegada nº 122/19, que trata da Reforma Administrativa no âmbito do Governo do Estado do Amazonas. Desta feita, o Conselho Estadual do Idoso sai de vinculação da Secretaria da Assistência Sociais e Cidadania – SEAS e passa a vincular-se à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC. A SEJUSC, também passa a ser gestora oficial da Política Estadual do Idoso (Meleiro, 2021).

Na cidade de Manaus, a Política Municipal do Idoso foi aprovada pela Câmara Municipal de Manaus em 04 de julho de 1999. A Política foi elaborada a partir da articulação realizada pela Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas – FDT, em parceria com outros órgão governamentais e não governamentais, grupos de aposentados, sindicatos e a participação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Lisbôa, 2011).

Em março de 2001, por meio do Decreto nº 628/01, a Lei foi regulamentada. Consta no Artigo 4º do Capítulo 3 que a implementação da Política Municipal do Idoso é competência dos órgãos públicos e da sociedade civil, cabendo a fundação Dr. Thomas não só a coordenação, acompanhamento e avaliação dessa política. No ano de 2002, por meio do Decreto nº 6.114/02, foi criado o Conselho Municipal do Idoso²⁴ na cidade de Manaus (Meleiro, 202, p. 57).

²⁴ Será apresentado no Anexo 4 – Leis municipais voltadas para a Pessoa Idosa no recorte espacial de 2002 a 2016.

Na cidade também é possível perceber, instituições voltadas à promoção de atividades e proteção à Pessoa Idosa, que buscam concretizar as Políticas Públicas em esferas estaduais e municipais, algumas estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Instituições voltadas para a Promoção e Proteção da Pessoa Idosa

Centro Estadual de Convivência do Idoso.
Centro Integrado de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – CIPDI.
Centro de Atenção a Melhor Idade – CAIMI
Conselho Estadual do Idoso
Conselho Municipal do Idoso
Defensoria Pública com o núcleo especializado na assistência à Pessoa Idosa
Delegacia Especializada em Crimes Contra o Idoso
Fórum Permanente do Idoso
Fundação Dr. Thomas
Ministério Público do Estado
Centros de Referência de Assistência Social – CRAS
Parque Municipal do Idoso
Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUNATI

Fonte: Organizado pela autora, com base nos dados de Pereira, 2024, p. 77.

É possível notar que existem diversas instituições públicas, conselhos, centros de convivência e atendimento à Pessoa Idosa evidenciando o esforço constitucional em consolidar uma rede de apoio a esse grupo etário. No entanto garantir o envelhecimento ativo, saudável e com dignidade ainda exige o fortalecimento dessas Políticas Públicas e o compromisso contínuo da sociedade e do Estado, tendo em vista que o envelhecimento populacional no território brasileiro ocorre em uma profunda desigualdade, de classe, gênero, de raça, agravado por um quadro de crise econômica (Matta, 2021, p. 28). Partindo desse princípio é necessário pensar em estratégias que abarquem esse grupo etário, garantido equidade a todos.

CAPÍTULO 2

O TEMA ENVELHECIMENTO E PESSOA IDOSA NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA E EDUCACIONAL

*Certa manhã
Lin Cheng acordou
e percebeu que já não podia
mover-se como antigamente.*

*Quando jovem,
saltava de sua cama
para correr
ao longo do rio.*

Agora não mais.

Lin Cheng ficou triste.

Odilon Moraes

O capítulo apresenta a caracterização da área de estudo a E. E. T. I. Marcantonio Vilaça II – 2º CPM que fica situada no bairro Cidade Nova – Manaus/AM, destacando que a pesquisa trabalhou o envelhecimento dentro do espaço urbano da cidade de Manaus. A análise do espaço urbano contou com o aporte teórico da Geografia e tomou-se como base para a presente pesquisa o conceito de espaço urbano de Milton Santos, que destaca que o espaço é uma construção social criada através de relações humanas ao longo do tempo. O texto também aborda a influência do espaço urbano no processo de envelhecimento, levando em consideração os aspectos trabalhados em Geografia do Envelhecimento – infraestrutura, Políticas Públicas e contexto social, sempre reforçando a importância da Geografia do Envelhecimento como área fundamental para compreender as mudanças no espaço ligadas ao envelhecimento, destacando que a escola tem um papel fundamental nessa construção. Na escola aprende-se o respeito, a valorização e a inclusão da Pessoa Idosa.

2.1 Caracterização da área de Estudo - Espaço Urbano e Envelhecimento

Como toda a ciência a Geografia possui alguns conceitos ditos como conceitos-chaves, os quais se tornam capazes de sintetizar a objetivação, ou seja, como a sociedade é analisada, o que confere a Geografia sua identidade e sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais. Como ciência social a geografia tem como objetivo principal cinco conceitos- chaves, que norteiam suas pesquisas, todos esses

conceitos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre, são eles: paisagem, região, espaço, lugar e território. (Corrêa, 2006, p. 25).

Considerando que a maioria das Pessoas Idosas vive nas cidades, o espaço urbano será a categoria utilizada para a análise. Isso se justifica pelo fato de que a Geografia investiga as transformações que o espaço tem sofrido ao longo do tempo. Além do que a Geografia do Envelhecimento, ramo da Geografia que estuda o processo de envelhecimento e suas consequências, faz uma análise do contexto social em que a Pessoa Idosa está inserida, assim como as Políticas Públicas e infraestrutura, e quais transformações esse processo ocasiona.

Partindo da construção teórica da geógrafa Doreen Massey (2008) compreendemos que o espaço é muito mais que um receptáculo ou superfície, em que a vida se reproduz e as relações sociais acontecem, ele é um todo multidimensional, onde o espaço e os sujeitos se produzem e coexistem juntos.

A autora ainda continua sobre as potencialidades de como pensamos e compreendemos os espaço como uma dimensão social além de discutir a questão da virada nas ciências humanas e sociais e a questão das especialidades. Nesse sentido, a autora argumenta sobre o modo que pensamos o espaço para ela,

O espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos de mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão social: da coexistência contemporânea de outros (Massey, 2008, p. 16).

Milton Santos (1999) compreende o espaço geográfico enquanto uma totalidade, sendo definido a partir de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Nessa organização as relações e o pensamento enquadram-se como dimensões do sistema de ações. Já toda forma de estrutura e de equipamentos compõem o sistema de objetos que se materializam pelo espaço, estando na forma de fixos e fluxos. Segundo o autor,

O espaço é formado indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro,

idades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (Santos, 1999, p. 51).

Tuan (1983) trata o espaço de acordo com a geografia humanística, assim ele considera os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou de um povo sobre o espaço a partir da experiência. Assim ele argumenta que existem vários tipos de espaços, um espaço pessoal, um espaço grupal e o espaço milico-conceitual que, ainda que ligado à experiência, “extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas em direção a estruturas mais abstratas” (Tuan, 1983).

Para Nóbrega (2020), o espaço, então, do ponto de vista teórico, não pode ser entendido mais como aquele meio vazio, passivo: geralmente interpretado como palco, o cenário passivo da relação da vida. Mais do que uma base material concreta, o espaço junto com a sociedade e as coisas produzidas pelo trabalho social, pode ser trocado, consumido e desaparecer.

O espaço entra nas relações de produção, compõe as forças produtivas. Neste sentido, como produto e elemento constituinte da sua produção, o espaço se dialetiza, ou seja, entra como parte fundamental das relações econômicas e sociais,

A concepção do espaço como produto social avança sem dificuldades [...]. Não designando um “produto” qualquer, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, esse conceito exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações. [...] O espaço não pode mais ser concebido como passivo vazio, ou então não tendo outro sentido, como os “produtos”, que o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “sobre o terreno” (Lefebvre, 2006, p. 4-5).

Os termos da construção do espaço social estão presentes na ideia de que o espaço é produto, meio e condição da realização da vida, por isso que as centralidades construídas revelam quais caminhos estão sendo postos e sob quais racionalidades estão sendo forjadas (Nóbrega, 2020, p. 125).

O entendimento acerca de uma sociedade-espaço urbano aparece como ajuste necessário a fim de entender os processos de construção da humanidade do homem e a constituição do local de reprodução da sociedade e da vida, em sentido amplo,

como uma elaboração histórica iniciada no processo de relação do homem com a natureza e do homem com o homem (Nóbrega, 2020, p. 120).

Segundo Carlos (2008), a sociedade que produz o espaço, há de se considerar um caminho que leva ao espaço urbano, a materialização do espaço e o processo histórico de construção.

O processo de implosão-explosão da cidade, patrocinado pela transformação avassaladora da incorporação da atividade industrial vem acompanhada, no processo histórico de uma concentração urbana gigantesca, essa concentração urbana justificada pelo fenômeno do êxodo rural, deflagra uma subordinação do agrário ao urbano, do agrário ao industrial (Nóbrega, 2020, p. 132). Assim a “noção moderna de urbano nasce na perspectiva da sociedade capitalista industrial e suas sucessões” (Lefebvre, 1999).

A cidade enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (Carlos, 2007, p. 20).

Nessa tocante de urbanização e vida na cidade, Nóbrega (2020), relata como ocorre a vida cotidiana nas cidade para diversos grupos inseridos nela,

A vida cotidiana acontece no cotidiano compartilhado entre muitas realidades: a do trabalhador, a dos agentes econômicos, a dos produtores imobiliários, a da classe média, a dos abastados e a de uma parcela de indivíduos subalternizados – pobres, mulheres, velhos etc. Cada um destes e tantos outros vivem o cotidiano da cidade sob suas particularidades, cada um, enquanto grupo e enquanto sujeitos sociais, revelam os seus dramas, os seus conflitos e os constrangimentos e as impossibilidades (Nóbrega, 2020, p. 143).

Inequivocadamente os estudos da Geografia do Envelhecimento têm que considerar essa dimensão de análise, enquanto o estudo da população só garante a apreensão parcial do fenômeno do envelhecimento e da velhice, a descoberta da produção do espaço e a emergência do cotidiano como dimensão de análise conferem à vida cotidiana um destaque importante para entender as inserções deste grupo social no espaço-tempo da cidade (Nóbrega, 2020, p. 143).

2.2.1 Cidade de Manaus

Manaus foi fundada em 1669 e tornou-se símbolo do norte do Brasil e está no coração da Amazônia. O nome da cidade faz referência a um povo indígena que se chamava “Manaós” e significa “Mãe dos Deuses”. Manaus emergiu durante o ciclo da Borracha, época em que ficou conhecida como a “Paris dos Trópicos”, graças ao luxo de sua arquitetura de inspiração europeia, atraindo investimentos estrangeiros e migrantes de todas as partes do mundo (IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [s.d.]).

O maior símbolo do período de glória do ciclo da borracha é, sem dúvidas, o Teatro Amazonas (Figura 1), que foi inaugurado em 1896. Construído em estilo renascentista, a edificação foi idealizada para que a capital amazonense tivesse uma casa de ópera à altura do poderio da elite da época.

Figura 1 – Teatro Amazonas



Fonte: <https://www.istockphoto.com/br/fotos/teatro-amazonas>

O fim do monopólio da borracha, a crise econômica dos anos 20 do século passado, o crescimento demográfico em razão da corrente migratória de ribeirinhos e nordestinos para Manaus, bem como a escassez de recursos contribuíram para a crise de falta de moradia na cidade. Nesse cenário, conforme relatam pesquisadores

amazonenses, em 1920 o paraibano João Aprígio, com mulher e filhos para sustentar, passava por enormes dificuldades (Mendonça, 2023).

O que ele ganhava mal dava para a alimentação da família. Sem casa própria, Aprígio juntou dois troncos de açacu de um igapó e os rebocou, na popa de sua canoa, até o Educandos, local que entendeu como o mais apropriado para construir sua casa. Por vinte dias e vinte noites ele trabalhou, até deixar pronta aquela que seria a primeira casa flutuante de Manaus, dando origem ao que seria batizado, futuramente, de “Cidade Flutuante” (Mendonça, 2023).

Figura 2 – As casas flutuantes, orla de Manaus



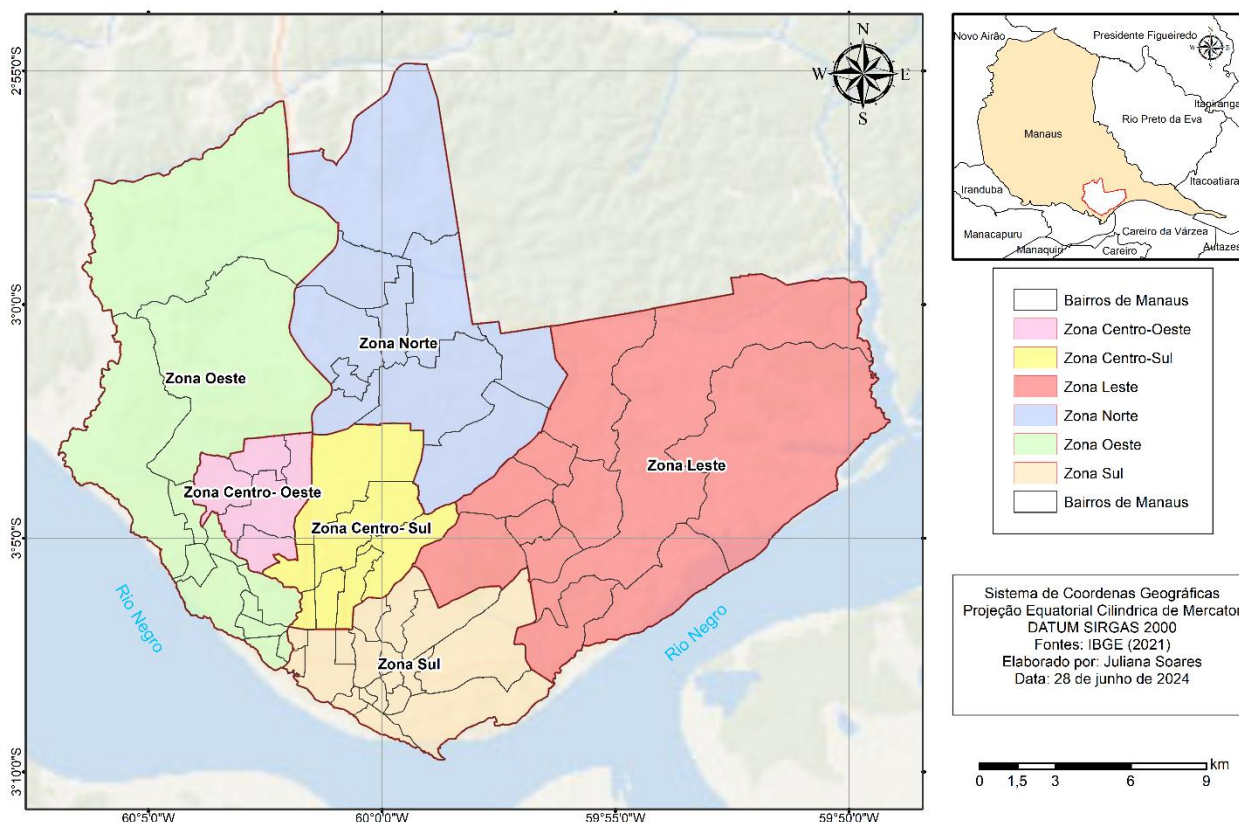
Fonte: <https://www.cmm.am.gov.br/manaus-354-anos-historia-e-curiosidades-sobre-a-capital-do-amazonas>

Segundo Mendonça (2023), a Cidade Flutuante nada mais era que um aglomerado de casas flutuantes construídas de maneira amontoadas e sem nenhum saneamento básico, que tomou a paisagem da orla que ia do bairro Educandos ao Centro de Manaus, e que durou de 1920 a 1967, chegando a abrigar mais de 175 mil habitantes.

Conforme Vieira (2008) a partir da década de 1970, Manaus passou por um acentuado processo de crescimento demográfico, vinculado, principalmente, à implementação da Zona Franca de Manaus (ZFM). A cidade ingressou numa extensa expansão.

Manaus, atualmente possui uma área territorial de 11.401,092 km². Segundo os dados mais recentes, sua população é de 2.063.689 habitantes, o que representa um aumento de 14,51% em comparação ao Censo de 2010. Esses moradores estão distribuídos em 63 bairros oficiais, organizados em seis zonas distintas. Esse crescimento populacional reflete tanto o desenvolvimento urbano quanto a importância econômica e cultural da cidade na região Norte do Brasil. (IBGE, 2022).

Figura 3 - Área urbana da cidade de Manaus dividida por zonas da cidade



Fonte: IBGE (2021). Elaborado por Juliana Soares (2024).

2.2.2 Bairro Cidade Nova

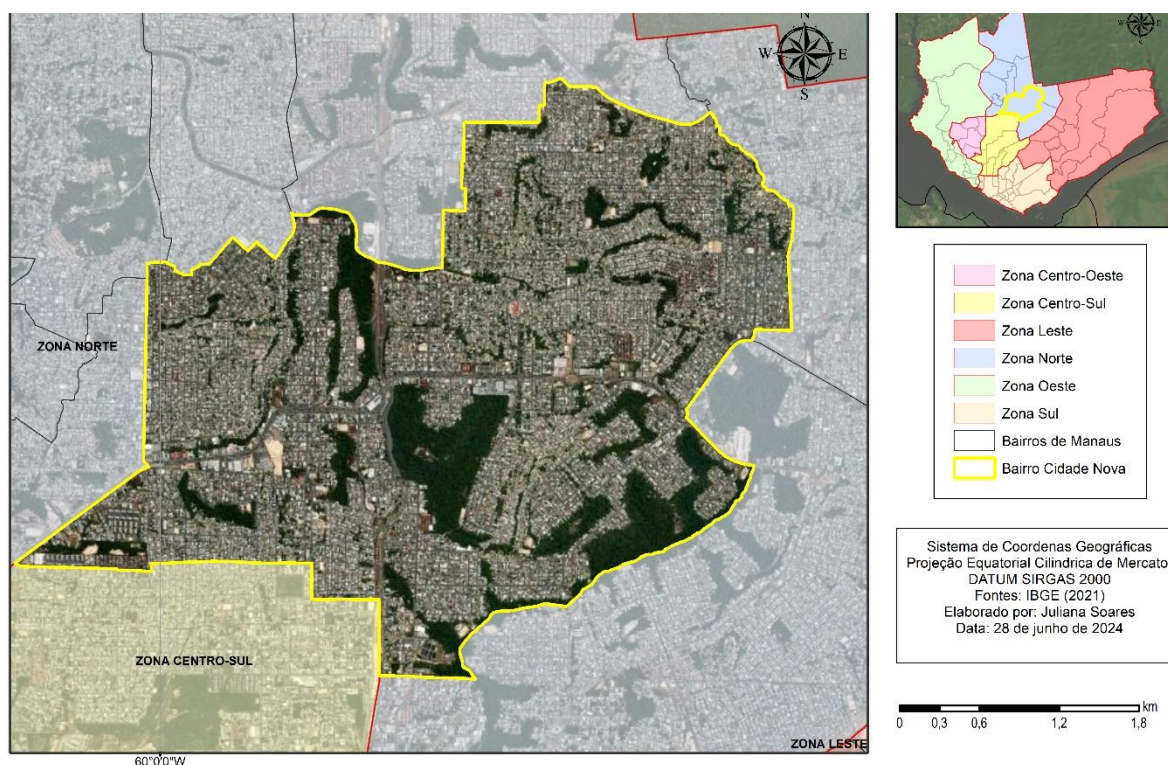
De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população da zona norte de Manaus é de 650.075 pessoas. Essa região é a mais populosa da cidade, seguida pela zona leste, que possui 494.319 habitantes.

A zona Norte é composta por 10 bairros, que nasceram a partir da necessidade em atender o crescimento populacional não só originário da capital como do interior do Estado, bem como de outras regiões do Brasil (Abecassis, 202, p. O1).

Ao longo dos anos, a zona Norte foi deixando de ser apenas um bairro domiciliar, com o comércio de grandes, pequeno e médio porte, além de serviços diversos, como clínicas e escolas.

O bairro Cidade Nova é um gigante da zona Norte e o mais populoso da cidade. Surgiu através de planejamento habitacional feito no Governo Bernardino Lindoso em 1979 (Carvalho, 2021, p.Q2). Atualmente apresenta uma população de 143.201 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 4 – Bairro Cidade Nova, Manaus - AM



Fonte: IBGE (2021). Elaborado por Juliana Soares (2024).

O Bairro foi criado para abrigar imigrantes do interior e de outros Estados que vieram para trabalhar em Manaus no Polo Industrial. Foi inaugurado oficialmente em 23 de abril de 1980. O nome Cidade Nova foi dado pois acreditava-se que o mesmo seria desmembrado da capital, tornando-se uma nova cidade que faria parte da Região Metropolitana de Manaus. Isso não ocorreu (Carvalho, 2002, p. Q1).

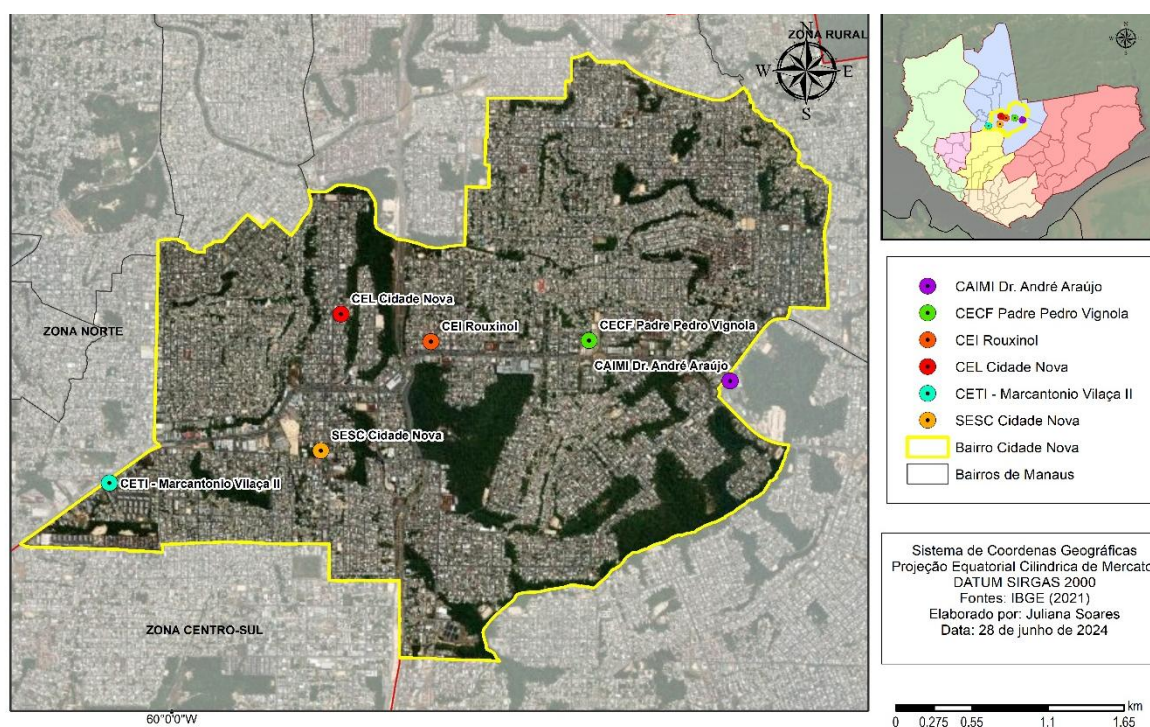
O bairro é dividido em 24 núcleos e cinco subdivisões: Cidade Nova I, II, III, IV e V. Nele estão localizados o Terminal de Integração 3, o Instituto Médico Legal (IML), o Sumaúma Park Shopping, o Parque Estadual Sumaúma, o Hospital Francisca

Mendes, o Centro de Convivência Padre Vignola e SESC Ler – Cidade Nova (Abecassis, 2002, p. O1; Carvalho, 2021, p. Q1).

Durante as pesquisas de campo, foram identificados alguns locais no bairro Cidade Nova que realizam atividades direcionadas à Pessoa Idosa. Considerando que essa infraestrutura é crucial para a Geografia do Envelhecimento, a análise focou na infraestrutura no entorno da escola, avaliando o que o bairro proporciona em termos de atividades de integração social para esse grupo etário.

Partindo do exposto acima, destacam-se o Centro de Convivência Padre Vignola (figuras 5), o SESC (figura 6), o CEL – Cidade Nova (figuras 7) e o CEL – Rouxinol (figuras 8). Os dois últimos são mantidos pela Prefeitura de Manaus.

Figura 5 – Instituições do Bairro Cidade Nova, Manaus - AM



Fonte: IBGE (2021). Elaborado por Juliana Soares (2024).

As atividades ofertadas nesses locais são variadas e incluem ginástica laboral, cursos de danças, lazer, hidroginástica, passeios ao ar livre e outras atividades. Esses programas visam promover a saúde, o bem-estar e a integração social dos idosos, oferecendo-lhes oportunidades de exercício físico, aprendizado e convívio comunitário.

Figura 6 – Festa Junina no Centro de Convivência Padre Vignólia



Fonte: Lilian Schöler, 2023.

Figura 7 – Aula de hidroginástica (SESC – Cidade Nova)



Fonte: Lilian Schöler, 2023.

Figura 8 – CEL Cidade Nova



Fonte: Lilian Schöler, 2023.

Figura 9 – CEL Rouxinol, Cidade Nova



Fonte: Lilian Schöler, 2023.

Outro ponto de assistência à Pessoa Idosa no bairro é o Centro de Atenção Integral à Melhor Idade – CAIMI Dr. André Araújo.

O CAIMI oferece serviços ambulatoriais voltados para o acompanhamento das doenças decorrentes do processo de envelhecimento. Na unidade, idosos contam com consultas geriátricas e demais assistências voltadas no mesmo sentido, como psicologia, fisioterapia (figura 9), orientação e prevenção a quedas. O CAIMI Dr. André Araújo começa a atender pacientes a partir dos 60 anos (Amazonas, 2022, p.4).

Figura 10 – CAIMI: Dr. André Araújo - Fisioterapia



Fonte: Lilian Schüller, 2023.

É possível notar que o bairro se destaca tanto pela sua importância demográfica quanto pela existência de infraestrutura urbana para atender às necessidades da Pessoa Idosa.

A Cidade Nova deixou de ser apenas um bairro residencial e passou a fazer parte de um tecido urbano mais complexo, com a existência de comércio, serviços de saúde, opções de lazer e espaços institucionais. Essa mudança é bastante relevante para a Geografia do Envelhecimento, que estuda como o espaço urbano pode afetar e ser afetado pelas dinâmicas do envelhecimento da população. Conforme mencionado acima, as instituições localizadas no bairro têm como finalidade promover a saúde, o bem-estar, a autonomia e a integração da Pessoa Idosa. Essas ações buscam iniciativas essenciais para fortalecer os laços comunitários e garantir um envelhecimento ativo.

Assim, a Cidade Nova se apresenta como um espaço urbano que, apesar de enfrentar desafios devido à sua alta densidade populacional, mostra progressos significativos na valorização da Pessoa Idosa. Quando examinadas sob a perspectiva

da Geografia do Envelhecimento, essas ações evidenciam a relevância das Políticas Públicas e de uma infraestrutura que atenda às demandas da população idosa, promovendo um envelhecimento mais saudável, ativo e integrado ao espaço urbano.

A sociedade vai determinar o lugar e o papel que os idosos irão representar na própria sociedade, e por outro lado, os idosos irão absorver (ou rejeitar), elaborar e recriar os traços culturais e ideológicos do espaço social em que vivem (Mascaro, 1997, p. 65).

2.2.3 Caracterização da área de estudos – E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CMPM

A Escola Estadual de Tempo Integral Marcantônio Vilaça II – 2º Colégio Militar da Polícia Militar – EETIMVII/2º CMPM está situado na Zona Norte da cidade de Manaus, na Avenida Max Teixeira, s/nº, bairro Cidade Nova.

Marcantônio Vilaça, nasceu em 30 de agosto de 1962, em Recife, Pernambuco. Alfabetizou-se em Escola Pública e cursou a Escolinha de Artes dirigida por Abelardo Rodrigues, no Colégio São Luís, no Recife. Em Brasília, estudou no Colégio Marista e na Universidade de Brasília e concluiu o curso de Direito na Faculdade Mackenzie, em São Paulo, onde foi o primeiro da turma. Expressava-se fluentemente em inglês, francês e espanhol (PPP²⁵, 2023).

Desde a infância manifestava interesse pela arte, sendo estimulado pelos pais: Marcos Vinícius Vilaça e Maria do Carmo Vilaça a conhecer museus e ceramistas de Pernambuco. Escreveu, esporadicamente, críticas de arte para a Folha de São Paulo e foi diretor da Revista Galeria. Nesse período recebeu vários prêmios da Associação Paulista de Críticos de Arte. Aos 29 anos fundou a Galeria Pasárgada, arte contemporânea. Nos anos 90, inaugurou a Galeria Camargo Vilaça, transformando-a em uma das mais importantes das Américas e redefinindo o próprio papel do “*marchand*” ao se tornar o maior difusor da visualidade contemporânea brasileira no Exterior. Como poucos, percebeu que nossa arte era plural e sabia que projetá-la internacionalmente era indispensável para consolidar um nascente e ainda frágil mercado interno (PPP, 2023).

²⁵ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). Escola de Tempo Integral Marcantonio Vilaça II – 2º CMPM, Manaus, 2023.

Morreu aos 37 anos, no dia 1 de janeiro de 2000, sendo consagrado como uma das personalidades que mais contribuíram para a difusão da arte contemporânea. Recebeu homenagens póstumas em todo o mundo, pela sua ação como dirigente da Arco de Madri, a maior feira de arte do mundo latino, e da Feira de Basiléia, na Suíça, a mais refinada feira mundial. O Museu de Arte Contemporânea de Miami tem um espaço em sua homenagem. Revistas de arte da Itália, Estados Unidos, Portugal, Austrália, México, Argentina, Espanha e Grécia dedicaram páginas em seu louvor.

O Governo do Brasil outorgou-lhe (post mortem) a sua mais alta condecoração - A Ordem do Rio Branco, que o então presidente Fernando Henrique Cardoso fez questão de entregar pessoalmente à família. A mesma coisa fez o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, concedendo-lhe a maior comenda da Capital da República. Foi ainda sancionada pelo Presidente da República e publicada em Diário Oficial da União a Lei No 11.125, de 20 de junho de 2005, criada no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Serviço Social da Indústria (SESI) criaram o Prêmio Marcantônio Vilaça para as Artes Plásticas, em 2003.

Marcantônio Vilaça foi um dos mais importantes colecionadores de arte contemporânea brasileira, começando sua coleção aos 15 anos, doou diversas obras de sua coleção para museus em todo o mundo. Como marchand trabalhou para lançar novos artistas no mercado brasileiro e internacional, empenhou-se na divulgação da produção artística do país, internamente e mundo a fora. É tido como certo, que por isso foi homenageado mais de uma vez em Manaus com criação de duas Unidades Estaduais de Ensino que recebem o seu nome, pois na verdade, além da fome de saber, deixou também aos alunos, o exemplo de determinação, cidadania, abnegação e brasilidade (PPP, 2023).

Figura 11 – Fachada E.E.T.I - Marcantonio Vilaça II - 2º CPM



Fonte: Lilian Schüller, 2023.

Segundo o PPP (2023), a Escola Estadual de Tempo Integral Marcantônio Vilaça II - 2º Colégio Militar da Polícia Militar (EETIMVII - 2º CPM) iniciou suas atividades educacionais em 1º de fevereiro de 2010, no Colégio Militar da Polícia Militar (CPM I), localizado em Petrópolis, com a realização da Jornada Pedagógica. Através do Decreto Nº 29.720, datado de 15 de março de 2010, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Sob a gestão do então Comandante Diretor, Tenente Coronel QOPM Rudnei Costa Caldas, a escola se tornou um marco significativo na história do ensino da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Seu objetivo é atender tanto os dependentes de policiais militares quanto a comunidade amazonense. A partir do ano letivo de 2010, a instituição passou a operar como um Centro Educacional de Tempo Integral, consolidando seu papel na educação do estado.

No ano de 2016, visando atender à necessidade ampliada da comunidade, a Escola passou a funcionar com o ensino regular (matutino/vespertino) para o Ensino Médio, o que se estendeu também para o Ensino Fundamental II em 2017. A partir de 2019, a escola deixou de atender como tempo integral e passou a adotar o Ensino Médio somente no turno matutino e o Ensino Fundamental no turno vespertino. A Escola Estadual de Tempo Integral Marcantônio Vilaça II - 2º CPM é um estabelecimento de ensino do Governo do Estado do Amazonas, representado pela parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC) e Polícia

Militar do Amazonas (PMAM), nos termos dispostos no Decreto Nº 15.831/1994 (PPP, 2023).

Construída em uma área de mais de 10 mil metros quadrados a escola está sob o comando do Tenente Coronel QOPM Alisson da Silva Henriques e a Subcomandante Capitão Aldanice Ferreira. Até o ano de 2024 a escola apresentava em sua disposição 24 salas de aula climatizadas e equipadas com carteiras e projetores, com total de 1.299 alunos, distribuídos em 18 turmas (1ª série: 07 turmas, 2ª série: 05 turmas e 3ª série: 06 turmas) de Ensino Médio no turno matutino e 19 turmas de Ensino Fundamental II (6º ano: 04 turmas, 7º ano: 05 turmas, 8º ano: 05 turmas e 9º ano: 05 turmas) no turno vespertino e um total de 92 professores.

Figura 12 – Formatura diária – 2º CPM



Fonte: Lilian Schöler, 2024

No ano de 2025 a escola voltou a funcionar como escola de Tempo Integral passando a ter em sua disposição 26 salas, hoje a escola conta com um total de 939 alunos distribuídos em 14 turmas de Ensino Fundamental II e 12 turmas de Ensino Médio (Quadro 4). No quadro de professores temos um total de 54 professores no ano de 2024/2025 – 20h e 40h (Quadro 5), 2 pedagogas, 1 administrador, 1 secretária e 3

servidores administrativos. Conta-se ainda com 21 Policiais Militares, que são responsáveis pela parte disciplinar dos alunos.

Quadro 4 – Distribuição do quantitativo de alunos por série e turma - 2025

Série/ Turma	Quantitativo de alunos
6º ano 01	40 alunos
6º ano 02	39 alunos
7º ano 01	39 alunos
7º ano 02	39 alunos
7º ano 03	39 alunos
7º ano 04	39 alunos
8º ano 01	39 alunos
8º ano 02	38 alunos
8º ano 03	39 alunos
8º ano 04	39 alunos
9º ano 01	39 alunos
9º ano 02	40 alunos
9º ano 03	38 alunos
9º ano 04	40 alunos
1ª série 01	35 alunos
1ª série 02	35 alunos
1ª série 03	38 alunos
1ª série 04	36 alunos
2ª série 01	28 alunos
2ª série 02	33 alunos
2ª série 03	33 alunos
2ª série 04	32 alunos
3ª série 01	30 alunos
3ª série 02	28 alunos
3ª série 03	33 alunos
3ª série 04	31 alunos

Fonte: Organizado pela autora

Quadro 5 – Distribuição do número de professores por disciplina – 2024/2025

Disciplina	Quantitativo de professores
Arte	3
Auxiliar de vida	2
Biologia	2
Ciências	3
Educação Física	5
Filosofia	2
Física	2
Geografia	7
História	4
Língua Inglesa	4
Língua Portuguesa	8
Matemática	8

Química	3
Sociologia	1

Fonte: Organizado pela autora

A escola também conta em sua estrutura, como uma piscina semiolímpica, quadra poliesportiva com sala para organização de material, sala de dança, sala de reuniões, auditório com capacidade para 250 pessoas, laboratório de informática, refeitórios internos e externos, cozinha, campo de futebol, laboratório odontológico, secretária, 2 salas de professores e 1 sala de descanso.

2.2 A Pessoa Idosa e os desafios no contexto do Processo Educacional

Trabalhar com a Pessoa Idosa no Processo Educacional nos leva a um campo interdisciplinar, no qual diferentes áreas do conhecimento se entrelaçam para proporcionar uma abordagem integral e eficaz. A Gerontologia, ciência que estuda o envelhecimento e seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, desempenha um papel fundamental nesse processo, especialmente em sua fase inicial.

Segundo Alkema e Alley (2006) a Gerontologia é um campo interativo de estudos sobre o envelhecimento com a finalidade de explicar e compreender as diferentes interconexões entre as disciplinas científicas sobre o idoso, a velhice e o processo de envelhecimento. Para além de uma visão multidisciplinar, que pode levar a um conhecimento desconexo e fragmentado, a Gerontologia se destaca por sua natureza interdisciplinar. Essa característica é fundamental, pois permite a integração de diferentes áreas do conhecimento de forma coesa e complementar. As primeiras pesquisas no campo da Gerontologia surgiram em disciplinas como Biologia, Ciências Sociais e Psicologia, que trouxeram à tona questões importantes relacionadas à saúde, à participação social e ao desenvolvimento intelectual (Ferraro, 2014).

Assim fica claro a importância da interdisciplinaridade no estudo da pessoa idosa na sociedade, possibilitando a articulação entre diversos campos, entre eles, a Geografia, promovendo uma compreensão mais abrangente e integrada do envelhecimento. Em vez de tratar os aspectos biológicos, sociais e psicológicos de forma isolada, a abordagem interdisciplinar permite que esses fatores sejam analisados em conjunto, reconhecendo as interações e interdependências entre eles.

Peterson (1976), ressaltar o papel fundamental da Gerontologia nos primeiros passos para essa construção. O encontro entre a Gerontologia e a Educação, duas áreas interdisciplinares, resulta em uma nova conjuntura teórica e prática denominada Gerontologia Educacional. Essa união tem contribuído significativamente para a construção de novos saberes a respeito da Pessoa Idosa.

Para Cachioni (2018), a Gerontologia Educacional tem se expandido no âmbito da educação de idosos, na capacitação de profissionais para lidar com questões relacionadas à velhice e na transformação da perspectiva da sociedade em relação à Pessoa Idosa e ao processo de envelhecimento.

A partir desse ponto, torna-se evidente que é possível abordar a Pessoa Idosa e o processo de envelhecimento em todas as áreas do conhecimento e atuação. Isso significa que, independentemente do campo em questão, seja ele saúde, educação, tecnologia, artes ou qualquer outro, há espaço para incluir práticas e reflexões que valorizem e atendam às necessidades da Pessoa Idosa. Além disso, essa abordagem integrada permite que a sociedade como um todo desenvolva uma compreensão mais ampla e humanizada do envelhecimento, promovendo o bem-estar e a inclusão social em todas as fases da vida.

Enfrenta-se um desafio importante, que é impulsionar a educação a partir de uma perspectiva que a veja como mediadora e promotora do potencial de todas as idades, considerando o desenvolvimento humano como um todo (Gonçalves, 2007, p. 17). A nova cultura educacional busca integrar e complementar as aprendizagens formais, não formais e informais, reconhecendo que estas não devem ser confinadas a um único espaço ou limitadas a uma determinada fase da vida. Em vez disso, a educação deve ser contínua e adaptável, acompanhando o indivíduo ao longo de todas as etapas de sua existência (Santa Catarina, 2022, p. 39).

Considerando essa perspectiva, o estudo da Pessoa Idosa no contexto do Processo Educacional representa um desafio no sentido de superar paradigmas convencionais, demandando uma nova abordagem interdisciplinar. A partir da inter-relação de saberes, vai se ampliando o entendimento sobre o envelhecer, com uma visão mais ampla que abarca os aspectos sociais, culturais, psicológicos e educacionais da velhice.

Essa perspectiva crítica indica que a educação direcionada à Pessoa Idosa não deve ser encarada como um complemento ou uma exceção, mas sim como uma parte fundamental da educação para todos. A Gerontogeografia ou Geografia do Envelhecimento, como campo em ascensão, busca destacar a valorização da Pessoa Idosa como um sujeito ativo que carrega consigo experiências e lembranças. Ela vem desafiar os preconceitos que ligam a velhice à impotência e ao desgaste, buscando, assim, o reconhecimento da Pessoa Idosa como um agente de mudança na construção social do conhecimento.

Também o entrelaçamento entre Educação, Geografia e Pessoa Idosa sugere a emergência de uma nova cultura educativa – inclusiva, permanente e dialógica – que consiga integrar a velhice como uma fase legítima e produtiva da vida humana.

Assim, ao considerar a Pessoa Idosa como tema e agente do Processo Educacional, estamos, na verdade, fazendo um chamado à reflexão sobre a necessidade de revisitar e reavaliar os próprios conceitos de educação e envelhecimento. É um apelo para criar uma sociedade mais inclusiva, na qual pessoas de todas as idades possam aprender, ensinar e se envolver. Nessa perspectiva, a educação não é mais um direito apenas na juventude e para a juventude, mas um exercício permanente de dignidade ao longo da vida.

2.3 A introdução do Velho, da Velhice e do Envelhecimento no Currículo Escolar

A construção de um entendimento coletivo acerca das questões relacionadas ao envelhecimento humano ainda está distante de ser plenamente estabelecida e, mais ainda, de ser incorporada com naturalidade ao cotidiano. Observa-se uma tendência à perpetuação de preconceitos historicamente consolidados (Nóbrega, 2020, p. 150).

Matta (2021), afirma que nesse contexto, como conhecimento científico, o estudo sobre a velhice é relativamente recente. A ausência de uma compreensão clara sobre o processo de envelhecimento em um país com realidades tão diversas como o nosso dificultou a definição do que significa ser ou estar idoso.

Trazendo uma reflexão que a velhice acontece de forma individual e heterogênea, assim não experimentamos a velhice de maneira igual, devido aos

fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que afetam a realidade do sujeito (Mascaro, 1997; Matta, 2021).

Mesmo com todo o enfoque para a transição demográfica que está acontecendo no mundo e também no território brasileiro nas últimas décadas, o processo de envelhecimento de cada pessoa é uma experiência bastante individualizada e heterogênea, parecendo sempre ser um desafio, uma experiência que não se sabe ao certo quando irá chegar, pois não há um marcador para isso.

Segundo Venturi e Bokanay (2007) o Brasil não se preparou adequadamente para enfrentar os impactos inevitáveis do envelhecimento populacional. Até a década de 1980, o Brasil era visto como uma população majoritariamente jovem, mas nos últimos anos vem se preparando para o grande desafio do envelhecer.

No contexto brasileiro, a ideia de que a Pessoa Idosa representa um problema social também vem sendo construída pelo próprio Estado. Desde 1994, com a criação da Política Nacional do Idoso (PNI), promulgada pela Lei nº 8.842, o Estado buscou assegurar, por meio do artigo 1º, os direitos sociais desse grupo, estabelecendo condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Entre outras regulamentações, a PNI inclui a criação do Conselho Nacional do Idoso, responsável por impulsionar a implementação dessa política (Brasil, 2003).

Em 2003, o Estatuto da Pessoa Idosa foi promulgado, sendo considerado uma referência internacionalmente avançada, trazendo uma série de planos e normas técnicas direcionadas a pessoa idosa (Brasil, 2003). Esse estatuto reconhece os direitos dos idosos e valoriza seu protagonismo em todas as esferas sociais, políticas e culturais (Souza; Minayo, 2010). Entretanto, o Estado também adota uma posição contraditória ao alimentar um imaginário que estigmatiza os idosos, apresentando-os como culpados pelos desequilíbrios da Previdência Social, das políticas sociais e do sistema de saúde (Minayo, 2011, p. 13). Essa ambiguidade reflete os desafios em tratar a velhice como uma questão de direitos e cidadania, em vez de um ônus social.

Ambas as legislações delegam responsabilidades à educação, algo que está claramente previsto no Estatuto da Pessoa Idosa de 2003. Esse estatuto, no seu artigo 22, especifica de maneira objetiva a função educacional,

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à

valorização do idoso, de forma a eliminar preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Brasil, 2003).

De acordo com Lopes (2011), ao refletirmos sobre o envelhecimento, a velhice e a Pessoa Idosa, a ideia de multiplicidade surge de forma evidente, levando-nos a considerar a necessidade de interação com diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, muitas vezes nos deparamos com a dúvida: estamos tratando de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade? É possível abordar diferentes disciplinas em torno de um tema sem que elas necessariamente interfiram umas nas outras, o que muitos autores definem como multidisciplinaridade. Essa interação enfrenta limitações claras relacionadas à linguagem, às técnicas e, em muitos casos, às teorias específicas de cada área. Isso é um processo caracterizador que exige a superação de barreiras significativas para possibilitar uma verdadeira articulação entre os campos do conhecimento (Lopes, 2011, p. 29 – 30).

A interdisciplinaridade, conforme destacado por Lopes (2011, p. 30), promove a integração e o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, viabilizando a construção de uma estrutura orgânica que transcende as fronteiras rígidas das disciplinas. Essa abordagem incentiva a cooperação entre os saberes, permitindo que questões complexas sejam analisadas e compreendidas de maneira mais abrangente, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e a produção do conhecimento.

Ainda segundo Lopes (2011), ao conectar áreas distintas, a interdisciplinaridade possibilita o desenvolvimento de uma visão mais holística, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos, que frequentemente exigem soluções integradas e inovadoras. Além disso, esse método fomenta a interação entre teorias, metodologias e práticas, promovendo uma educação mais dinâmica e significativa, tanto para os docentes quanto para os discentes.

A interdisciplinaridade fundamenta-se no caráter dialético da realidade, que é ao mesmo tempo una e diversa. “Quando um objeto é delimitado, ele teima em não se dissociar da totalidade de que faz parte indissociável” (Frigotto, 1992, p. 63). Segundo Paulo Freire (1987), a interdisciplinaridade é uma metodologia fundamental para a construção do conhecimento, pois está alinhada ao contexto histórico, à realidade e à cultura.

Para Fazenda (2011),

Buscar o conhecimento, uma das atitudes básicas a serem desenvolvidas em quem pretende empreender um projeto interdisciplinar, só pode ser entendido no seu exercício. A construção de uma didática interdisciplinar baseia-se na possibilidade da efetivação de trocas intersubjetivas (Fazenda, 2011, p. 78-79).

Dessa forma, a interdisciplinaridade não apenas amplia as perspectivas educacionais, mas também reforça a importância da colaboração acadêmica como ferramenta para construir um saber mais inclusivo e plural.

Para Lopes (2011), a interdisciplinaridade demonstra que todos os conceitos e teorias estão conectados entre si. Quando o objeto é o processo de envelhecimento verificamos que o fenômeno só pode ser explicado efetivamente na integridade de suas características.

A transdisciplinaridade fundamenta-se, na capacidade de atravessar e integrar as disciplinas, superando suas limitações para alcançar uma compreensão mais ampla e complexa da realidade. Baseia-se em uma axiomatização geral, que busca romper com as barreiras tradicionais do conhecimento fragmentado, propondo uma abordagem que conecte diferentes níveis de realidade em um contexto global e dinâmico (Lopes, 2011, p. 30).

Edgar Morin, um dos principais teóricos da transdisciplinaridade, afirma que esse paradigma requer a adoção de uma perspectiva da complexidade. Conforme suas palavras, “é preciso um paradigma da complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis da realidade sem reduzir às unidades elementares e às leis gerais” (Morin, 1999, p. 138). Essa abordagem enfatiza a necessidade de compreender o todo sem negligenciar as partes, reconhecendo a interdependência entre elas e rejeitando reducionismos simplistas.

Assim, a transdisciplinaridade não se limita a agregar conhecimentos de diferentes áreas, mas busca integrar, contextualizar e criar novas formas de pensar, rompendo com a rigidez acadêmica tradicional. É uma proposta que valoriza a complexidade do mundo contemporâneo, promovendo um pensamento sistêmico e relacional, essencial para lidar com os desafios globais e interconectados do século XXI.

Entre essas questões, destacam-se os desafios de superar a fragmentação do conhecimento, de promover um diálogo efetivo entre disciplinas e de construir estruturas teóricas e práticas que favoreçam a interação entre os diversos campos.

Esse processo exige uma abordagem que vá além da simples justaposição de conteúdos, buscando uma síntese que respeite as especificidades de cada área, mas que, ao mesmo tempo, contribua para uma visão mais abrangente.

O processo de construção e delineamento de uma nova disciplina, caracterizando o que seria o "velho", começou a tomar forma entre o final do século XIX e o início do século XX. Um marco significativo nesse contexto ocorreu em 1903, quando Ilya Mechnikov²⁶ propôs a criação da Gerontologia. Embora seu campo de formação estivesse relacionado à microbiologia, Mechnikov demonstrou grande interesse pela longevidade humana, contribuindo de maneira fundamental para os primórdios dessa área de estudo.

Mechnikov, laureado com o Prêmio Nobel pela descoberta da fagocitose — processo em que células sanguíneas específicas englobam e destroem bactérias —, apresentou uma hipótese inovadora para a época. Ele sugeriu que o envelhecimento seria consequência da toxicidade gerada por bactérias no organismo e propôs que o ácido láctico, produzido por *Lactobacilos* presentes no intestino, teria o potencial de prolongar a vida. Essa abordagem pioneira não apenas impulsionou os estudos sobre envelhecimento, mas também destacou a importância do tema no contexto científico e social do período.

Conforme Lopes (2011, p. 24-25), esse episódio marca o início de uma reflexão mais sistemática sobre o envelhecimento, trazendo à tona a relevância de compreender os processos biológicos, sociais e psicológicos que envolvem essa etapa da vida. A partir desse momento, a Gerontologia começou a ganhar forma como um campo interdisciplinar, voltado para o estudo do envelhecimento em suas múltiplas dimensões.

Segundo Alkema e Alley (2006), a Gerontologia é um campo integrador dedicado ao estudo do envelhecimento, com o objetivo de explorar e compreender as diversas interconexões entre as disciplinas científicas relacionadas ao idoso, à velhice e ao processo de envelhecer.

Para Doll (2014), durante muito tempo, os campos da Gerontologia e da Educação tiveram pouca conexão. Enquanto a Educação, tanto na prática, quanto nas

²⁶ Médico do Instituto Pasteur e prêmio Nobel de Medicina em 1908. Foi seguidor das ideias de Charcot relacionadas aos mecanismos fisiopatológicos das doenças e ao envelhecimento.

reflexões teóricas, concentrava seus esforços na fase inicial da vida, infância e juventude, a Gerontologia focou principalmente na final. Porém, durante o século XX, as duas áreas se aproximaram (Santa Catarina, 2022, p. 26)

A convergência entre a Educação e a Gerontologia, ambas as áreas interdisciplinares, dá origem a uma nova perspectiva teórico-prática conhecida como Gerontologia Educacional (Peterson, 1976). Essa área tem avançado no campo da educação para idosos, na capacitação de profissionais voltados para as questões relacionadas à velhice e na transformação das percepções sociais acerca dos idosos e do processo de envelhecimento (Cachioni, 2018).

Em 1976, David A. Peterson, professor da Universidade de Nebraska, publicou um artigo na revista *Educational Gerontology* intitulado "*Educational Gerontology: The State of the Art*"²⁷. Nesse trabalho, ele delineou o campo da Gerontologia Educacional em três áreas principais:

Gerontologia Educacional é o estudo e a prática de ações educacionais para ou sobre a velhice e indivíduos idosos. É possível observar três diferentes, mas relacionados aspectos: (1) atividades educacionais voltadas para pessoas de meia-idade ou idosos; (2) atividades educacionais um público geral ou específico sobre envelhecimento e pessoas idosas; e (3) preparação educacional para pessoas que trabalham ou pretendem trabalhar com pessoas idosas como profissionais ou de forma profissional (Peterson, 1976, p. 62, Tradução própria).

É importante destacar que muitas práticas educativas voltadas para a Pessoa Idosa já eram desenvolvidas antes desse período. No Brasil, o pioneirismo nessa área se deu com o SESC/SP, que iniciou trabalhos com idosos ainda na década de 1960. Na França, no início da década de 1970, havia mais de 2.000 grupos de idosos em atividade. Contudo, essas iniciativas eram predominantemente focadas em promover a sociabilidade e ocupar o tempo livre dos recém-aposentados, sendo menos voltadas para propostas com um caráter genuinamente educacional (Doll, 2008).

Com o surgimento da Gerontologia Educacional, elementos mais explícitos da ação educativa passaram a integrar as atividades dirigidas aos idosos, fazendo surgir, por exemplo, o movimento das universidades e das escolas voltadas para a terceira idade (Doll, et al., 2015, p. 11).

²⁷ Tradução própria: Educação Gerontológica: o estado da arte.

Quadro 6 – Fundamento teóricos da educação

FUNDAMENTOS TEÓRICOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO				
Peterson, 1976		Glendenning, 2001		
Estados Unidos da América		Reino Unido		Brasil
Gerontologia Educacional	Educação para os Idosos	Gerontologia Educacional	Educação para idosos	→ Desenvolvido desde o final dos anos 1970. Ex.: SESC, UnATIs
	Educação sobre o envelhecimento	Educação Gerontológica	Educação sobre o envelhecimento	→ Pobremente inserido na LDB, PCNs e BNCC.
	Preparação de Profissionais que trabalham com idosos		Preparação de Profissionais que trabalham com idosos	→ Cursos de graduação e pós-graduação em gerontologia.

Fonte: Santa Catarina, 2022. Extraído: Peterson, 1976; Glendenning, 2001; Cachioni, 2018.

²⁸De acordo com os autores, o trabalho educativo desempenha um papel crucial na desconstrução do estereótipo da velhice, frequentemente associado à fragilidade, à pobreza e à vulnerabilidade. Esse processo possibilita a construção de novas representações e conhecimentos sobre a Pessoa Idosa. Em uma sociedade que envelhece rapidamente, onde até cinco gerações podem coexistir em uma mesma família, torna-se essencial problematizar a constituição das identidades geracionais, inserindo essa discussão de forma urgente na agenda educacional (Doll *et al.*, 2015, p. 12).

As informações sobre o envelhecimento são essenciais e devem ser introduzidas desde a fase escolar, contribuindo para a compreensão da vida humana em sua totalidade. Esse aprendizado possibilita o reconhecimento de oportunidades para uma existência significativa em todas as etapas da vida. De acordo com McGuire *et al.* (2017), as pessoas inevitavelmente aprenderão algo sobre o envelhecimento, independentemente de serem ensinadas formalmente ou não. No entanto, esse aprendizado muitas vezes será baseado em crenças equivocadas. Assim, abordar o tema do envelhecimento no ambiente escolar pode desempenhar um papel fundamental na correção de ideias errôneas, no combate a estereótipos e na

²⁸ Os documentos norteadores da educação brasileira serão trabalhados no Capítulo 02, no tópico: A Pessoa Idosa e Currículo Escolar brasileiro.

disseminação de informações precisas, promovendo uma compreensão mais fundamentada desse processo.

Introduzir discussões a respeito da velhice, do envelhecimento e da Pessoa Idosa, traz a proposta dos temas transversais que é incorporar discussões relevantes da vida cotidiana nas escolas. Esses temas foram introduzidos no sistema educacional brasileiro em 1996, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 2017, houve uma reorganização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quando passaram a ser chamados de Temas Contemporâneos Transversais. Essa inclusão simboliza a quebra de um paradigma ao sugerir uma escola mais alinhada com a realidade, apta a dialogar sobre questões urgentes que afetam a vida humana. Para isso, são necessárias tantas transformações de caráter macrosocial quanto mudanças nas atitudes dos indivíduos. Essa nova abordagem difere do modelo escolar tradicional, que se concentra principalmente na transmissão de conhecimentos como um fim em si mesmo (Albuquerque e Cachioni, 2013).

Ainda segundo as autoras citadas acima, pode-se considerar que os Temas Contemporâneos Transversais são questões urgentes que incitam reflexão sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo vivida, construída e desconstruída e que demandam transformações e readequações.

Os Temas Contemporâneos Transversais, como o próprio termo indica, perpassam todo o currículo escolar, sem se restringir a um único componente curricular. Eles devem ser abordados em diferentes espaços e instituições sociais, incentivando o debate e a busca de alternativas diante de questões complexas, confrontando posicionamentos diversos, tanto no que se refere à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação individual. De forma similar, trabalhar a temática da Pessoa Idosa em sala de aula requer essa mesma transversalidade, permitindo que o assunto seja integrado a disciplinas como História, Geografia, Língua Portuguesa, Educação Física e Ciências, por exemplo. Assim como os temas transversais, a abordagem sobre o envelhecimento possibilita reflexões que ultrapassam o conteúdo formal, promovendo diálogos intergeracionais, combatendo estereótipos e estimulando a construção de uma consciência social voltada para o respeito, a inclusão e a valorização da Pessoa Idosa.

É fundamental refletir sobre a necessidade de uma Educação para o Envelhecimento, especialmente considerando a rapidez com que esse processo ocorre e a complexidade das transformações econômicas, culturais e tecnológicas que o acompanham. É essencial compreender que o envelhecimento é um processo natural e irreversível da vida, mas também reconhecer que as pessoas idosas possuem muito a ensinar e a contribuir para a sociedade. Para isso, é imprescindível combater os estereótipos e o medo associados ao envelhecer.

Dessa forma, torna-se necessária a inclusão de temas relacionados à educação para o envelhecimento e a inserção da Pessoa Idosa em todas as etapas do processo educativo. As projeções estatísticas indicam que a população será cada vez mais longa e heterogênea, reforçando a importância de preparar as futuras gerações para lidar com essa realidade de forma consciente e respeitosa.

Figura 13 – Educação para o Envelhecimento



Fonte: Cachioni, 2018.

A Educação Básica no Brasil é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental – I e II – e Ensino Médio. A educação brasileira é composta por um conjunto de diretrizes e normas que orientam o sistema educacional com o propósito de garantir a qualidade, a equidade e a formação integral dos estudantes. Dentre eles, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são os principais mecanismos que direcionam e organizam o sistema educacional brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada pela Lei n.º 9.394 em 20 de dezembro de 1996, determina os fundamentos, os objetivos e a estrutura da educação em todo o país, garantindo a todos os cidadãos o direito à educação e detalhando as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, fundamenta a elaboração dos currículos escolares, definindo as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem adquirir durante a Educação Básica, considerando as diversas realidades e culturas do país. Elas são específicas o alicerce para a criação de práticas pedagógicas que atendem às demandas contemporâneas e visam à formação de cidadãos (Brasil, 2013; 2017).

Todaro e Cachioni (2021), realizaram uma análise minuciosa nos documentos legais da educação básica que norteiam os conteúdos, com a intenção de verificar a ocorrência de possíveis ações educativas quanto aos termos, envelhecimento, velho, velhice e idoso. Segundo as autoras há algumas menções dos termos em seis documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Plano Nacional de Educação, Educação de Jovens e Adultos e Base Nacional Comum Curricular.

Em Janeiro de 2019, a LDB, teve seu texto atualizado, porém nenhum dos termos citados acima estão presentes. Porém as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCEB) trazem que “outras leis específicas, *a latere* da LDB, determinam que sejam incluídos componentes não disciplinares, como as questões relativas ao meio ambiente, à condição e direito do idoso e ao trânsito” (Brasil, 2013, p. 33).

Nas DCEB, é possível observar quatro citações sobre o termo envelhecimento, quando o texto traz a organização curricular:

Tratados transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares: o processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimento sobre a matéria - Lei nº 10.741/2003: Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2013, p. 196).

É possível também encontrar no Brasil uma modalidade de ensino que trabalhe com a Pessoa Idosa o EJA – Educação de Jovens e Adultos, voltada às pessoas que não são alfabetizadas ou com pouca escolarização, que pode atender a esse grupo etário, mas não pode ser considerada um programa exclusivo voltado para a Pessoa

Idosa. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o EJA – Parecer da Câmara de Educação Básica – CEB 11/2000, o idoso é citado, porém mesmo com a inclusão do termo, é notório que as necessidades educacionais específicas não serão atendidas, pois eles são caracterizados como adultos (Todaro e Cachioni, 2021).

Pode-se também fazer um análise de que há uma inadequação da organização dos espaços escolares para receber a Pessoa Idosa, visto que existem diversos fatores que levaram à desistência escolar no “momento certo”, entre eles pode-se destacar o ingresso no mercado de trabalho para sustentar a família – por esse motivo é necessário uma revisão do material didático, que muitas vezes é o mesmo utilizado nas séries iniciais, o que causa um desconforto e infantilização aos alunos, o descaso e o preconceito muitas vezes dos educadores, vem trazendo uma inquietação para a modificação de metodologias para atender esse grupo.

Diante das dificuldades relacionadas ao atendimento educacional dessa parcela da população que não teve acesso à escolarização na idade regular, a Prefeitura de Manaus, por meio da Lei nº 2.331, de 12 de julho de 2018, criou o Centro Municipal de Escolarização do Adulto e da Pessoa Idosa (CEMEAPI), vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). O órgão tem como finalidade garantir a educação escolar de adultos e Pessoas Idosas em espaços não formais de instituições públicas e privadas, oferecendo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, com duração reduzida de três anos. O CEMEAPI atua em parceria com instituições como a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUNATI) (Histórico do CEMEAPI - Google Search, 2019).

Ainda analisando os documentos norteadores da Educação Básica no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), verifica-se que ele define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). Todaro e Cachioni (2021), buscaram também no documento a palavra velhice, a qual não foi encontrada, porém os termos envelhecimento e idoso surgiram no trecho que se refere aos temas: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso e que faz referência ao Estatuto da Pessoa Idosa.

Na BNCC, o envelhecimento aparece como Tema Transversal, citado no documento Temas Contemporâneos Transversais, com o objetivo “de que o estudante

conclua a sua educação formal reconhecendo e aprendendo sobre os temas que são relevantes para a sua atuação na sociedade” (Brasil, 2019, p. 4).

O documento apresenta seis macro temáticas, destacando Cidadania e Civismo, ao abordar o envelhecimento, o respeito e a valorização da Pessoa Idosa, ilustrando modelos que exemplificam a relação interdisciplinar do currículo (figura 14) (Santa Catarina, 2022, p. 57).

Figura 14 – Temas Contemporâneos Transversais



Fonte: Política de Educação para o Envelhecimento, 2022. Dados: BNCC, Temas Contemporâneos Transversais (2019)

No âmbito estadual foi realizado uma pesquisa no Referencial Curricular Amazonense – RCA – documento que norteia a educação do estado do Amazonas. O documento está dividido em quatro cadernos, RCA – Educação Infantil, RCA – Ensino Fundamental Anos Iniciais, RCA – Ensino Fundamental Anos Finais e RCA – Ensino Médio (CEE²⁹). A estrutura do Referencial orienta-se a partir da BNCC, que defende o desenvolvimento dos estudantes por meio de competências e habilidades, pautadas em uma formação contínua, articulada entre os conhecimentos teóricos e os vivenciados no dia a dia (Amazonas, 2019).

²⁹ Conselho Estadual de Educação do Amazonas.

Desta forma o RCA do Ensino Fundamental Anos Finais compreende cinco áreas do conhecimento e nove componentes curriculares, como pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 – Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental/ Anos Finais

Áreas do Conhecimento	Componentes curriculares
	Anos Finais (6º ano ao 9º ano)
Linguagens	Língua Portuguesa – LP
	Arte – AR
	Educação Física – EF
	Língua Inglesa – LI
	Língua Espanhola - LE
Matemática	Matemática – MA
Ciências da Natureza	Ciências – CI
Ciências Humanas	Geografia - GE
	História - HI
Ensino Religioso	Ensino Religioso - RE

Fonte: RCA, 2019. Organizado pela autora

O currículo do Ensino Médio disposto no RCA, compreende quatro áreas do conhecimento e doze componentes curriculares (Quadro 8).

Quadro 8 - Referencial Curricular Amazonense: Ensino Médio

Áreas do conhecimento	Componentes curriculares
	Ensino Médio (1ª série à 3ª série)
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa
	Língua Inglesa ou Espanhola
	Educação Física
	Arte
Matemática e suas Tecnologias	Matemática
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia
	História
	Sociologia
	Filosofia
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química
	Física
	Biologia

Fonte: RCA, 2019. Organizado pela autora

Ao ser feita a análise dos cadernos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio - que são o(a)s anos/série que foram trabalhados ao longo da pesquisa - é possível observar que o RCA não menciona especificamente o envelhecimento como tema a ser trabalhado em sala de aula de forma interdisciplinar. No entanto ele vem abordando temáticas relacionados à valorização das diferenças e equidade, que podem trazer discussões sobre o tema Pessoa Idosa o respeito e a valorização do grupo etário.

O quadro apresenta alguns exemplos de temáticas existentes no Referencial Curricular Amazonense – RCA, assim como algumas formas de trabalhar a Pessoa Idosa a partir da temática proposta, sendo essas propostas sugestões da autora (Quadro 9).

Quadro 9 – Atividades Propostas com base nas temáticas do Referencial Curricular Amazonense/RCA

Temáticas	Atividades Propostas
Cap. 5 – Educação inclusiva: a diversidade no contexto do Ensino Fundamental.	- Roda de conversas com o tema Pessoa Idosa - Como você identifica a Pessoa Idosa? - Para você o que é envelhecer? - Quais as dificuldades do envelhecer? - O que você acha que precisa melhorar para um envelhecimento saudável? - Após montar um painel com a resposta dos alunos. - Pedir que os alunos elaborem um árvore genealógica, onde as raízes são os bisavós, por exemplo.
5.1 – Educação em Direitos Humanos	- Trabalhar quais os direitos da Pessoa Idosa, quais leis de amparo a esse grupo etário. - Apresentar a PNI e o Estatuto da Pessoa Idosa como marcos legais de amparo.
5.5 – Educação Quilombola	- Realizar uma pesquisa se possível em campo para identificar a quantidade de Pessoas Idosas que vivem nas comunidades Quilombola³⁰, analisando a qualidade de vida, a infraestrutura do lugar, o acesso aos serviços básicos.
5.6 – Gênero e Diversidade Sexual	- Como as pessoas 60+ se sentem em relação ao preconceito? - Quais os desafios enfrentados por ele? - Como isso afetou a vida deles? - Onde eles estão concentrados? Qual a renda? Qual o grau de escolaridade?
5.7 – Diversidade religiosa	- Um gráfico das religiões mais praticadas pelas pessoas 60+.
Cap. 6 – A formação do professor de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.	- Cursos de formação para os docentes, a respeito da Pessoa Idosa, para que houvesse uma integração a respeito do tema e também a troca de experiência entre os profissionais.

³⁰ 1 Quilombo no Município de Barreirinha, 1 no Município de Novo Airão, localizado no Parque Nacional do Jaú, 1 no bairro Praça 14, em Manaus e 1 comunidade no Município de Itacoatiara (RCA, 2019).

Cap. 7 – A temática indígena e indigenista no Referencial Curricular Amazonense.	- Trabalhar com o resgate de memórias, a partir da contagem de histórias, a passagem de saberes, como uma receita de um remédio.
--	--

Fonte: RCA, 2019. Elaborado pela autora.

Buscou-se também analisar a ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), como um dos documentos norteadores no Processo Educacional. O documento apresenta 17 metas globais adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as ODS são um conjunto de ações que visa acabar com pobreza, proteger o meio ambiente e que as pessoas desfrutem da paz e da prosperidade. Os objetivos foram lançados oficialmente no ano de 2015 com um prazo para a Agenda 2030 (ONU, 2023).

Figura 15 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2023

Ao fazermos a análise observamos o ODS 4, que tem como propósito “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2023). Esse objetivo está dividido em 4 metas todas voltadas para uma educação de qualidade e inclusiva (Quadro10).

Quadro 10 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de Qualidade

Metas	Objetivos das Metas
4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
4.2	Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
4.b	Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
-----	---

Fonte: ONU, 2023. Elaborado pela autora

É possível fazer uma conexão do ODS 4 e suas metas com a inserção da temática da Pessoa Idosa nas escolas, pois o objetivo tem bem claro que traz uma educação para “ao longo da vida”, reconhecendo a importância de todas as faixas etárias no processo ensino-aprendizagem, pois ao se trabalhar o tema é possível trazer e ao mesmo tempo ampliar diversos debates no ambiente escolar como:

- O combate ao etarismo através da compreensão da importância da diversidade etária.
- Promover a empatia e o respeito entre os alunos e as Pessoas Idosas, através do convívio no ambiente escolar.
- Estimular o pensamento crítico sobre o processo de transição demográfica e seus desafios no território brasileiro.
- Criar ações para a inserção da Pessoa Idosa no contexto social pensando nas Políticas Públicas e infraestruturas apresentadas para o grupo etário.
- Apresentar uma leitura do espaço que também envelhece e não apenas os sujeitos que estão inseridos nele, como nos apresenta Milton Santos (1978), quando usa o termo “Rugosidade” para apresentar elementos do espaço geográfico que se tornam heranças do passado ao resistirem as mudanças que acontecem no presente.
- Aprender a transformar dados – pirâmides etárias, taxas e conceitos – em reflexões sobre a vida, os espaços, as paisagens e os territórios que apresentam as relações humanas e suas diversidades etárias.

Essa abordagem vem contribuir para o cumprimento do ODS 4 e principalmente a meta 4.7, que reforça uma educação equitativa onde todos os alunos adquiram o conhecimento necessário para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo direitos humanos, a diversidade cultural e a cidadania global.

É notório que existem diversos esforços para garantir uma educação inclusiva, até mesmo Leis específicas que garantem direitos e ações a Pessoa Idosa – Lei nº 10.741/2003, no seu Art. 22. Essa Determinação é uma forma de “obrigar” as escolas em todos os níveis educacionais desenvolverem práticas pedagógicas que contemplem o processo de envelhecer assim como a Pessoa Idosa como parte do processo educativo.

Porém existe uma lacuna entre a legislação e o contexto educacional, onde a temática do envelhecimento é pouco explorada. Portanto, é fundamental desenvolver atividades pedagógicas que abordem esse grupo etário, estimulando uma cultura de inclusão, respeito e valorização da Pessoa Idosa, visto que o ambiente escolar é o lugar mais propício para a realização de tais atividades e desconstrução de esterótipos negativos.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO: A TEMÁTICA DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

*Numa tarde
Lin Cheng se deu conta
de que, se agora
andava lentamente,
era porque dentro dele
moravam todos os saltos
e corridas de sua juventude.*

Ling Chen sorriu.

*À noite
Ling Chen agradeceu*

E dormiu.

Odilon Moraes

O capítulo apresenta uma reflexão sobre a inserção da temática da Pessoa Idosa e o Processo de Envelhecimento no ambiente escolar. Ao fazer uma análise fica evidente a urgência de uma educação voltada para todas as etapas da vida, quebrando preconceitos que estão associados a esse grupo etário. A partir de dados do IBGE, PNAD e o MEC, é possível observar a participação crescente da Pessoa Idosa em espaços de ensino o que evidencia a urgência em (re)pensar as práticas pedagógicas que possibilitem a inclusão do grupo no contexto escolar.

A partir dessa necessidade foram desenvolvidas atividades na E. E. T. I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM, que trouxessem experiências para os professores e alunos de que é possível trabalhar a Pessoa Idosa e o Processo de Envelhecer nas escolas. Assim foi possível inserir a Geografia do Envelhecimento no contexto escolar. As atividades foram realizadas em parceria com os professores da escola, de forma interdisciplinar enfatizando que é na escola que existe a possibilidade da desconstrução de esterótipos negativos, assim como a promoção, respeito e valorização do grupo etário.

3.1 A Pessoa Idosa e a inserção no mundo “Escolar”

Como já citado nos capítulos anteriores, o perfil demográfico do território brasileiro vem se modificando, estamos apresentando uma redução nas taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade e aumentando a expectativa de vida, com isso trazemos uma nova realidade – os cabelos brancos – a modificação no perfil

demográfico, essa modificação ela chega trazendo muitos desafios para nosso país. Agora é preciso (re)pensar em novas Políticas Públicas, infraestrutura das cidades, um novo modelo educacional que consiga abarcar a nova realidade.

E para que consigamos mudar essa realidade o Processo Educacional é o caminho mais certo, pois é na escola que convivemos com diferentes grupos etários, trocamos experiência e dividimos opiniões, ideias e atitudes.

Já é possível observar que a Pessoa Idosa vem se inserindo no contexto educacional cada vez mais. Analisando os dados a respeito das taxas de analfabetismo³¹ é possível notar que houve uma redução, mas ainda continuam mais altas em relação ao grupo 60+, com destaque para a Região Nordeste com 32,5%, concentrando as maiores taxas e 8,8% para a Região Sudeste com as menores taxas (IBGE, 2022). Segundo os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)³² das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever, 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. A principal justificativa para o abandono escolar foi a necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Segundo a coordenadora do PNAD, Adriana Beringuy,

O analfabetismo segue em trajetória de queda, mas mantém uma característica estrutural: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Isso indica que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda crianças, enquanto permanece um contingente de analfabetos, formado principalmente, por pessoas idosas que não acessaram à alfabetização na infância/juventude e permanecem analfabetas na vida adulta (IBGE, 2022).

As taxas ficaram entre 16,0% entre pessoas de 60 anos ou mais, 9,8% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 6,8% entre aquelas com 25 anos ou mais e 5,6% entre a população de 15 anos ou mais. Por outro lado, a taxa de analfabetismo das pessoas idosas de 60 anos ou mais foi a que mais caiu, reduzindo-se em 2,1 p. p frente a 2019 e 4,5 p. p ante 2016 (IBGE, 2022).

³¹ Apresentado nos Anexos 5 e 6, os gráficos com a disposição das taxas de analfabetismo no Brasil idade e cor ou raça e por unidade federativa.

³² Dados encontrados na Agência IBGE Notícias. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acessado em: 10/04/2025.

As mudanças nesse perfil educacional/demográfico também podem ser observadas através dos dados da edição do ENEM de 2024, onde o INEP³³ fez um levantamento dos 4,3 milhões de candidatos confirmados cerca de quase 10 mil pessoas com mais de 60 anos realizaram a prova, desse total 558 participantes ainda estavam cursando o Ensino Médio na Educação de jovens e adultos (EJA) (Ministério da Educação, 2024).

Foi entrevistada uma candidata ao ENEM 2024, Maria Elisabete, 79 anos, aposentada, que pretende cursar letras para realizar o sonho de escrever um livro,

Estudar não tem idade, adquirir conhecimento não tem idade, porque a pessoa aprende até o último dia de vida dela.

As pessoas acham que aposentados ficam sentados em casa olhando para as paredes, mas eu gosto muito de ler, estudar e aprender. Eu quero renovar o meu mundo de conhecimento e, por isso, estou participando do Enem este ano (Ministério da Educação, 2024).

Apesar do quantitativo representar apenas 0,23%, é o maior da história desde 2020 (Quadro 11), pois quadro de pandemia, com cerca de 9.950 Pessoas Idosas participando.

Quadro 11 - Número de participantes no ENEM com 60 anos ou mais no recorte espacial de 2015 a 2024

Ano	Número de participantes
2015	10.685
2016	13.021
2017	9.619
2018	9.704
2019	8.259
2020	11.768
2021	6.004
2022	5.900
2023	8.531
2024	9.950

Fonte: Ministério da Educação, 2024. Organizado pela autora

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2023, o Brasil registrou 9.977.217 matrículas nos cursos de graduação e sequenciais de formação

³³Dados encontrados no site do Ministério da Educação – Governo Federal (gov.br). Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/quase-10-mil-pessoas-com-mais-de-60-anos-estao-fazendo-o-enem>. Acessado em: 10/04/2025.

específica. Desse total, 60.735 matrículas foram de estudantes com 60 anos ou mais (Ministério da Educação, 2024).

Partindo dessa análise há uma urgência de reestruturação da Pessoa Idosa no currículo escolar, a Pessoa Idosa está cada dia mais inserida no Processo Educacional, mas ainda é notório que a sociedade tende a mantê-las afastadas e marginalizadas, pois mesmo com a divulgação da crescente taxas de Pessoas Idosas no Brasil, ainda não se pensou em planos educacionais para a integração intergeracional, tudo ainda é muito superficial e fica no mundo das ideias.

E para que seja possível solucionar essa lacuna no Processo Educacional, é necessário inserir a Pessoa Idosa como tema nas escolas, trazendo a compreensão que o envelhecimento ele acontece de forma natural e que é um processo individual e heterogêneo.

E que mesmo o envelhecimento parecendo sempre ser um desafio, uma experiência que não se sabe ao certo quando irá chegar, pois não há um marcador para isso, ela pode sim ter benefícios, desmistificar que a Pessoa Idosa é sempre frágil e doente, que não serve mais para a sociedade, para isso precisa-se incluir a Pessoa Idosa nos temas educacionais, assim como já foi sugerido pelo Estatuto da Pessoa, na Lei nº 10.741/2003, pois é na escola que geramos discussões, onde surgem ideias e eliminamos os preconceitos.

Ainda assim, quando tais questões são apresentadas como temas de aula, especialmente no ensino de Geografia, são abordadas de maneira superficial, limitadas a números, sem uma investigação mais aprofundada de suas dimensões sociais, culturais e espaciais. Essa abordagem restrita prejudica a compreensão crítica e contextualizada dos alunos sobre o tema, limitando-o a dados e estatísticas que não têm relação com a realidade que eles vivenciam. Como será mostrado no próximo capítulo, com a análise dos livros didáticos adotados na escola e dos livros indicados pelo PNLD, onde é observado essa orientação e sinaliza a necessidade de ações pedagógicas que possibilitem leituras mais amplas e enriquecedoras.

Trabalhar a Pessoa Idosa em sala de aula, vem sendo um desafio contínuo, sabendo que as atividades educacionais voltadas para o grupo etário não se fazem sem reflexão e novos métodos pedagógicos, que precisa da formação dos profissionais e das pessoas envolvidas no ensino-aprendizagem. Nós enquanto

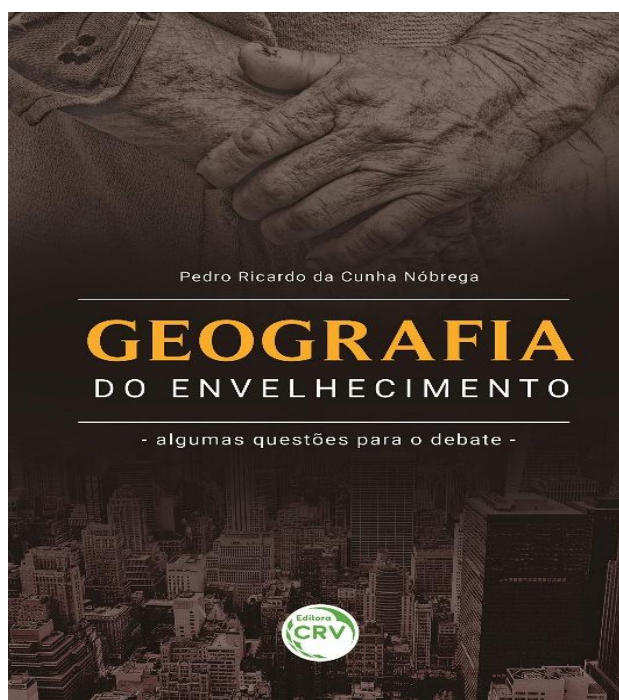
educadores, temos o dever de ensinar que o envelhecimento é um processo natural e biológico, e que a Pessoa Idosa desempenha um papel valioso na sociedade. Isso inclui lutar contra esterótipos negativos e o medo relacionado ao envelhecimento.

3.2 A Geografia e a introdução dos estudos da Pessoa Idosa no contexto educacional na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM

Diante de tudo que já foi exposto anteriormente e a proximidade com a educação foi verificada a necessidade de trabalhar a temática Pessoa Idosa em sala de aula e no ambiente escolar.

No início da investigação foi possível constatar uma produção acadêmica limitada a respeito da Geografia do Envelhecimento/ Gerontogeografia, contando apenas com um livro no Brasil – *A Geografia do Envelhecimento: algumas questões para o debate* – do Pedro Nóbrega, porém a investigação parte de outras áreas do conhecimento como Gerontologia e a Educação, mas também utilizando outras subáreas da Geografia, como a Geografia da População, com a utilização dos dados quantitativos extraídos da base de dados do IBGE e a utilização da categoria geográfica o espaço urbano.

Figura 16 – Livro: Geografia do Envelhecimento



Fonte: Lilian Schöler, 2023

A partir de então foi escolhida a E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CMPM, local de trabalho da pesquisadora, desta forma foi possível um contato maior com a gestão, a administração, os professores e os alunos. No primeiro momento houve uma conversa e a entrega da carta de apresentação (Anexo 7) ao comandante TCQOPM Alisson da Silva Henriques e ao administrador escolar James Lee, com o objetivo de viabilizar a realização da pesquisa em conjunto com as atividades da escola. Ambos autorizaram sua execução sem qualquer objeção.

Após a autorização do comando da escola iniciou-se o trabalho com os professores, para que foi elaborado um formulário (Anexo 8) com o objetivo de coletar dados para construir o perfil do docente quanto ao conhecimento do tema Pessoa Idosa. Para completar essa coleta, foi utilizada a técnica do testemunho, que, segundo Laville e Dione (1999, p. 183) “[...] permite a exploração dos conhecimentos das pessoas, mas também de suas representações, crenças, valores, opiniões, sentimentos, esperanças, desejos, projetos etc.” O formulário foi estruturado com um roteiro contendo temáticas relacionadas ao envelhecimento, à Pessoa Idosa e as formas de trabalhar esse assunto em cada disciplina.

Antes da entrega do formulário para preenchimento dos professores, foi realizada uma roda de conversa na sala dos professores, como uma “entrevista”, que seguiu as orientações de Ballesteros (1996) citado por Moura, Ferreira e Paine (1998), que abrange quatro fases: Preparação da Entrevista, Início da entrevista, Corpo da entrevista e Término da entrevista, a mesma estrutura será utilizada para os alunos no próximo tópico.

De acordo com Bardin (2011), os dados coletados por meio das entrevistas serão analisados utilizando a Análise de Conteúdo (AC). Essa técnica, como método consiste em um conjunto de técnicas para análise de comunicações, que emprega procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens.

Na roda de conversa (Figura 17), foi explanado o projeto de pesquisa com sua finalidade, para que posteriormente fosse preenchido o formulário. Quando se falava de Pessoa Idosa enquanto tema a ser trabalhado em sala de aula, era possível

perceber o espanto dos professores³⁴ e vinha logo a indagação do porquê da escolha do tema para uma dissertação de mestrado. Como nos diz os professores de Língua Portuguesa nº 2, Matemática nº 3 e Arte nº 1:

“Sério que você vai trabalhar “velho” na sua dissertação? E como trabalhar isso nas aulas? Nunca imaginei ou pensei em algo para trabalhar o tema. Tenho 30 anos de SEDUC, mas não vejo o tema sendo discutido nas escolas como você está propondo” (Língua Portuguesa nº 2, 2023).

“Achei interessante, mas confesso que é surpreendente, porque não é um assunto comum e não aparece nos conteúdos. Em Matemática é possível trabalhar com a quantidade de idosos, na aula de construção e interpretação de gráficos” (Matemática nº 3, 2023).

“Colega, acho que vai ser diferente... os alunos irão estranhar, mas de qualquer forma posso verificar os conteúdos que o SAS propõe se tem algo a respeito” (Arte nº 1, 2023).

Figura 17 – Roda de Conversa com os professores – 2º CPM



Fonte: Lilian Schüller, 2023

³⁴ O trabalho será desenvolvido utilizando apenas o nome das disciplinas acompanhado por um número correspondente a cada professor, a fim de preservar a identidade dos participantes. Foi apresentado aos professores e responsáveis pelos alunos o **Termo de Participação Espontânea**, autorizando o uso de falas e imagens (Anexos 9 e 10).

Em outros professores, a proposta causou certo espanto, mas também despertou curiosidade em trabalhar o tema em sala de aula. Eles se dispuseram a refletir sobre conteúdo ou estratégias para inserir o tema em suas disciplinas, como foi o caso dos docentes de Língua Portuguesa nº 1, Biologia nº 1 e Química nº 1:

“Não havia pensado em abordar esse tema na minha disciplina, será bem interessante, acredito que surgirão boas atividades. Podemos pensar depois em uma atividade para trabalharmos com a 3ª série 01” (Língua Portuguesa nº 01, 2023).

“Pessoa Idosa? Velho? Não é algo que eu trabalho em sala..., Mas tá aí, fiquei curioso! Posso trabalhar com as reações químicas no envelhecimento” (Química nº 01, 2023).

“Idosos? Hum! Não tinha pensado, mas tem a ver com o conteúdo do tecido epitelial. Posso dar uma aula, com ênfase no envelhecimento do tecido a perda do colágeno que são fatores que acarretam o envelhecimento da pele” (Biologia nº 01, 2023).

“Eu quero ajudar no seu trabalho! Acho que consigo fazer alguma coisa relacionada com a Educação Física na parte motora, mas podemos ver mais para frente” (Educação Física nº 01, 2023).

Durante a apresentação do projeto, foi possível perceber, além do espanto inicial dos professores, a preocupação em relação ao momento em que trabalhariam a temática, considerando que a escola adota um modelo conteudista e tradicional, priorizando os conteúdos do livro didático adotado – Sistema Ari de Sá (SAS). A instituição organiza o ano letivo em trimestres e, em cada um deles, são aplicadas três avaliações: Verificação Imediata (VI), Verificação de Estudos (VE) e Verificação Corrente (VC). Para cada avaliação, são selecionados conteúdos programáticos do próprio livro, o que dificultou a implementação das atividades que foram propostas ao longo da pesquisa, e que seriam desenvolvidas de forma interdisciplinar com a professora de Geografia.

Foi informado aos professores que havia sido realizado um levantamento dos temas e conteúdos, juntamente com propostas de atividades (Quadro 12)³⁵, que

³⁵ Conteúdos básicos propostos em conformidade com o com a BNCC, considerando as especificidades da realidade escolar e a possibilidade de abordar temas Transversais Contemporâneos e, neste caso, de forma mais específica, o que está definido no artigo 22 do Estatuto da Pessoa Idosa de 2003.

poderiam ser trabalhadas a Pessoa Idosa em sala de aula, conforme cada disciplina. Foi ressaltado que esses conteúdos seriam disponibilizados posteriormente, após o preenchimento do formulário, visto que o objetivo inicial era compreender a percepção dos professores acerca do tema, além de ideias que surgissem na elaboração e execução de atividades.

Quadro 12 – Conteúdos para trabalhar a Pessoa Idosa por Componente Curricular

Componente Curricular	Conteúdo	Atividades propostas
Arte	Estética	Analisar os padrões de beleza estabelecidos socialmente, que são reforçados pelas representações artísticas amplamente divulgadas e celebradas pela mídia, criando uma beleza padrão e deixando de lado aqueles que envelhecem.
Biologia/ Ciências	Envelhecimento biológico	Trazer para o aluno que existe um ciclo vital com seu processo biológico que causa o envelhecimento e esse processo de envelhecimento ele é inevitável, começa no dia do nascimento e termina no dia da morte. Que há também um envelhecimento dos órgãos. Que não é possível parar esse processo, mas tem como se manter saudável na velhice.
	Herança genética	Como prevenir algumas doenças degenerativas, o conhecimento de diferentes tratamentos médicos.
Educação Física	A importância da atividade física	A influência das atividades físicas nas funções metabólicas do corpo, como as cardiorespiratórias. A questão motora, como trabalhar o equilíbrio nessa fase da vida.
Filosofia	Filosofia Política	Trazer discussões acerca da Pessoa Idosa em nossa sociedade.
	Ética e violência	Podem ser abordados os aspectos relacionados ao cuidado e quem é responsável pela Pessoa Idosa.

Física	Termodinâmica	Trabalhar o conforto térmico da Pessoa Idosa na casa em que mora, onde é mais confortável para ela.
Geografia	População Transição demográfica Urbanização	Trabalhar a Pessoa Idosa sobre uma nova perspectiva, analisar os dados quantitativos e interpretá-los e trazer propostas de intervenção para a Pessoa Idosa na sociedade. Trazer a compreensão de que no século XXI existem duas forças moldando o espaço: urbanização e envelhecimento e quais impactos isso trará para as sociedades futuras. Análise da transição demográfica brasileira e seus impactos. Analisar sobre a ótica da Geografia do Envelhecimento: as Políticas Públicas, a Infraestrutura e o contexto social da Pessoa Idosa na cidade de Manaus.
História	O desenvolvimento das sociedades	Pode ser feitos levantamentos bibliográficos a respeito dos questionamentos levantados e uma apresentação ou um debate em sala de aula: Qual a importância da Pessoa Idosa nas sociedades antigas? Fazer um quadro comparativo com as sociedades que valorizam e as que não valorizam as Pessoas Idosas.
	As relações de trabalho e poder e movimentos sociais	Qual o papel da Pessoa Idosa na relação de trabalho ao longo da história? Houve movimentos sociais, políticos, culturais que destaquem a Pessoa Idosa? Trazer por exemplo em forma de banner que ficariam expostos nas escola com os dados das pesquisas.
	Religião	Ao longo do processo histórico qual o papel da Pessoa Idosa no

		processo religioso? A função da Pessoa Idosa nas tradições religiosas? Quadro comparativo das principais matrizes religiosas e o papel da Pessoa Idosa em cada uma delas.
	Fontes históricas e documentos da conquista de Direitos de grupos sociais	Usar fontes históricas como a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto da Pessoa Idosa de 2003, e saber quais direitos e deveres da Pessoa Idosa dentro da sociedade.
Língua Inglesa	Gêneros textuais População nos países de Língua Inglesa	Abordar a qualidade e a expectativa de vida das Pessoas Idosas nos países de Língua e Inglesa e fazer um comparativo com o Brasil. Quais documentos que os países se utilizam para nortear os direitos das Pessoas Idosas, trazer o texto em inglês para que possa ser trabalhado como gênero textual.
Língua Portuguesa	Gêneros textuais – Contos, as Cartas	Trabalhar a produção textual, a partir da construção de memórias da Pessoa Idosa, assim como a construção de cartas a partir do “Eu do Futuro”.
Matemática	Gráficos Estatística	Elaboração de gráficos a partir de pesquisas do quantitativo de Pessoas Idosas em um recorte espacial, trabalhar com a estatística da população de Pessoas Idosas para os próximos anos. Interpretação de Pirâmides Etárias.
Química	Substância químicas Reações químicas	É possível discutir como as substâncias presentes em alimentos, bebidas como álcool e cafeína – e produtos de higiene pessoal podem afetar o processo de envelhecimento, incluindo o

		envelhecimento celular e o impacto de radicais livres.
Sociologia	Movimentos Sociais e organização da Sociedade Papel do Estado Cultura e formação da Sociedade	Pesquisar os movimentos sociais no Brasil que envolvam as Pessoas Idosas, se houver, como eles atuaram como forma de intervenção e transformação na sociedade brasileira. Também é possível trabalhar a questão das lutas pelos direitos civis, sociais, culturais e políticos, pela luta da cidadania, pensados em uma construção social por diversos sujeitos sociais. O papel do Estado em assegurar os direitos básicos para a Pessoa Idosa, como, Segurança, saúde, previdência social, lazer, cultura e educação. Qual o Papel da Pessoa Idosa nas instituições socializantes?

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Antes mesmo de conhecerem as propostas das atividades, alguns professores (Ciências nº. 2 e Física nº. 1) afirmaram que não teriam tempo para executá-las, justificando que o conteúdo programático era extenso e que precisava ser cumprido integralmente. Outros, porém, demonstraram interesse na proposta,

“Tá, mais em que tempo nós trabalharíamos esse tema? Porque assim, não temos tempo, daqui a pouco chega a VE e temos que fechar o conteúdo” (Ciências, nº. 2, 2023).

“Assim, Lilian estou trabalhando em três escolas, não teria muito tempo para ajudar na pesquisa, e aqui fica difícil em Física são muitos conteúdos” (Física, nº. 1, 2023).

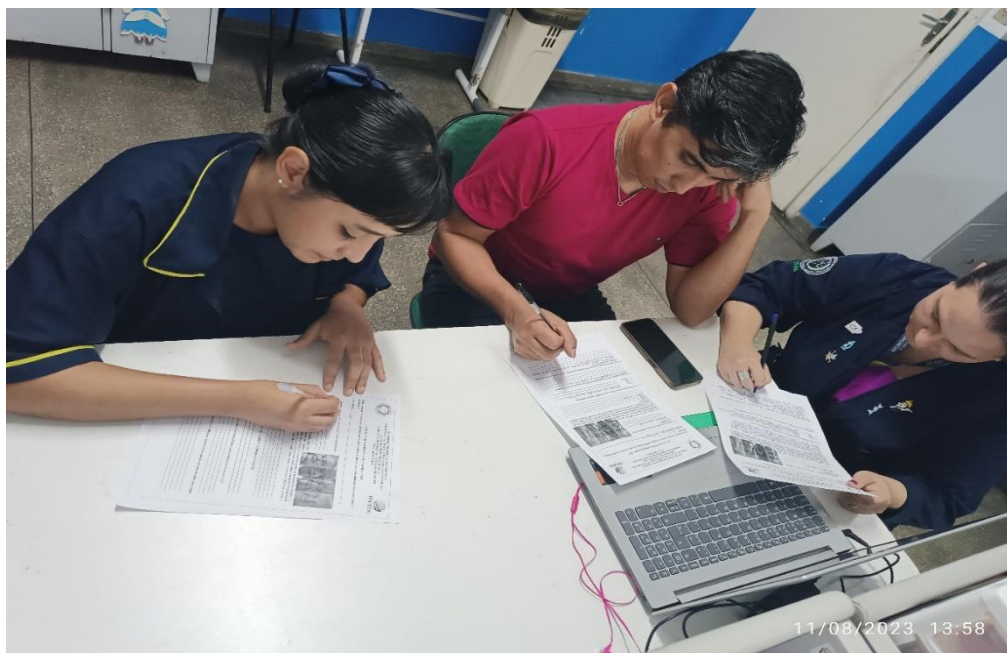
“Eu acho bem difícil trabalhar aqui com conteúdo que não aparecem no SAS, porque se não trabalhamos todos os conteúdos os pais vêm aqui registrar e ainda tem as provas que a pedagogia separa os capítulos, não sei como poderia ajudar nesse caso” (História, nº. 3, 2023).

Também foi ressaltado que os professores poderiam apresentar suas próprias propostas e desenvolver as atividades com total autonomia, sendo as sugestões apresentadas apenas ideias para inspiração e possível aplicação. Segundo

Anastasiou e Alves (2004), existem múltiplas estratégias de ensino que podem ser utilizadas em função dos diferentes objetivos a serem alcançados. Assim, a escolha da estratégia deve estar alinhada ao propósito definido, de modo a possibilitar que os sujeitos construam conhecimentos de forma significativa. Nesse processo, o educador deve assumir o papel de um verdadeiro estrategista. [...] no sentido de estudar, selecionar, organizar e propor as melhores ferramentas facilitadoras para que os estudantes se apropriem do conhecimento (Anastasiou e Alves, 2004, p. 68).

Após o primeiro contato, em agosto de 2023, foi distribuído para os professores o formulário de coleta de dados. Naquele momento, a escola não havia passado pela redução de turmas e contava com um total de 92 professores, distribuídos entre os turnos matutino e vespertino. Desse total, 47 professores aceitaram responder ao formulário, porém apenas 28 devolveram preenchidos. A participação por disciplina foi a seguinte: Língua Portuguesa (5), Arte (1), Educação Física (3), Língua Inglesa (2), Matemática (3), Ciências (2), Geografia (3), História (1), Sociologia (1), Filosofia (1), Química (2), Física (2) e Biologia (2).

Figura 18 – Professores preenchendo o formulário/ E.E.T.I Marcantonio Vilaça II / 2º CMPM



Fonte: Lilian Schüler, 2023

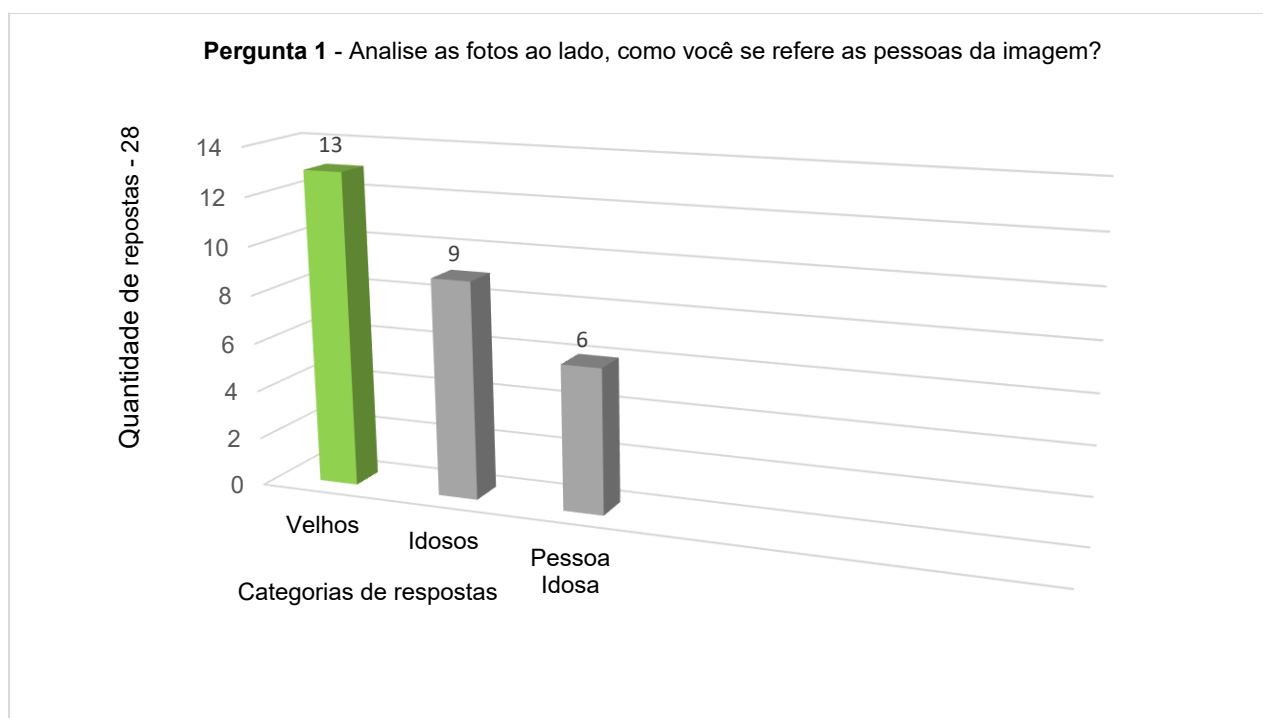
Figura 19 – Professores preenchendo o formulário/ E.E.T.I Marcantonio Vilaça II / 2º CPM



Fonte: Lilian Schüller, 2023

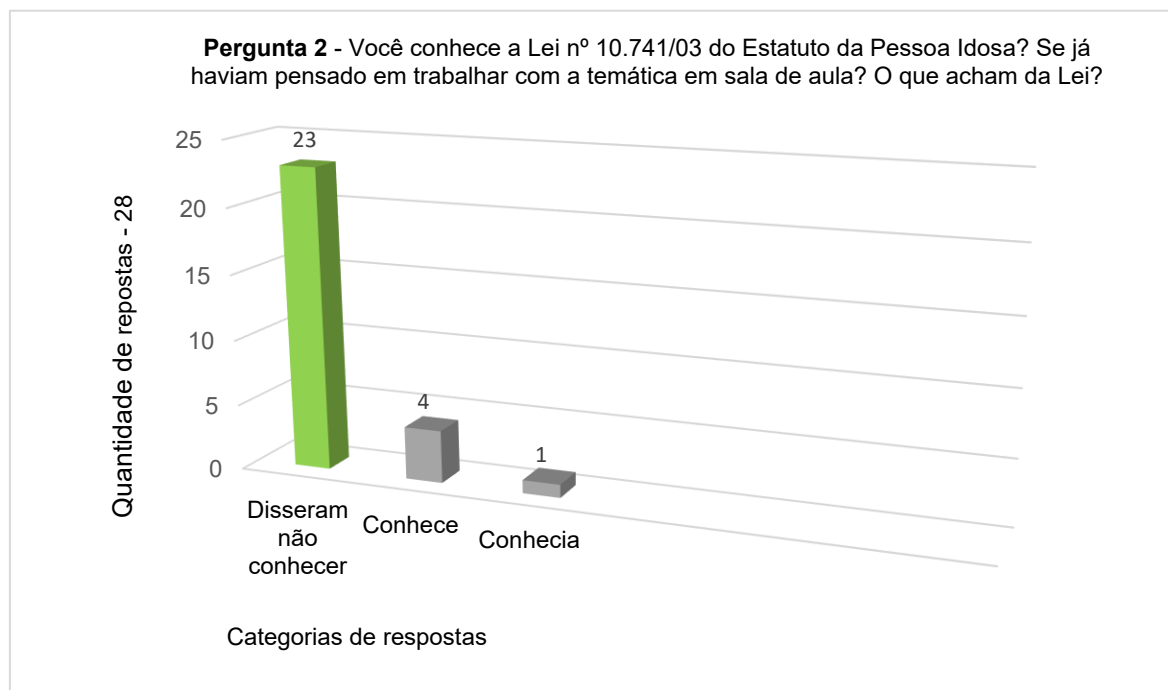
Os formulários foram analisados e, a partir deles, foram elaborados gráficos correspondentes a cada pergunta, organizados da seguinte forma:

A Pergunta 1 (Gráfico 8) foi uma pergunta aberta, com o objetivo de identificar de que forma os professores se referiam à Pessoa Idosa. Das respostas, 13 utilizaram o termo “velho”, 9 o termo “idosos(as)” e 6 “Pessoa Idosa”. Os professores que se utilizaram do termo “Pessoa Idosa” desconheciam que esse termo era usado para designar o grupo etário, conforme a Lei nº 14.423/2022, a qual alterou a redação do Estatuto da Pessoa Idosa, substituindo “idoso(s)” por “Pessoa Idosa” e “Pessoas Idosas”.

Gráfico 8 – Pergunta 1: Questionário dos professores

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Na Pergunta 2 (Gráfico 9), dos 28 professores, 23 disseram desconhecer a Lei, e relataram que não haviam pensado em trabalhar a Pessoa Idosa em sala de aula, enquanto temática. Contudo, destacaram a temática como inovadora, e a relevância da Lei, por entenderem que ela contribui para dar visibilidade à Pessoa Idosa, visto que esse grupo é invisível no ambiente escolar.

Gráfico 9 – Pergunta 2: Questionário dos professores

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Em uma das resposta a professora de Língua Portuguesa nº. 4 relatou,

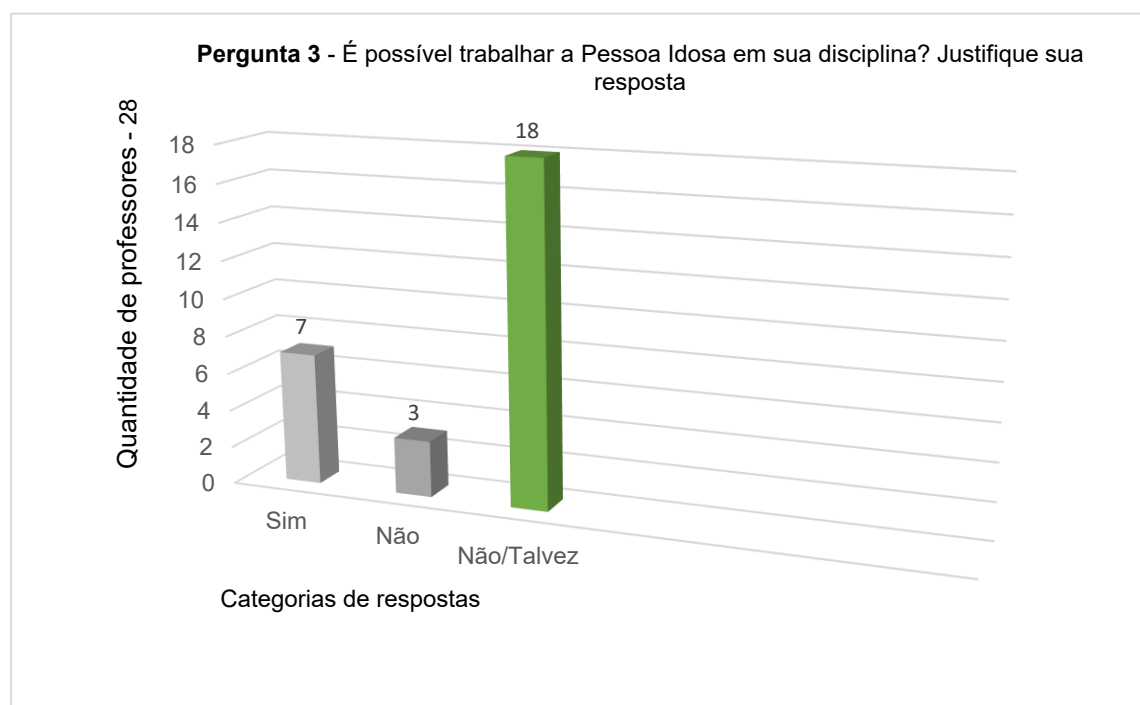
“Não entendo como uma proposta tão bem elaborada em Lei, não é repassada para os professores da rede. Nunca se quer tinha ouvido falar em trabalhar essa temática em sala de aula, tenho meus pais idosos e nunca parei e pensei, o quanto não se fala em idosos na escola. E também estamos ficando “velhos”, vamos ser esquecidos também, precisamos mudar essa realidade. Quero me aposentar, mas nunca ser esquecida” (Língua Portuguesa nº. 4, 2023).

Quatro (4) professores responderam que já haviam “ouvido falar” a respeito da Lei, em razão de experiências anteriores no EJA (Educação de Jovens e Adultos). Porém explicaram que essa experiência não veio de trabalhar a temática Pessoa Idosa em sala de aula, mas sim no contexto de práticas educativas voltadas ao ensino direcionado ao grupo etário.

Apenas 1 professor (Filosofia nº. 1) afirmou conhecer o Estatuto da Pessoa Idosa e que já ter lido a Lei. Segundo ele, esse contato ocorreu durante a segunda graduação em Psicologia, a qual está cursando no momento da pesquisa. Segundo seu relato durante o curso de uma disciplina precisou apresentar um seminário onde o tema era a “Pessoa Idosa na Sociedade Moderna”, assim precisou ler e se preparar para a atividade e compreender os direitos e deveres da Pessoa Idosa na sociedade, o que o levou a ter contato com o Estatuto da Pessoa Idosa.

A Pergunta 3 (Gráfico 10), foi objetiva, e os professores teriam que dizer se seria possível trabalhar ou não sua temática em sala de aula. Sete (7) professores afirmaram ser possível trabalhar a temática Pessoa Idosa em sala de aula e em suas disciplinas, afirmando que existem conteúdos que poderiam subsidiar a realização de atividades relacionadas ao tema (Biologia/Ciências (2), Língua Portuguesa (2), Língua Inglesa (1), Matemática (1) e Educação Física (1). Três (3) responderam que não teriam como trabalhar a temática em suas disciplinas (Física (2) e Química (1). E, 18 professores responderam “Não sei/Talvez”, mas que se dispuseram a pesquisar a temática por acharem relevante para o ambiente escolar.

Gráfico 10 – Pergunta 3: Questionário dos professores



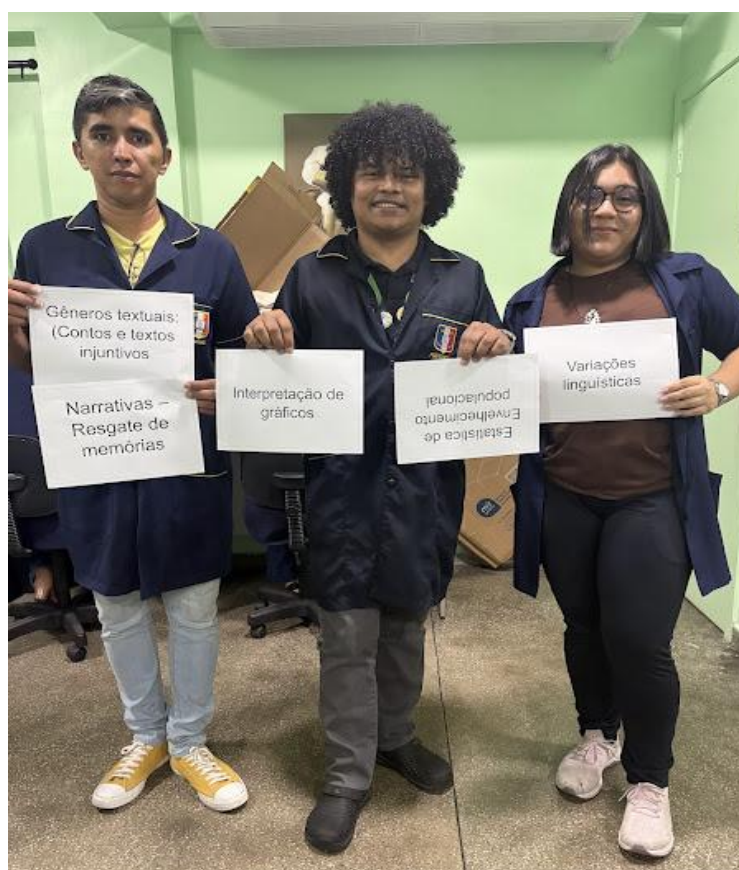
Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Nas perguntas 4 e 5, foi solicitado aos professores que, antes de responderem, se possível realizassem uma pesquisa sobre a temática da Pessoa Idosa, assim como atividades que poderiam ser desenvolvidas nas suas respectivas disciplinas.

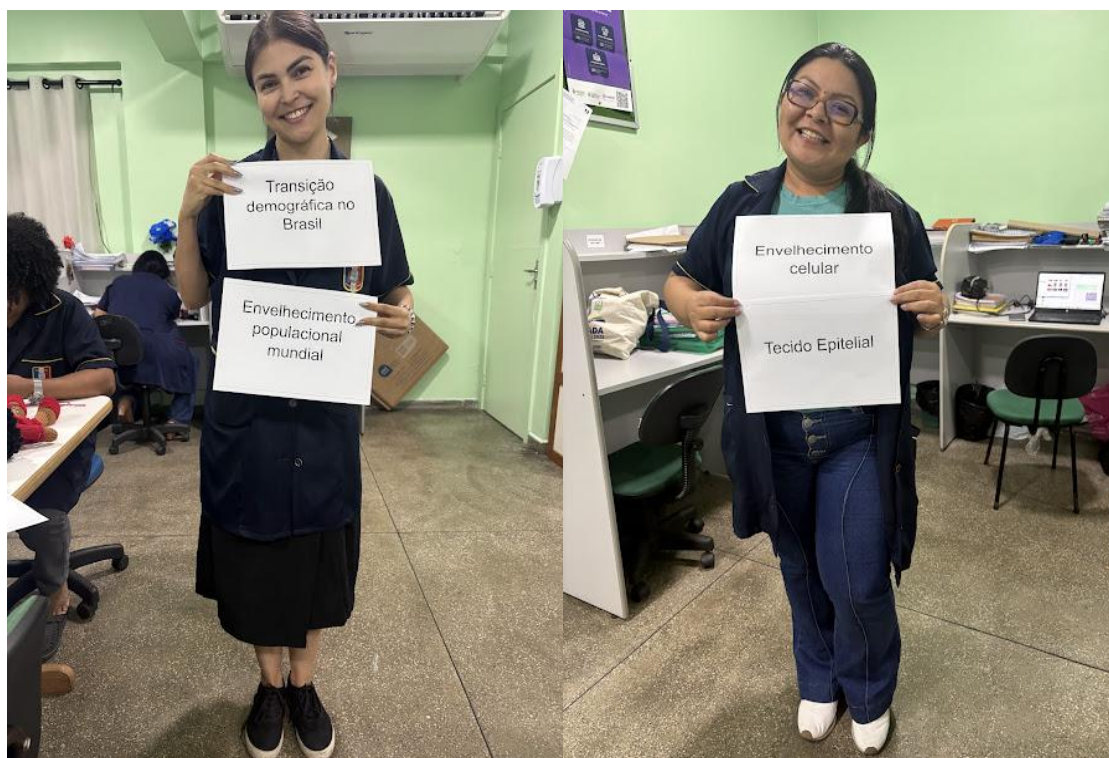
Desta forma, 12 professores apresentaram sugestões de conteúdos (Figura 20 e 21), contudo, apenas 7 trouxeram sugestões de como inserir esse tema em sala de aula e no ambiente escolar. Dentre os conteúdos:

- Língua Portuguesa (5 professores): Narrativas (Resgate de memórias); Gêneros Textuais (Contos e textos injuntivos) e variações linguísticas.
- Biologia/ Ciência (2 professores): Envelhecimento celular e Tecido Epitelial.
- Matemática (2 professores): Interpretação de gráficos e Estatística do envelhecimento populacional.
- Educação Física (1 professor): Coordenação motora.
- Geografia (2 professores): Envelhecimento populacional mundial, Transição demográfica no Brasil, Políticas Públicas e infraestruturas voltadas para a Pessoa Idosa e como a Pessoa Idosa está inserida na sociedade de hoje.

Figura 20 – Professores e suas sugestões de conteúdos



Fonte: Lilian Schöler, 2024

Figura 21 – Professores e suas sugestões de conteúdos 2

Fonte: Lilian Schüler, 2024

Dentre as propostas apresentadas pelos professores, destacaram-se: formações continuadas e a promoção de palestras voltadas para o tema Pessoa Idosa. Tais sugestões trazem para evidência a necessidade de ampliar a discussão teórica e prática, possibilitando uma abordagem mais consistente e fundamentada dentro do contexto escolar.

A formação continuada é vista pelos docentes da escola como um instrumento de atualização de conhecimentos, troca de experiências que levam a desconstrução de esterótipos e que visa oferecer suportes que favorecem práticas pedagógicas inclusivas para as demandas do grupo etário. As palestras, por sua vez, foram mencionadas como um recurso que visa socializar as experiências, aproximando a comunidade escolar do debate a respeito da Pessoa Idosa. Assim é possível ampliar estratégias que visam uma reflexão crítica, favorece o diálogo intergeracional e constrói um ambiente escolar que visa valorizar todas as fases da vida, reconhecendo a importância de cada uma delas, com seus direitos e deveres dentro da sociedade.

Visto que para ensinar sobre velhice/envelhecimento é necessário principalmente compreender que todos nós estamos inseridos nesse processo.

Após o contato com os professores, elaborou-se também um formulário (Anexo 11) para o administrador escolar. O formulário contou com cinco perguntas abertas, onde buscou-se compreender o contexto escolar e suas ações relacionadas a temática trabalhada da Pessoa Idosa, assim também foi realizada uma análise no Projeto Político-Pedagógico (PPP) a procura de alguma atividade ou menção ao termo relacionado ao grupo etário.

Na pergunta de nº 01, foi relatado que a escola vê o tema como um tema novo a ser discutido e que tem relevância no âmbito acadêmico, mas que no PPP não há nenhuma referência de como trabalhar o tema ou introduzir o tema no ambiente escolar.

Nas respostas às perguntas de nº 02 e 03, foi possível constatar que a escola não desenvolve nenhum projeto específico voltado à Pessoa Idosa. Foi destacado também que não existem verbas, que se tenha conhecimento, destinadas exclusivamente a projetos voltados na escola que trabalhem a temática, seja por parte do Governo Estadual ou do Governo Federal.

Por fim, nas perguntas de nº 04 e 05 que tratavam da Lei 10.741/03, de forma específica do art. 22, o administrador escolar informou que conhecia o Estatuto da Pessoa Idosa, por ser educador físico, mas o artigo em particular não. Relatou que na função que se encontra, é possível perceber, um distanciamento da comunidade escolar em relação à Pessoa Idosa, visto que o ambiente escolar é majoritariamente de jovens e adultos. Como forma de se aproximar do grupo em questão, sugeriu algumas atividades, como a realização de palestras com a participação da Pessoa Idosa da comunidade, onde haveria trocas de experiências, o incentivo de ações solidárias, onde os alunos visitariam lares de acolhimento à Pessoa Idosa e realizariam doações, incentivando a solidariedade e o convívio com a Pessoa Idosa. Também foi ressaltado que até a apresentação da proposta não se havia pensado na escola em trabalhar o tema.

Após a conclusão da etapa dos formulários, foi realizada a análise do PPP da escola. Onde foi possível constatar que não há referência aos termos: Pessoa Idosa, velho (a), idoso (a), envelhecimento, processo de envelhecimento, envelhecimento humano, físico ou biológico. É possível perceber que o documento analisado não faz nenhuma referência ao processo de envelhecer. Assim foi possível constatar que para

se trabalhar na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM a temática Pessoa Idosa é necessário articular aos Temas Transversais Contemporâneos previstos na BNCC, fazendo um diálogo com a cidadania, a diversidade e o respeito às diferenças. É possível observar que esse cenário torna evidente a ausência de conhecimento e materiais voltados para o tema, assim surge uma urgência da inserção no ambiente escolar, trazendo e fazendo uma reflexão crítica e a valorização do grupo etário.

A ausência do tema nos documentos norteadores e nas práticas escolares revela uma lacuna preocupante no processo educacional. Segundo Whitaker (2007) acontece que uma gama de preconceitos rodeia o envelhecimento em nosso país e a sociedade precisa ser educada para compreender o envelhecimento sobre esse novo prisma.

Ao deixar de abordar o tema o processo de envelhecimento, evidenciamos ainda mais a marginalização do grupo etário e o preconceito intergeracional. Esse processo precisa ser pensado e ensinado que é natural e acontece com todos, porém de uma forma individual. Assim a escola assume um papel estratégico nas discussões acerca da valorização e do respeito a diversidade geracional e na quebra dos esterótipos negativo, pois a escola promove o diálogo intergeracional, incentivando e promovendo práticas pedagógicas que reconheçam a importância da Pessoa Idosa.

Se torna de fato urgente pensar essa omissão desse conteúdo nas escolas, pois é necessário e importante prepara os jovens para que reconheçam a importância de todas as fases da vida. O território brasileiro vem passando por transformações significativas na sua configuração populacional, o que já não nos permite reconhecer apenas como um país jovem. Como destaca Priore (2005, p. 9) “o Brasil é um país jovem de cabelos brancos”, evidenciando o envelhecimento populacional no território brasileiro.

Assim é possível destacar que a BNCC, abre espaço para que o tema Pessoa Idosa seja inserido no currículo escolar, através dos Temas Transversais Contemporâneos, como já foi citado acima, também temos o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/03), que reconhece a importância do tema nos diversos níveis de ensino formal através do seu art. 22, portanto a ausência desse debate nas escolas representa, portanto, uma lacuna no cumprimento das diretrizes legais e pedagógicas.

3.3 Análise dos livros didáticos utilizados nas séries trabalhadas na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM e os conteúdos voltados para a Pessoa Idosa

No Brasil, o livro didático tem um papel muito importante no contexto escolar, pois pode se apresentar como um instrumento de sistematização de conteúdo, como elemento mediador de práticas pedagógicas ou até mesmo como elementos de controle. O Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – criado em 1985, pelo Decreto n.º 91542 -, que tem como objetivo promover para as Escolas de Ensino Básico as obras didáticas e paradidáticas (Carvalho Neto, 2015, p. 403).

Segundo Silva (1996),

O livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que o seu acolhimento independe da vontade e da decisão dos professores. Sustentam essa tradição o olhar saudosista do país, a organização escolar como um todo, o marketing das editoras e o próprio imaginário que orienta as decisões pedagógicas do educador. Não é à toa que a imagem estilizada do professor apresenta-o com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos inseparáveis, indicotomizáveis. E aprender, dentro das fronteiras do contexto escolar, significa atender às liturgias dos livros, dentre as quais se destaca aquela do livro “didático”: comprar na livraria no início de cada ano letivo, usar ao ritmo do professor, fazer as lições, chegar à metade ou aos três quartos dos conteúdos ali inscritos e dizer amém, pois é assim mesmo (e somente assim) que se aprende (Silva, 1996, p. 08).

O livro didático ainda ocupa um papel central nas escolas, mesmo atualmente onde há a existência de diversos outros recursos pedagógicos, como a internet – utilizada como fonte de pesquisa importante – o livro ainda se apresenta como a principal, ou a única fonte de trabalho como material disponível e impresso nas escolas da rede pública de ensino. Desta forma é possível perceber por parte dos professores que o livro didático não venha ser substituído por outras fontes de pesquisas, mas que as demais fontes de recursos se somem a utilização do livro didático (Peyneau et al., 2022; Frison et al., 2009).

Ainda que seja possível reconhecer a importância das contribuições do livro didático no ensino, é preciso reconhecer que seu papel é complementar e que o professor seja protagonista em sua sala de aula, assim como incentiva o PNLD:

Embora o livro didático seja um recurso importante no processo de ensino – aprendizagem ele não deve ocupar papel dominante nesse processo. Assim, cabe ao professor manter-se atento para sua autonomia pedagógica não seja comprometida. Não é demais insistir que, apesar de toda a sua importância,

o livro didático não é o único suporte do trabalho pedagógico do professor (Brasil, 2011, p.19).

Visto o exposto acima a importância da análise do livro didático utilizado na escola tornou-se uma etapa fundamental da pesquisa, uma que fez que a proposta da Geografia do Envelhecimento/Gerontogeografia é um tema novo e que precisa ser inserido no contexto escolar.

Para que fosse possível identificar se Geografia do Envelhecimento ou a Pessoa Idosa, aparecem enquanto tema nas aulas de Geografia, foi necessário realizar uma análise dos livros didáticos das turmas participantes da pesquisa (2ª e 3ª séries Ensino Médio na análise de Geografia). A escola apresenta um diferencial no uso do material didático utilizado em relação às demais escolas da rede pública: ela não utiliza os livros distribuídos pelo PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático)³⁶, e os alunos precisam adquirir a coleção do SAS (Sistema Ari de Sá)³⁷.

A escolha do material didático ocorreu por iniciativa da escola, após a escolha foi realizada uma reunião escolar no início do ano letivo de 2011, onde a comunidade escolar aprovou a escolha do material didático. A coleção é dividida em livros menores que são distribuídos da seguinte forma para os conteúdos de Geografia ao longo do ano letivo: 2ª série Ensino Médio, são 6 livros com conteúdo distribuídos em 24 capítulos e para a 3ª série do Ensino Médio temos também um total de 6 livros distribuídos em Geografia 01 (Física) e Geografia 02 (Humana), cada divisão apresenta ao longo do ano 27 capítulos totalizando no final 54 capítulos.

A análise do material foi realizada a partir dos conteúdos nos livros didáticos da 2ª e 3ª série do Ensino Médio. Buscou-se identificar, em algum dos capítulos, a presença dos termos: “Pessoa Idosa”, “Envelhecimento Humano, Biológico ou Físico”, Idoso (a), Idosos (as) ou qualquer referência relacionada ao “Processo de Envelhecer”.

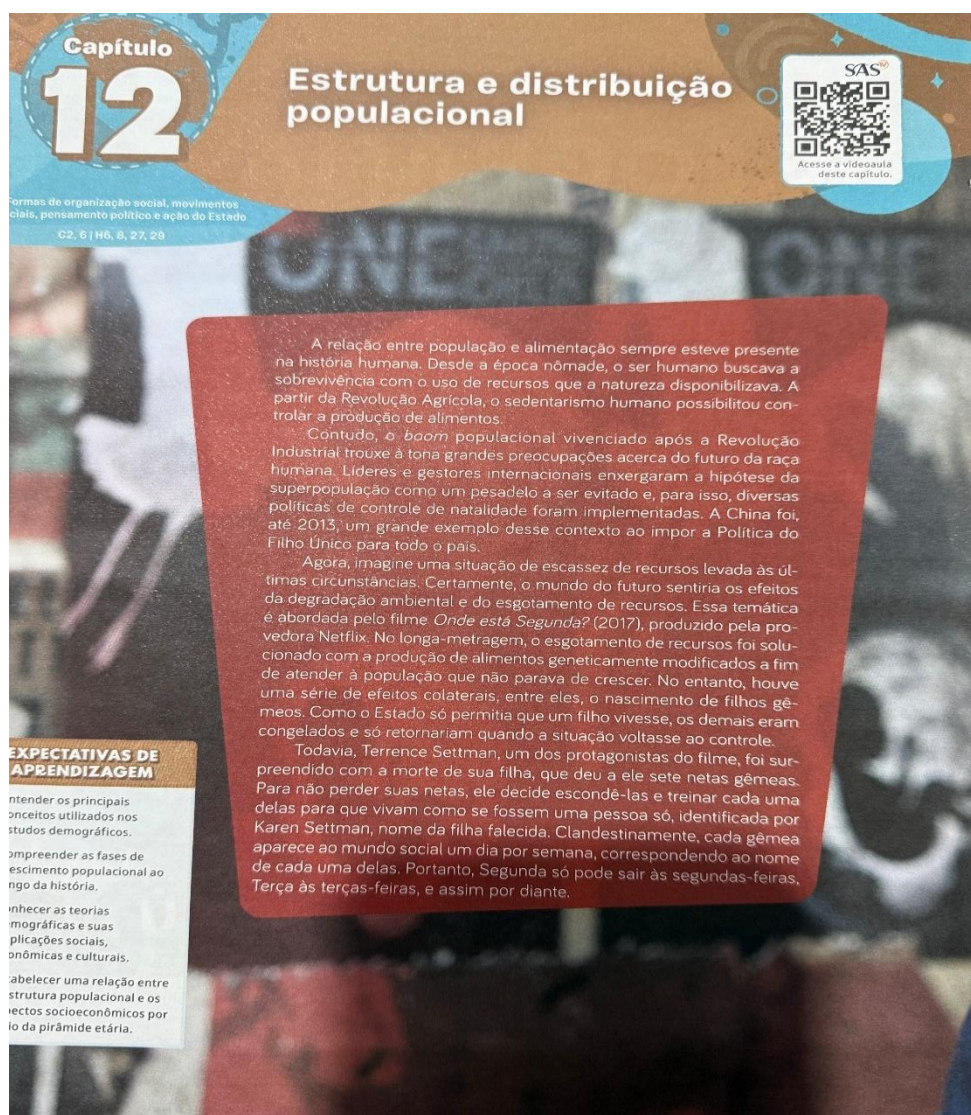
No material didático da 2ª série do Ensino Médio encontra-se referência de alguns termos no Capítulo 12: Estrutura e distribuição populacional (Figura 22). No

³⁶ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um dos mais antigos programas voltados à distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias nas redes públicas de Ensino do país. Através dele, as escolas participantes recebem os materiais, selecionados pelo Ministério da Educação, de forma regular e gratuita (Carvalho, 2024).

³⁷ Coleção Sistema Ari de Sá – SAS. PINHATA, João Eduardo Watanabe. Livro Integrado: 2ª série – João Eduardo Watanabe; Carlos Eduardo Gois Ribeiro de Lavor, Georgina Fabiana Mendes

material da 3ª série do Ensino Médio foi encontrado nos Capítulos 13: Conceito e tendências populacionais (Figura 23); Capítulo 14: As teorias demográficas (Figura 24), Capítulo 15: O crescimento populacional brasileiro (Figura 25) e no Capítulo 18: Estrutura etária e ocupacional (Figura 26)³⁸.

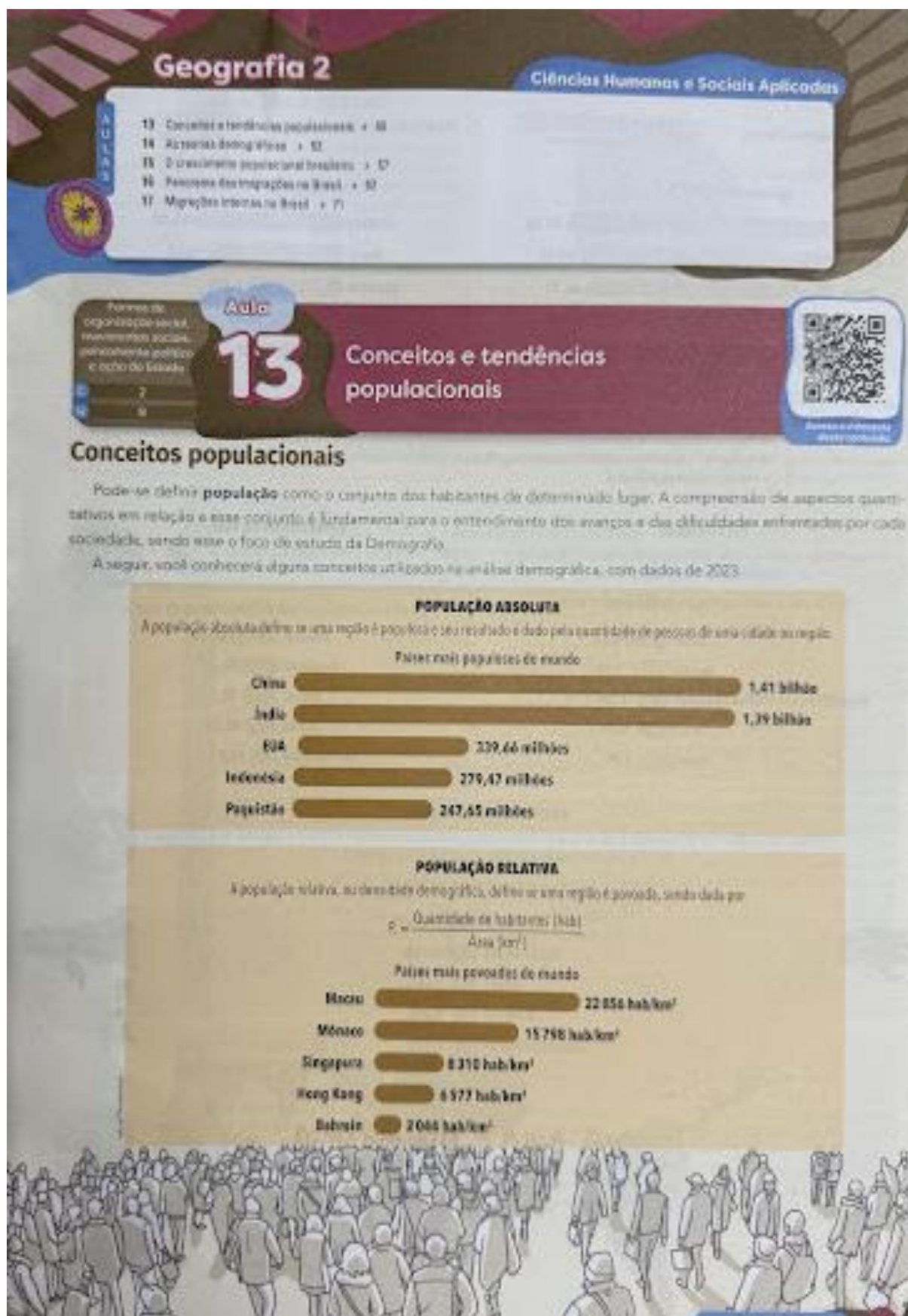
Figura 22 – Livro didático 2ª série E. M. Capítulo 12: Estrutura e distribuição populacional



Fonte: Coleção SAS, 2024

³⁸ Marinho (org.). – 3 ed. Fortaleza: Companhia brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S. A., 2024. (Coleção Integrada). 872 p.:il. Color. V. 3. ISBN 978-65-5856-914-5 (CL).

Figura 23 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 13: Conceitos e tendências populacionais



Fonte: Coleção SAS, 2024

Figura 24 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 14: As teorias demográficas

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Aula
14



Acesse a videoaula deste conteúdo.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado
 C 2,6
 H 8,27

As teorias demográficas

MALTHUSIANA

A relação entre população e alimentos foi base da primeira teoria demográfica, cunhada pelo clérigo inglês Thomas Malthus (1766-1834). Para ele, a população crescia em ritmo de progressão geométrica (P.G.), enquanto a produção de alimentos aumentava em progressão aritmética (P.A.). Para suprir o futuro colapso dessa assimetria, elementos como a fome, as guerras e as epidemias seriam controladores naturais da expansão populacional.

Para Malthus, o controle da natalidade por meio de estratégias como o casamento tardio, o planejamento familiar e a castidade era uma opção para atender ao controle populacional necessário. Contudo, o autor não conseguiu prever a expansão da produção alimentícia que o mundo viveria anos mais tarde.

NEOMALTHUSIANA

Após a Segunda Guerra Mundial, os países desenvolvidos experienciaram um abrupto crescimento populacional, fazendo com que cientistas retomassem a linha malthusiana. Para esses teóricos, os *baby boomers* (jovens nascidos entre os anos de 1940 e 1964) seriam vetores de desequilíbrio na oferta de emprego e serviços essenciais (saúde, educação etc.), ocasionando uma marginalização da população. Dessa forma, o subdesenvolvimento seria encarado como fruto do crescimento demográfico, o qual comprometeria toda a capacidade das forças produtivas e é, portanto, considerado um entrave ao processo de evolução econômica para a população, ampliando as disparidades sociais.

Assim como os malthusianos, os neomalthusianos eram antinatalistas; defendiam programas oficiais rígidos de controle da natalidade voltados para políticas de planejamento familiar e uso de métodos contraceptivos, como as pílulas anticoncepcionais, a ligadura das trompas, o DIU (dispositivo intrauterino) e a vasectomia.

REFORMISTA

Também chamados de antimalthusianos e marxistas, os reformistas analisavam a pobreza populacional para além da disponibilidade de alimentos. Para eles, a falta de estruturas de oportunidades (saúde, educação, emprego, renda etc.) seria o vetor de perpetuação da pobreza no mundo. Sendo assim, o problema analisado por Malthus foi entendido como uma das consequências da má distribuição e utilização dos recursos em meio ao sistema capitalista.

Segundo esse pensamento, o crescimento populacional seria um impasse solucionado com reformas socioeconômicas promovidas pelo Estado para elevar o padrão de vida da população.

ECOMALTHUSIANA

A partir da segunda metade do século XX e diante das discussões globais acerca de questões ambientais, o entrelaçamento entre as teorias demográficas e ambientais resultou na formulação da chamada teoria ecomalthusiana. Os ecomalthusianos afirmam que o crescimento populacional, atrelado aos impactos ambientais decorrentes da ação humana, precisa ser limitado para que os recursos naturais ainda existam para as gerações futuras.

Uma das críticas a essa teoria é que o mundo está vivendo a terceira fase de crescimento demográfico, e as políticas de controle da população causariam um colapso no sistema atual. Outro ponto é que muito do lixo eletrônico existente e dos gases estufa é produzido pelos países desenvolvidos.

TEORIAS DEMOGRÁFICAS

As revoluções tecnológicas contribuíram com o avanço na qualidade de vida da sociedade, gerando um crescimento considerável da população. Esse contexto subsidiou o surgimento das teorias demográficas.



Figura 25 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 15: O crescimento populacional brasileiro

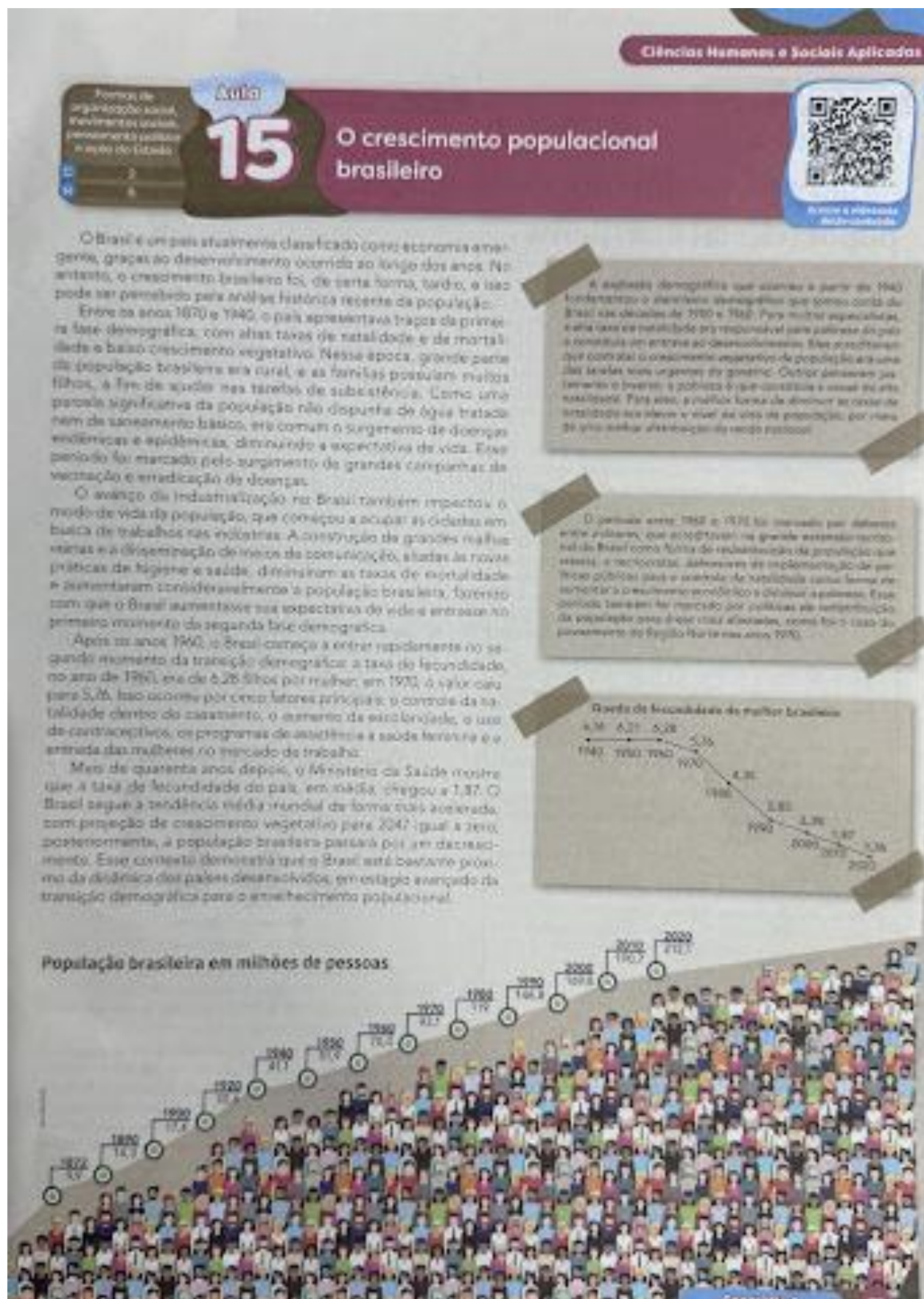


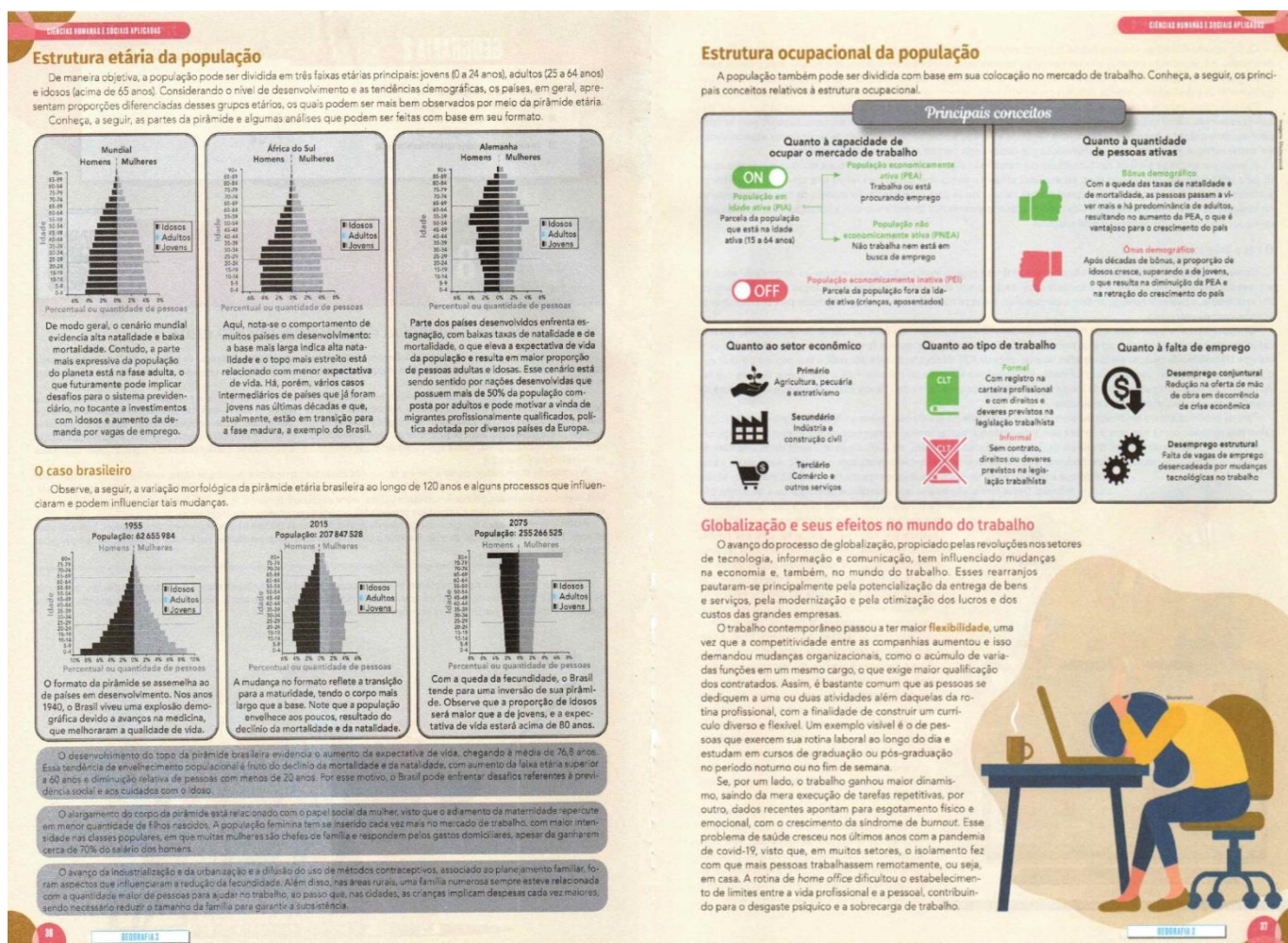
Figura 26 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 18: Os benefícios do envelhecimento ativo



É possível perceber que os capítulos vêm abordando os conceito-chaves como: população absoluta, densidade demográfica, taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade; crescimento vegetativo e populacional; expectativa de vida; PEA e as teorias demográficas: Malthus, Neomalthusianas, Reformistas e Ecomalthusianas. Também vem trazendo como ao longo da história o mundo passou por fases do crescimento populacional a tendência de estagnação, impulsionada por diversos fatores – avanço da medicina, urbanização, entrada da mulher no mercado de trabalho, distribuição de métodos contraceptivos e a melhoria no sistema educacional. Além da mudança das pirâmides etárias e o crescimento do grupo etário da Pessoa Idosa.

Embora o material didático chegue a abordar, em alguns momentos a população brasileira – transição demográfica e o envelhecer no território brasileiro – como pode ser observado no capítulo 18 “Estrutura etária e ocupacional, da 3ª série do Ensino Médio (Figura 27), essa abordagem ainda aparece de forma muito superficial. A página inicial do capítulo desperta a atenção para o “Envelhecer de forma ativa”, porém nas páginas seguintes, o foco retoma para uma abordagem quantitativa, novamente com a leitura das pirâmides etárias e de conceitos como: PEA, PNEA, bônus e ônus demográficos e outros.

Figura 27 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 18: Estrutura etária da população/ Estrutura ocupacional da população



Fonte: Coleção SAS, 2024

Figura 28 – Livro didático 3ª série E. M. Capítulo 18: O caso brasileiro



Fonte: Coleção SAS, 2024

O capítulo 18 é o que temos mais próximo de uma Geografia do Envelhecimento/Gerontogeografia e mesmo assim é possível perceber o predomínio de dados demográficos, sem que haja uma transformação dos dados em informações significativas e muito menos uma preocupação com o envelhecimento populacional e seus desafios. É possível notar que há um esforço em mostrar o processo do envelhecimento populacional dentro do território brasileiro, a limitação das informações em números e gráficos, traz dificuldades nas reflexões territoriais e políticas que o fenômeno do envelhecimento pode ocasionar.

Portanto, continuamos fadados a uma Geografia quantitativa nos livros didáticos, uma Geografia que se preocupa apenas com os dados censitários, daí a

emergência da inserção da Geografia do Envelhecimento/Gerontogeografia nos livros didáticos e nas escolas, pois é uma Geografia que se preocupa com a sistematização dos dados e a transformação em informações para além dos números, assim planejando Políticas Públicas que respeitem o envelhecer da população.

Nesse contexto, surge um grande desafio para o diálogo futuro entre a Geografia do Envelhecimento e a Gerontoeducação: superar o conceito de população como mero parâmetro para mediar as reflexões sobre o envelhecimento. O debate precisa se ampliar para incluir uma abordagem mais abrangente, reafirmando o papel privilegiado da Geografia em ir além da simples descrição e interpretação de dados. Trata-se de revelar como o envelhecimento participa da produção do mundo — da sociedade, do espaço e da vida — em constante transformação (Nóbrega, 2020, p. 71).

É essencial que os números relacionados à Pessoa Idosa se convertam em histórias de vida, dotadas de significado e profundidade. Apenas ao conferir dramaticidade e sentido a esses dados será possível fomentar reflexões mais profundas e relevantes, contribuindo de forma mais significativa para o entendimento do envelhecimento como um fenômeno complexo e dinâmico (Nóbrega, 2020, p. 71). Dessa maneira, torna-se essencial aproximar-nos da Educação para o Envelhecimento, rompendo com abordagens meramente descritivas e estatísticas ao tratar da Pessoa Idosa no ambiente escolar. É necessário adotar práticas pedagógicas que valorizem a profundidade do tema, promovendo reflexões que desafiem estereótipos e revelem a riqueza das experiências e contribuições das Pessoas Idosas para a sociedade.

Embora atualmente haja uma crescente preocupação com o processo de envelhecimento no âmbito educacional, a Geografia ainda não superou os moldes tradicionais ao abordar o tema em sala de aula. O trabalho permanece centrado em dados do censo, transição demográfica e explicações das teorias populacionais, o que é refletido nos livros didáticos utilizados na escola E.E.T.I Marcantonio Vilaça II - 2º CPM. Essa abordagem evidencia o distanciamento do geógrafo em compreender o processo de envelhecimento em sua totalidade, indo além de números e estatísticas, e explorando suas dimensões sociais, culturais e espaciais de forma mais profunda e contextualizada.

Segundo Nuñez et. al (2003, p. 03) o professor deve ter competência para superar as limitações próprias dos livros didáticos, que apresentam um caráter genérico, que por sua vez, não podem contextualizar os saberes como não podem ter exercícios específicos para atender as diferentes problemáticas. Assim, é tarefa do professor complementar, adaptar, dar maior sentido aos bons livros didáticos. Assim, mesmo que o professor tenha como referência um livro didático de boa aceitação, é imprescindível que ele pesquise em outras fontes literárias conteúdos que possam vir complementar sua aula.

Introduzir a reflexão e o debate sobre o processo de envelhecimento nas escolas representa uma oportunidade valiosa para compreender as múltiplas dimensões que envolvem esse fenômeno e a velhice. Essa abordagem promove a troca de experiências, a discussão de estudos e pesquisas e contribui significativamente para a formação cidadã dos estudantes. Além disso, abre caminho para a construção de um novo paradigma sobre a velhice, ampliando as perspectivas e desafiando estereótipos arraigados (Albuquerque; Cachioni, 2013).

3.4 Propostas Pedagógicas para a inclusão da Temática Pessoa Idosa no Ensino de Geografia na E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM

O presente tópico visa apresentar como a proposta do tema Pessoa Idosa no contexto escolar e nas aulas de Geografia foi apresentada para os alunos da escola E. E. T. I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM, assim como as atividades pedagógicas que foram desenvolvidas ao longo da pesquisa. As atividades foram desenvolvidas com as seguintes turmas: 9º ano do Ensino Fundamental II³⁹ e 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. As atividades contaram com a parceria dos professores de Língua Portuguesa (nº 01), Biologia (nº 01), Educação Física (nº 01) e Geografia (nº 01)⁴⁰, como forma de um trabalho interdisciplinar.

Esta parte da pesquisa também contou com a metodologia da observação do pesquisador como participante, visto que segundo Minayo (1994):

³⁹ As turmas do 9º ano do Ensino Fundamental II participaram das atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa em parceria com o professor Me. Maison dos Anjos (Língua Portuguesa nº 01), visto que a pesquisadora no momento não ministrava aula para as turmas.

⁴⁰ A própria pesquisadora.

A técnica de observação do participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que o observado diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo da vida real (Minayo, 1994, p. 59).

Para iniciarmos as atividades desenvolvidas na escola a pesquisadora e também professora da instituição realizou uma aula (Figura 29) sobre o Processo de Envelhecimento e explicou que eles estariam participando de uma pesquisa de mestrado nas turmas da 2ª e 3ª série do Ensino Médio. A proposta da realização da aula para as turmas partiu da disciplina Gerontogeografia, ministrada no PPGEQG/UFAM, após a aula foi realizada a aplicação do questionário, que teve o intuito de compreender como os alunos percebem a Pessoa Idosa e como pode vir a ser trabalhada a valorização e a quebra do etarismo e a promoção da valorização dessa fase da vida.

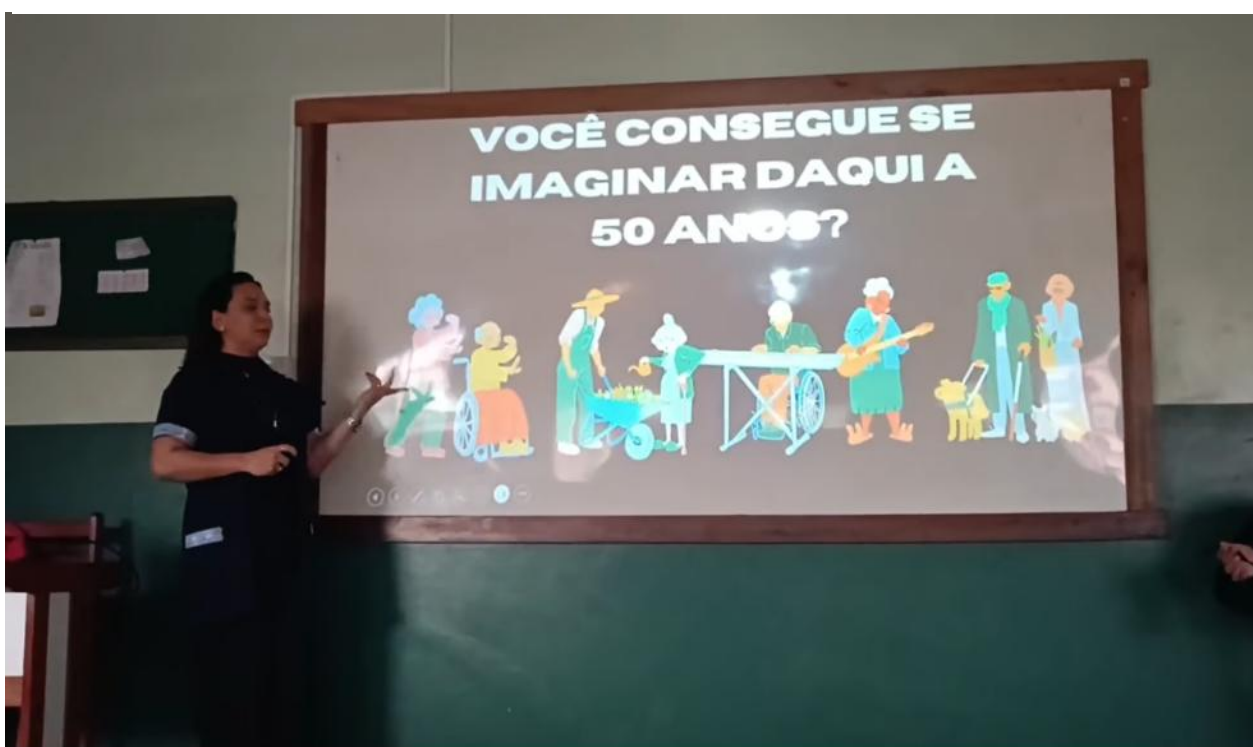
Figura 29 – Aula Processo de Envelhecimento – 2ª e 3ª série do Ensino Médio



Fonte: Lilian Schöler, 2024.

No primeiro momento da aula, foi realizada a seguinte pergunta “Você consegue se imaginar daqui a 50 anos?” (Figura 30). Levando em consideração que as turmas participantes têm idades entre 15 e 18 anos, a pergunta tinha o propósito de fazê-los refletir sobre o futuro e pensar como estariam no primeiro momento fisicamente, depois financeiramente e emocionalmente e se conseguiam criar uma imagem deles enquanto uma Pessoa Idosa, alertando que o processo de envelhecer é contínuo e individual. Depois foram realizadas outras perguntas que buscavam instigar o imaginário dos alunos a respeito do Processo de Envelhecimento e como eles se imaginariam naquele cenário até o momento distante para eles.

Figura 30 – Aula Processo de Envelhecimento – Você consegue se imaginar daqui a 50 anos?



Fonte: Lilian Schüller, 2024

As respostas surgiram em meio a expressões de surpresa e espanto, pois ainda não haviam se colocado na posição de Pessoas Idosas:

- “Prof, acho que não estaria mais vivo com essa idade”.
- “Eu serei uma “velha” rica e viajarei pelo mundo, depois que me aposentar”.
- “Eu terei 5 filhos, e depois da aposentadoria viverei em uma fazenda cuidando dos meu netos”.

- “Eu serei o “velho da lancha”, e vou ser rico e aproveitarei a vida, por isso vou trabalhar muito para não precisar trabalhar quando eu for “velho”.”

- “Eu não sei, professora, não consigo me imaginar, porque depende das minhas escolhas de agora e não sei o que vou escolher.”

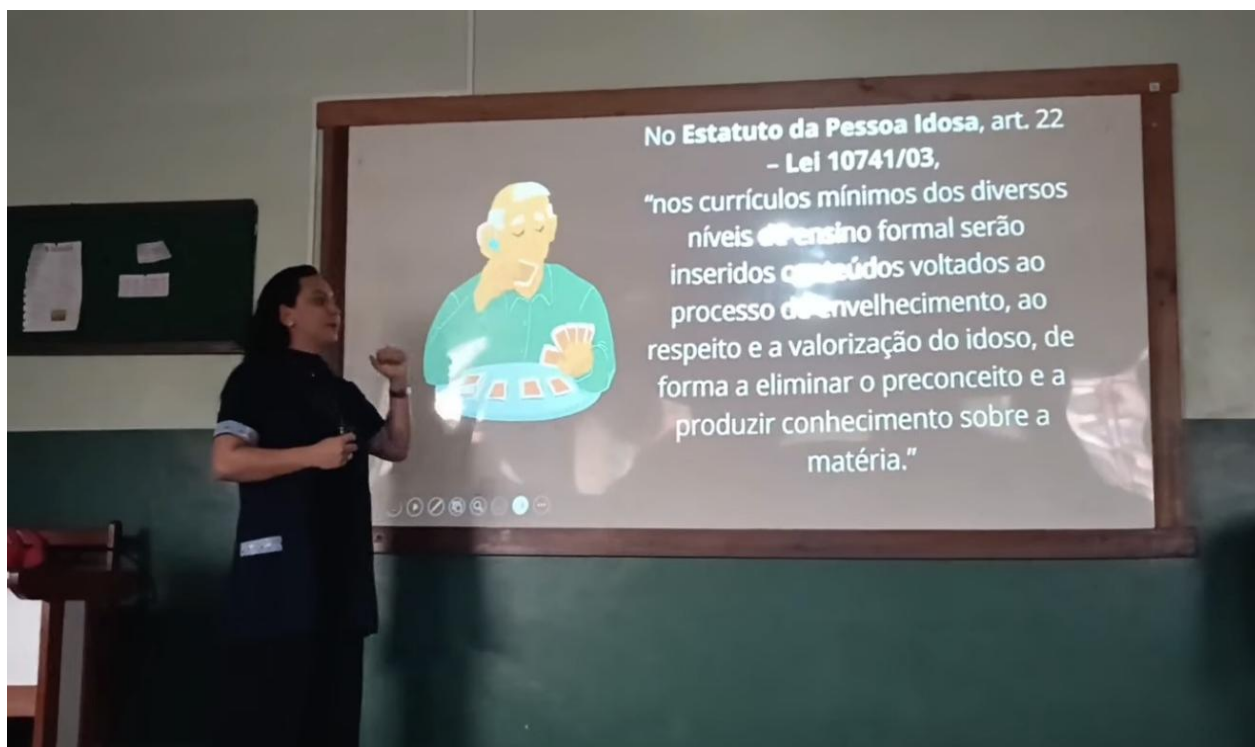
- “Eu quero viajar o mundo todo, mas para isso preciso envelhecer com saúde, acho que isso vai ajudar muito”.

- “Quero ser uma “velinha” estilosa, vou deixar meus cabelos ficarem brancos e vou continuar ouvindo meus coreanos”.

- “Acho que não quero chegar até os 70 anos, não quero dar trabalho para ninguém”.

Nas respostas foi possível observar as diferentes visões sobre o envelhecimento, respostas que iam do humor ao sonho. De certo modo a velhice para eles é vista como algo distante, e muitos tiveram dificuldades em se imaginar nessa fase da vida. Isso mostra o quanto é importante falar sobre o envelhecimento de forma mais efetiva nas escolas, ajudando a quebrar a construção de uma imagem negativa da velhice e promovendo o reconhecimento da Pessoa Idosa enquanto sujeito ativo da sociedade.

Durante a aula também foi apresentado aos alunos o Estatuto da Pessoa Idosa, com o enfoque para o Artigo 22 (Figura 31), o qual determina a obrigatoriedade de trabalhar a Pessoa Idosa em todos os níveis de ensino formal. Ao apresentar era possível perceber a curiosidade e a surpresa dos alunos, que na maioria não conheciam a Lei e sua importância.



Fonte: Lilian Schöler, 2024

Ao longo da aula também foram sendo apresentados os conceitos de população e os tipos de envelhecimento – biológico, populacional e humano – conceitos esses que são usados nas aulas de Geografia, porém a proposta da aula foi fazer com que os alunos compreendessem que o envelhecer e seus desafios vão além de estatísticas e números. A ideia foi levar os alunos a fazerem uma reflexão mais pessoal sobre o envelhecimento, mostrando que o envelhecer envolve aspectos sociais, culturais e emocionais e se revelam de diferentes maneiras em cada pessoa e em cada lugar.

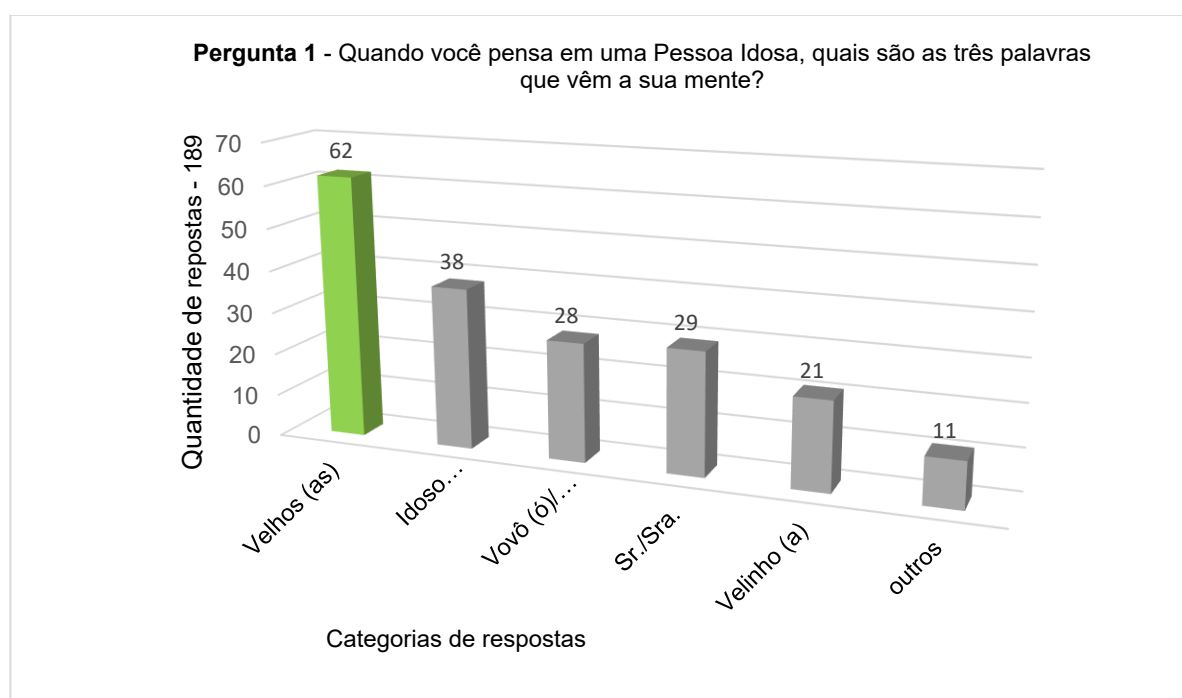
Após a apresentação da aula e do projeto para os alunos e a introdução do que seria trabalhar com a temática Pessoa Idosa em sala de aula, partimos para a aplicação do questionário⁴¹ agora para os alunos, no total participaram 5 turmas de 2ª série do Ensino Médio com 190 alunos e 2 turmas de 3ª série com o total de 79 alunos, totalizando 269 alunos participantes.

Dos questionários que foram entregues, 189 foram devolvidos preenchidos. Após a devolução, os questionários foram analisados e com base nas respostas foram criados gráficos para ilustrar.

⁴¹ Questionário em anexo – Anexo 12

Na Pergunta 1 (Gráfico 11), aparece uma dificuldade em encontrar um termo que se refira a Pessoa Idosa, aparecendo o termo “velho (a)” como o mais citado, possivelmente por ser o mais popular, porém o termo aparece carregado de negatividade, evidenciando que essa fase da vida traz perdas, inutilidades e incapacidades. Os termos “Idoso (a) ou “Pessoa Idosa” foram mencionados, mas com menos frequência do que o termo anterior, o que pode vir indicar um afastamento em relação aos termos formais e legais. Já os termos “vovô (ó)” ou “vovozinho (a)” e “velhinho (a)” podem demonstrar afetividade, até por serem muitas vezes usados em casa, mas reforçam a infantilização e a fragilidade, acentuando os estereótipos negativos do grupo etário. Por sua vez os termos “Sr./Sra.” aparecem sugerindo respeito no tratamento.

Gráfico 11 – Pergunta 1: Questionário dos alunos

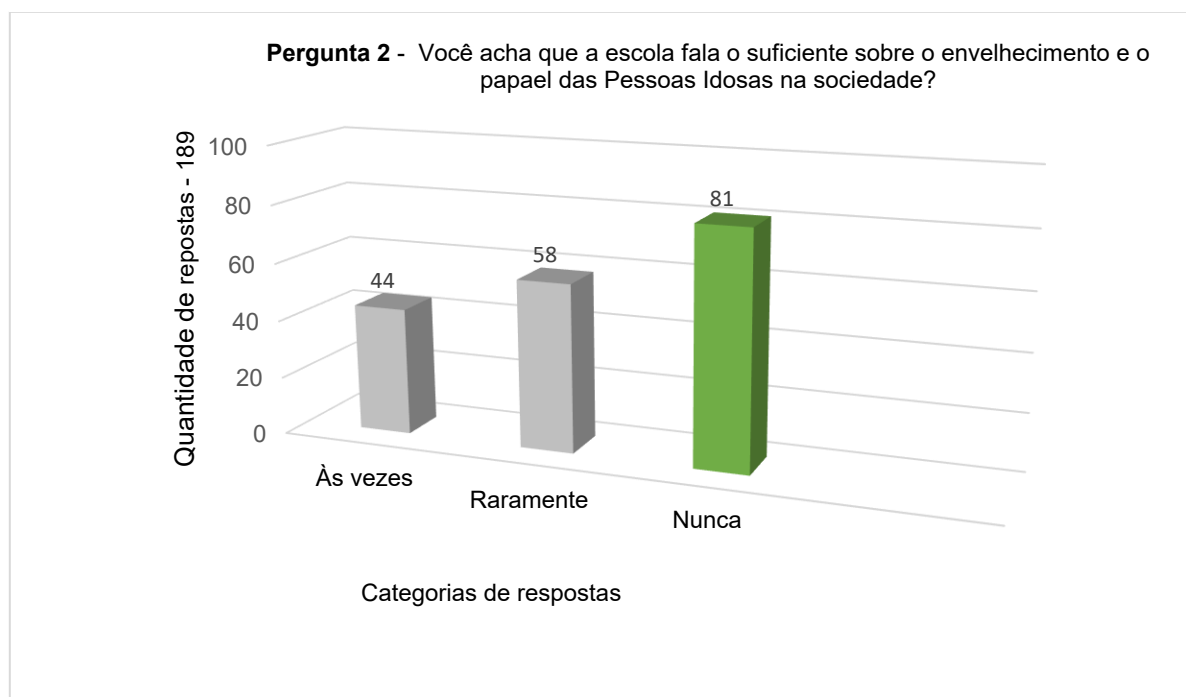


Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Na pergunta 2 (Gráfico 12), pode-se observar que a maioria dos alunos que responderam ao questionário acreditam que a escola não aborda o tema Pessoa Idosa e o envelhecer de forma significativa, ao entregar os questionários alguns alunos afirmaram ouvir falar da temática apenas na apresentação do projeto de mestrado, evidenciando mais uma vez que o tema ainda é pouco discutido nos currículos e nas práticas pedagógicas. As respostas “Raramente” e “Às vezes”

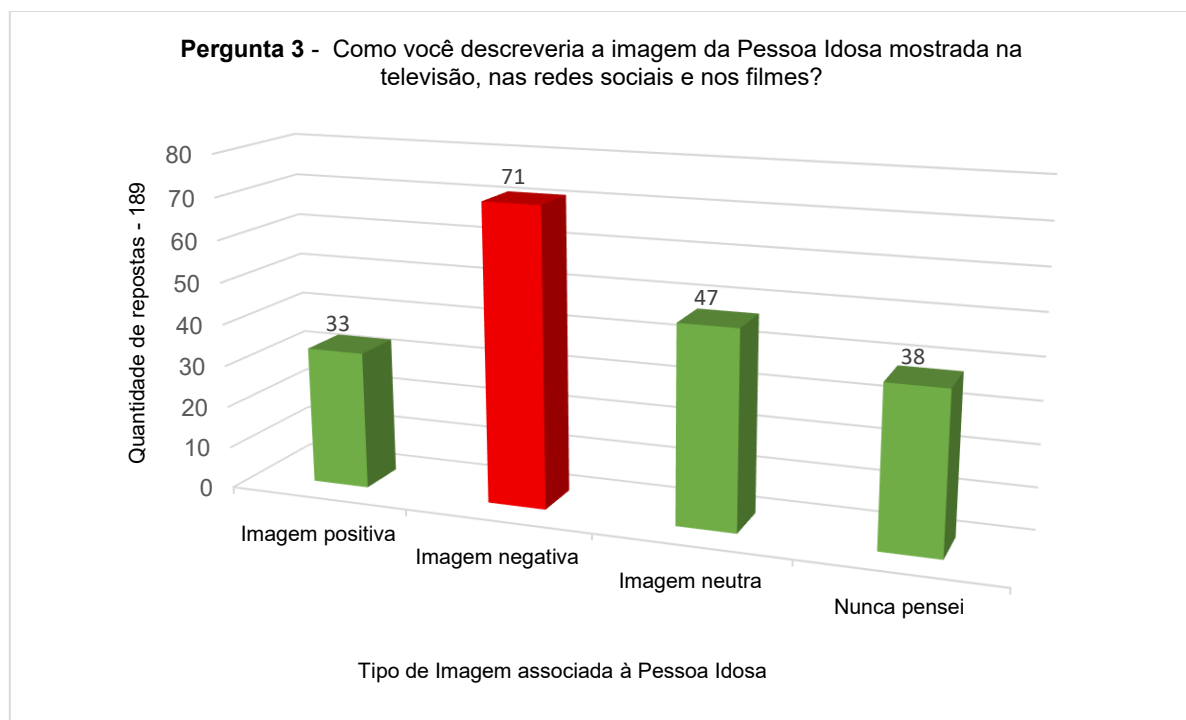
reforçam a percepção dos alunos na não aplicação da temática na escola ou quando é trabalhada vem de forma superficial que chega a passar despercebido para muitos, pois não está associada a uma temática trabalhada em sala de aula

Gráfico 12 – Pergunta 2: Questionário dos alunos



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Na Pergunta 3 (Gráfico 13), foi possível observar que a maioria dos alunos observaram que a imagem da Pessoa Idosa é transmitida de forma negativa pelos meios de comunicação, isso acentua o preconceito etário na sociedade, também temos 47 alunos que marcaram “imagem neutra” e 38 “nunca pensei” o que pode sugerir a falta de contato com o grupo etário ou que não ainda não possuem uma visão crítica sobre o envelhecimento, o que vem reforçar a análise: que uma parte significativa dos jovens ainda não consegue fazer uma análise crítica sobre qual o papel da Pessoa Idosa e o envelhecimento na sociedade e que se faz necessário uma proposta pedagógica eficaz para trabalhar com os jovens para que eles entendam que essa fase da vida é um ciclo natural, pois quando o tema não é abordado nas escolas, muitos alunos acabam mantendo uma visão mais limitada ou até mesmo negativa sobre o envelhecimento.

Gráfico 13 – Pergunta 3: Questionário dos alunos

Fonte: Elaborado pela própria autora, 2024

As perguntas 4 e 5 foram perguntas abertas que tinham como finalidade entender a relação e a proximidade dos alunos com a Pessoa Idosa, porém ao devolverem o questionário foi observado que 35 alunos não responderam à questão 4 e 47 deixaram de responder à questão 5, mesmo reforçando a importância de todas as questões terem sido respondidas.

As respostas vieram de formas variadas. Cerca de 23 alunos afirmaram não conviver com a Pessoa Idosa, pois para eles as referências seriam os seus avós – ou os avós dos outros. Embora também convivam com grupo etário na escola, eles não relatam esse convívio e dizem que os avós já faleceram, moram longe ou simplesmente não convivem com eles, mas expressam a vontade de conviver com a Pessoa Idosa.

Por outro lado, 131 alunos responderam à Pergunta 4 afirmando que convivem ou já conviveram com a Pessoa Idosa e muitos relataram inclusive que são criados pelos avós. Foi possível perceber através das respostas que os alunos gostam da convivência com a Pessoa Idosa, valorizam e aprendem muito com eles - apareceram

respostas como: “Amo morar com meus avós”, “Eu adoro minha avó”, “Não consigo imaginar a falta que eles vão fazer”, “Quero muito que eles vivam para sempre”, “Aprendo todos os dias com meu avô”, “Meus avós me ensinam amar”, “Minha avó faz uma comida muito boa, só como lá no domingo”, “Meu avô me protege dos meus pais, quando tiro notas baixas na escola ou falto inglês no sábado”. - pois aprendem com eles o que é amor, respeito e superação. Ao catalogar as informações, destacaram-se 13 respostas que mencionaram gostar de chegar da escola e ouvir as histórias de família contadas pelos avós, principalmente sobre a infância e adolescência dos pais, mesmo que segundo eles sejam histórias “repetidas”.

Na pergunta 5, os alunos responderam que a escola deveria promover palestras, rodas de conversas e os professores deveriam trazer mais conteúdos e discussões acerca do envelhecimento e a Pessoa Idosa para a sala de aula, pois houve, novamente relatos que só tomaram conhecimento da temática a partir da exposição feita para a pesquisa de mestrado, reconhecendo assim a importância da necessidade de trabalhar a temática no ambiente escolar.

Também foi possível perceber que os alunos apresentaram uma visão limitada a respeito da velhice, onde apresentaram uma visão da Pessoa Idosa através da imagem dos seus avós – e, às vezes, nos “avós dos outros” – ou ainda como um “velho bonzinho”. Isso vem demonstrar que ainda há estereótipos negativos ou a infantilização associados ao processo de envelhecimento, o que muitas vezes causa um afastamento da Pessoa Idosa do convívio cotidiano mais jovem, até por um receio de não aceitação. Por isso, é essencial trabalhar a Gerontoeducação nas escolas, para que seja possível romper as barreiras do preconceito e para que os jovens entendem melhor essa etapa da vida.

Com a finalização da etapa de coleta de dados passamos para a etapa da realização das atividades pedagógicas na escola E.E.T.I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM, chamadas aqui de “Laboratório”. Essas atividades reforçam o que orientam a BNCC e o RCA: a abordagem de Temas Transversais, e o envelhecimento e a Pessoa Idosa podem ser trabalhados nesse enfoque, integrando as áreas como Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática.

Laboratório 1 – Redação: “Impactos do envelhecimento da população brasileira”

Disciplinas: Geografia e Língua Portuguesa

Objetivo geral: Refletir sobre os impactos do envelhecimento populacional no Brasil, analisando suas causas e consequências, e desenvolver a capacidade de argumentar e sugerir soluções por meio da produção de um texto dissertativo-argumentativo.

Objetivos específicos:

- Compreender o envelhecimento populacional a partir das aulas de Geografia trabalhadas antes da atividade assim como a leitura e análise dos textos motivadores.
- Desenvolver um texto dissertativo-argumentativo em linguagem formal, observando a norma culta, com coesão e coerência.
- Elaborar uma proposta de intervenção viável, reconhecendo a importância da Pessoa Idosa e da construção de Políticas Públicas que assegurem seus direitos.

A atividade foi desenvolvida nas turmas da 3ª 01 e 3ª 02, no primeiro momento os alunos tiveram aula de Geografia, onde foram trabalhados os conteúdos do livro didático SAS, com o tema População, conforme o cronograma da escola.

Dentro do conteúdo de População foi inserido o envelhecimento populacional no território brasileiro e seus desafios, com a proposta de trabalho com a Pessoa Idosa, tema esse que seria utilizado na proposta de redação.

O caderno de redação (Anexos 17 e 18) assim como os textos motivadores, foi elaborado pelo professor de Língua Portuguesa n. 01. A escola adota como modelo de redação o “modelo ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio)”, e a produção textual foi parte da nota referente a uma atividade avaliativa exigida na disciplina de Língua Portuguesa.

Figura 32 – Alunos realizando a avaliação de Redação: 3ª série do Ensino Médio



Fonte: Lilian Schüler, 2024

Durante a correção das redações (Figura 33), o professor pode observar que muitos alunos apresentaram dificuldades em elaborar propostas de intervenção para o tema abordado, talvez pelo distanciamento da realidade. Ainda assim, outros alunos conseguiram desenvolver ideias a partir de pontos como: saúde, Previdência Social, aposentadoria, relacionando os temas com o envelhecimento populacional. Também observou-se que um grupo de alunos citaram as aulas de Geografia que antecederam a atividade de Redação, enfatizando que o conteúdo ministrado anteriormente contribuiu para as argumentações.

Figura 33 – Atividade de Redação: 3ª série do Ensino Médio

SAS
Sistema de Avaliação

FOLHA DE REDAÇÃO – MODELO ENEM

NOME: Liliana Albuquerque Braga TURNO: Integral SÉRIE: 3º
DATA: 24/04/2025 TURMA: 01

Atenção aos dados!

01 No cenário contemporâneo, os impactos do envelhecimento na população
02 brasileira têm se mostrado um desafio crescente com grandes impactos.
03 Essa problemática decorre principalmente do preconceito social e
04 exclusão e a dificuldade econômica, por falta de trabalhadores.
05 Em primeira lugar, observa-se que o preconceito social e a exclusão
06 são contribuintes diretamente para a persistência desse problema. Isso ocorre
07 porque as pessoas idosas são consideradas frágeis por conta de sua
08 idade, o que afeta imensamente sua saúde ainda mais. Como
09 exemplo, pode-se citar o filme "O senhor estagiário", que mostra um
10 personagem idoso sendo aceito em um emprego, depois de várias tentativas
11 em outros locais, porém, sofre no início um preconceito por estar
12 trabalhando em uma empresa onde seu chefe e seus colegas de
13 trabalho são mais jovens e saudáveis, entretanto, mostra que é
14 mais do que capaz de dar conta desse cargo. Dessa forma,
15 nota-se que o preconceito é uma forma influenciadora desse estigma.
16 Além disso, a dificuldade econômica por falta de trabalhadores
17 também exerce influência significativa sobre essa realidade. Isso
18 se deve ao fato de que o envelhecimento causa a aposentadoria cedo,
19 e com isso vem a redução de renda, pois, dada a estrutura
20 etária do Brasil, a população idosa é mais quantitativa do que de
21 jovens. Conforme apontado pelo PEA, essa situação ~~exerce~~ evidencia
22 a urgência de ações logo, torna-se evidente que a taxa de natalidade
23 deve ser ~~de~~ ^{controlada} e reduzida, para ter equilíbrio na estrutura etária.
24 Diante disso, cabe ao Ministério da Saúde implementar ações
25 públicas, por meio de investimentos em postos de saúde para a
26 melhoria ~~dos~~ ^{dos} estigmas. Além disso, é fundamental que o governo ajude
27 com políticas de como melhorar o ambiente de trabalho. Assim, será possível
28 reduzir os impactos do envelhecimento na população brasileira
29 e promover uma sociedade mais justa e igualitária.
30

RESERVADO AO PROFESSOR

SITUAÇÃO	NÍVEL POR COMPETÊNCIA					LNE	NOTA
	N ₁ = 0	N ₂ = 40	N ₃ = 80	N ₄ = 120	N ₅ = 200		
COMP. I	☐	☐	☐	☒	☐	1	8,4
COMP. II	☐	☐	☐	☐	☒	2	2,0
COMP. III	☐	☐	☐	☒	☐	3	1,6
COMP. IV	☐	☐	☐	☐	☒	4	1,6
COMP. V	☐	☐	☐	☐	☐	5	1,6

PROFESSOR: Ju
Data: 24/04/2025

Fonte: Lilian Schöler, 2024

Laboratório 2 – Dificuldades no Envelhecimento

Disciplinas: Geografia e Educação Física

Objetivo geral: Compreender por meio de experiências práticas as limitações e perdas que ocorrem durante o processo de envelhecimento.

Objetivos específicos:

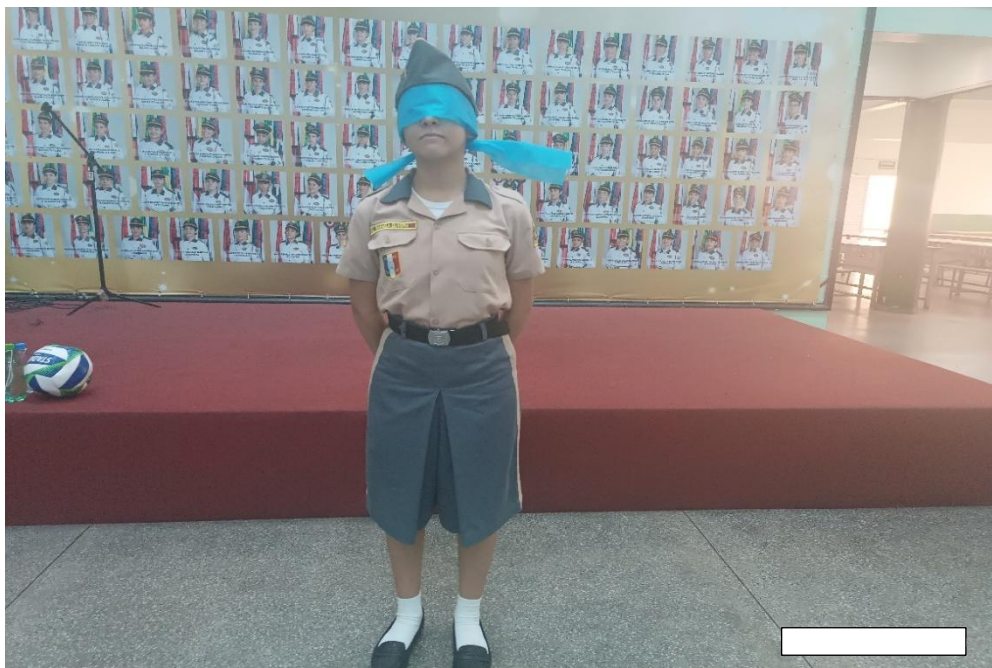
- Simular de forma lúdica, as dificuldades motoras enfrentadas pela Pessoa Idosa, como a perda sensorial e motora.

- Levar os alunos a refletirem a importância da atividade física na manutenção da saúde na velhice.
- Relacionar aspectos motores observados na prática com conteúdos de Geografia do Envelhecimento e qualidade de vida (Ex: o tempo de espera do semáforo para atravessar a rua, as calçadas que não são niveladas na cidade de Manaus, são apenas alguns exemplos de mobilidade que podem ser trabalhados com a Educação Física e a Geografia).

A atividade foi uma adaptação de uma matéria do Jornal Estadão, enquanto eram realizadas pesquisas em busca de novas atividades. A atividade descreve o treinamento realizado pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo, a atividade foi realizada com seus funcionários, tendo como intuito sensibilizá-los sobre as dificuldades enfrentadas na velhice. Os funcionários vivenciaram as sensações físicas de Pessoa Idosa, por meio de um circuito, que tinha como atividades andar de muleta, andadores e bengalas; preencher formulários com a letra embarçada, receber instruções de alguém falando baixo, escrever o nome com a luvas (Veiga, 2015).

Assim a atividade foi adaptada e desenvolvida em parceria com o professor de Educação Física nº01, adaptamos a atividade para melhor atender a realidade da escola, foram utilizados materiais fornecidos pela própria escola. Dividimos a atividade em quatro etapas, a perda da audição, do tato, da visão e do equilíbrio.

Na primeira etapa (Figura 34) foi usada uma venda que cobria de forma parcial a visão dos alunos. Eles tinham que andar pelo hall da escola, percebendo as dificuldades enfrentadas pela perda da visão, como a necessidade de uma maior atenção e o quanto a visão é essencial para a locomoção.

Figura 34 – Atividade prática: Visão

Fonte: Lilian Schöler, 2024

A segunda etapa (Figura 35) ocorreu com o desafio da audição. Foi colocado fones de ouvido nos alunos e a professora de Geografia n.01 realizava um ditado em volume baixo. Eles deveriam escrever o que ouviam, sem que as palavras fossem repetidas. A dinâmica reforçou a dificuldade da perda da audição, durante o processo de envelhecer.

Figura 35 – Atividade prática: Audição



Fonte: Lilian Schöler, 2024

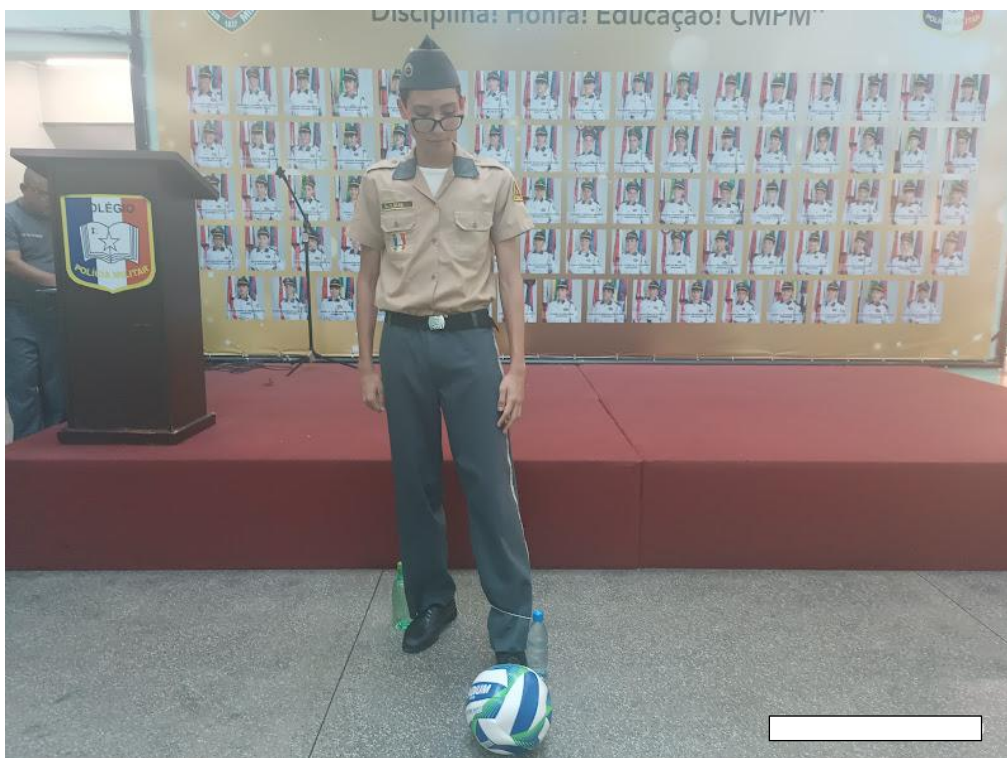
A terceira etapa (Figura 36) foi a etapa do tato. Os alunos usaram luvas grossas, o que dificultou o movimento das mãos. A tarefa era escrever seu próprio nome. Porém, a maioria dos alunos não conseguiu executar a tarefa de forma satisfatória, pois não conseguiram segurar a caneta de forma correta, nem realizar a escrita com precisão.

Figura 36 – Atividade prática: Tato

Fonte: Lilian Schüler, 2024

A quarta e última etapa consistiu na atividade que trabalhou a coordenação motora e locomoção (Figura 37). Os alunos tinham que chutar a bola com garrafas de água amarradas às pernas, simulando a perda da força e do equilíbrio que acontece no envelhecer. Os alunos puderam perceber o esforço necessário para realizar movimentos simples.

Figura 37 – Atividade prática: Locomoção



Fonte: Lilian Schöler, 2024

Ao término da atividade foi realizado uma roda de conversa em que os alunos foram levados a refletir sobre os desafios do envelhecimento, com suas limitações motoras e sensoriais e também compartilharem suas percepções sobre a atividade. A conversa revelou surpresa, empatia e de certa forma conscientização, visto que muitos afirmaram nunca ter imaginado as dificuldades enfrentadas pela Pessoa Idosa em tarefas simples que realizamos ao longo dia. A parceria das disciplinas de Geografia e Educação Física se mostrou fundamental pois permitiu a integração do corpo, com o espaço de vivência da população.

Laboratório 3 – Assistindo aula com uma Pessoa Idosa

Disciplina: Geografia

Objetivo geral: Compreender por meio de experiências práticas as limitações e perdas que ocorrem durante o processo de envelhecimento.

Objetivos específicos:

- Simular de forma lúdica, as dificuldades enfrentadas pela Pessoa Idosa em sala de aula, como a dificuldade da visão, audição e tato.

- Relacionar a experiência vivenciada pelos alunos, enquanto “Pessoa Idosa”, com o conteúdo de Geografia do Envelhecimento, promovendo discussões sobre o papel da escola na inclusão, valorização e acessibilidade para esse grupo.
- Estimular a reflexão crítica sobre o envelhecer, mostrando que ele faz parte da vida e que, se houver inclusão, muitas dificuldades podem ser reduzidas.

A atividade foi uma adaptação do Laboratório 2 - Dificuldades no Envelhecimento. Agora os participantes da atividade “Assistindo à aula como uma Pessoa Idosa” (Figura 38), vivenciando a experiência das limitações que acompanham o processo de envelhecimento. A dinâmica se utilizou apenas de três etapas, o tato, à audição e à visão.

Figura 38 – “Assistindo à aula como uma Pessoa Idosa”



Fonte: Lilian Schöler, 2025

Durante a aula de Geografia, os estudantes utilizaram óculos escuros, fones de ouvidos e os que usam óculos retiraram os óculos, para que fosse possível perceber como a perda parcial dos sentidos pode interferir na compreensão do conteúdo.

Figura 39 – Utilização de fones e óculos escuros

Fonte: Lilian Schüler, 2025

No momento da realização da atividade, colocaram luvas de borracha (Figura 40), simulando a perda da sensibilidade e novamente a dificuldade em realizar tarefas simples do dia a dia como escrever ou manusear os materiais didáticos.

Figura 40 – Utilização das luvas de borracha

Fonte: Lilian Schüler, 2025

Laboratório 4 – Contos: A Pessoa Idosa como um Super-Herói⁴²

Disciplina: Geografia e Língua Portuguesa

Objetivo geral: Incentivar a produção de texto através do gênero contos, com uma reflexão sobre o envelhecimento, promovendo uma visão positiva dessa etapa da vida, representando a Pessoa Idosa como protagonista e super-herói.

Objetivos específicos:

- Despertar a imaginação e criatividade, incentivando os alunos a construírem narrativas que valorizem a Pessoa Idosa.
- Desconstruir esterótipos negativos acerca da Pessoa Idosa, mostrando o grupo etário como representante de força, sabedoria e coragem, reconhecendo a importância da Pessoa Idosa para a sociedade.
- Desenvolver habilidades de leitura e escrita fazendo a integração de elementos literários, geográficos e sociais na criação dos contos.

Na atividade os alunos foram desafiados a escreverem um conto onde deveriam representar a Pessoa Idosa como elemento central de suas histórias, além de que deveriam descrever o espaço geográfico onde a história se passaria.

O professor de Língua Portuguesa nº 01 no momento da atividade estava trabalhando o gênero literário “Contos” nas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II, ele preparou uma oficina (Figura 41) para explicar o gênero literário e como a atividade deveria ser realizada.

⁴² Laboratórios 04 e 05 estendidos para as turmas de 9º anos em parceria com o professor de Língua Portuguesa nº 01.

Figura 41 – Oficina de Contos 1

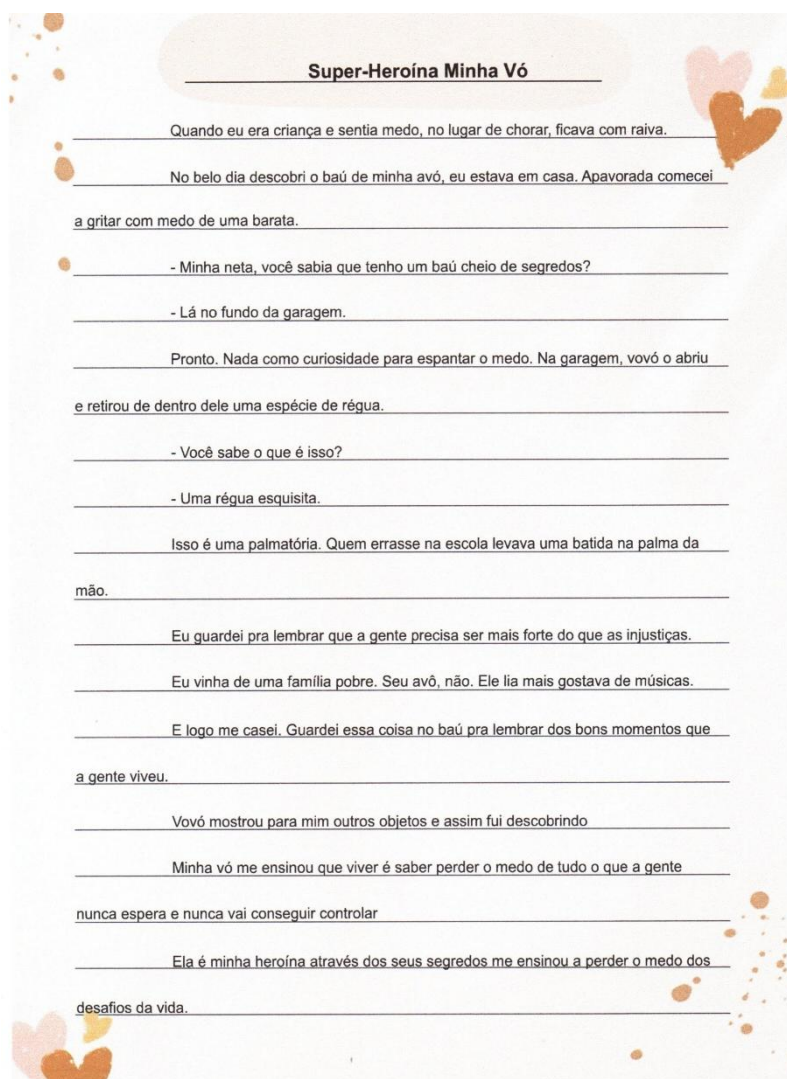
Fonte: Lilian Schöler, 2024

Figura 42 – Oficina de Contos 2

Fonte: Lilian Schöler, 2024

O projeto foi pensado para que após a realização da atividade em parceria com a escola os contos (Figuras 43) serão publicados em forma de livro. Durante a escrita dos textos, muitos alunos relataram que tiveram dificuldades em criar uma Pessoa Idosa debilitada ou a “bruxa da Branca de Neve”, pois todas as vezes que tentavam imaginar vinha sempre uma super-herói “novo”. Os contos também vieram recheados de histórias de vida e sentimentos, como o conto da “Vó Zilma” (Figura 44), que o aluno dedicou a sua avó havia falecido dois meses antes da realização da atividade. Ainda assim, a atividade gerou momentos de reflexão, levando aos alunos a oportunidade de reconhecer a importância dessa fase da vida. Ao final, a experiência foi gratificante, pois uniu a imaginação e a valorização da Pessoa Idosa em uma produção literária significativa.

Figura 43 – Atividade do Conto: Super – Heroína Minha avó (1)



Super-Heroína Minha Vó

Quando eu era criança e sentia medo, no lugar de chorar, ficava com raiva.

No belo dia descobri o baú de minha avó, eu estava em casa. Apavorada comecei a gritar com medo de uma barata.

- Minha neta, você sabia que tenho um baú cheio de segredos?

- Lá no fundo da garagem.

Pronto. Nada como curiosidade para espantar o medo. Na garagem, vovó o abriu e retirou de dentro dele uma espécie de régua.

- Você sabe o que é isso?

- Uma régua esquisita.

Isso é uma palmatória. Quem errasse na escola levava uma batida na palma da mão.

Eu guardei pra lembrar que a gente precisa ser mais forte do que as injustiças.

Eu vinha de uma família pobre. Seu avô, não. Ele lia mais gostava de músicas.

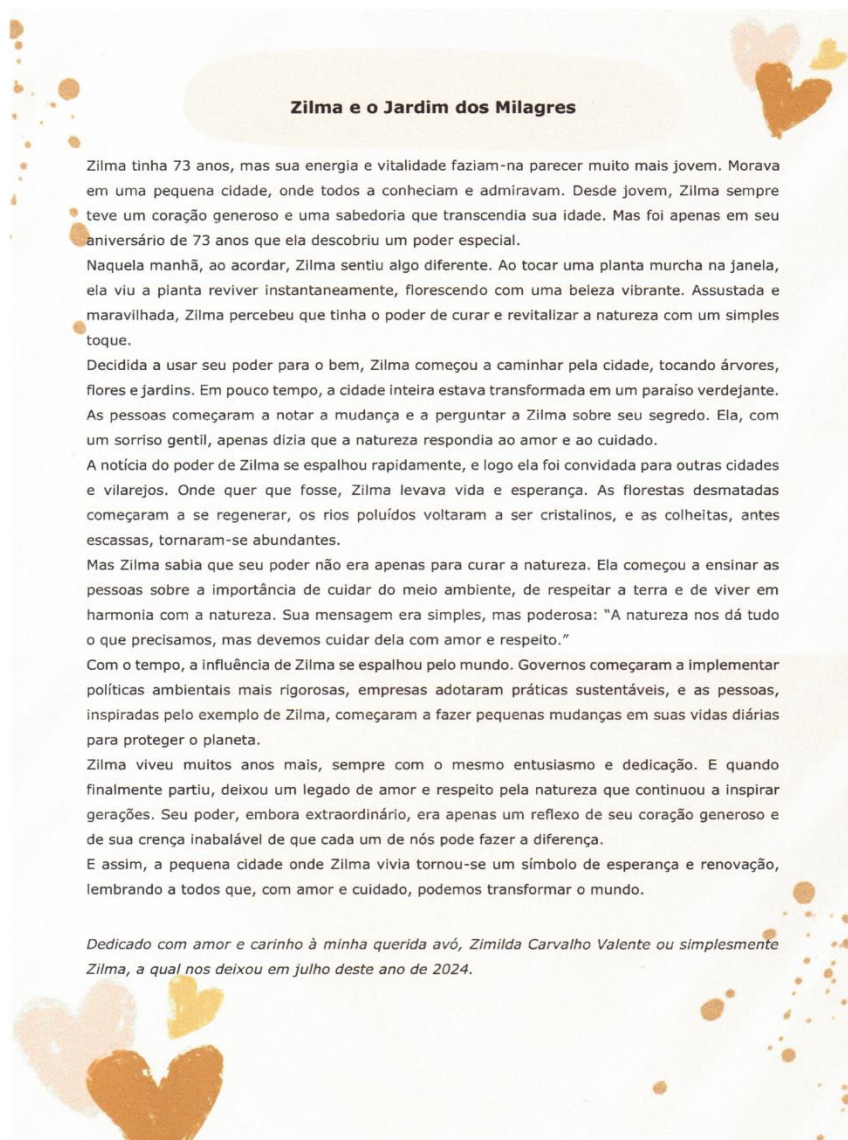
E logo me casei. Guardei essa coisa no baú pra lembrar dos bons momentos que a gente viveu.

Vovó mostrou para mim outros objetos e assim fui descobrindo

Minha vó me ensinou que viver é saber perder o medo de tudo o que a gente nunca espera e nunca vai conseguir controlar

Ela é minha heroína através dos seus segredos me ensinou a perder o medo dos desafios da vida.

Fonte: Lilian Schüller, 2024

Figura 44 – Atividade do Conto: Zilma e o Jardim dos Milagres (2)

Fonte: Lilian Schöler, 2024

Laboratório 5 – Sabores da Memória – Receitas que contam histórias

Disciplina: Geografia e Língua Portuguesa

Objetivo geral: Promover o resgate de memórias familiares, valorizando a convivência entre gerações e reconhecendo os saberes e experiências da Pessoa Idosa.

Objetivos específicos:

- Estimular o vínculo familiar e afetivo entre os alunos e a Pessoa Idosa por meio da realização de uma receita.

- Reconhecer o valor histórico e cultural da alimentação, valorizando os saberes da Pessoa Idosa.

- Desenvolver habilidades de trabalhar textos injuntivos, por meio do registro da receita.

A atividade teve como foco o trabalho com textos injuntivos em Língua Portuguesa. A proposta da atividade era que os alunos buscassem seus avós ou uma Pessoa Idosa mais próximas e juntos realizassem uma receita de comida, bebida ou “remédios caseiros” (Figura 45), a receita tinha que ser a especialidade daquela pessoa.

Figura 45 - Atividade Receita: Chá anti-inflamatório

Chá anti-inflamatório



Ingredientes

5 Jucá	
3 Carapanaúba	
Casca de laranja	
1L de água	

Modo de preparo

- 1. Colocar 1L de água em um recipiente.***
- 2. Em seguida, colocar os ingredientes dentro do recipiente que estará a água.***
- 3. Tampar o recipiente e deixar assim de um dia para o outro.***
- 4. Estará pronto para beber e aliviar suas dores estomacais.***

Fonte: Lilian Schöler, 2024

Os alunos deveriam realizar a receita junto com a Pessoa Idosa, criando uma produção textual com o passo a passo da receita (Figura 46), assim como registros fotográficos. A ideia para o produto final também é a criação de um livro de receitas coletivos, com lançamento, degustação e compartilhamento de experiências.

Figura 46 – Atividade Receita: Bolinho de chuva

Bolinho de chuva



Ingredientes

2 Ovos	1 Colher de fermento
1 Xícara de leite	Açúcar e Canela para polvilhar
2 Xícara de trigo	
1 Xícara de açúcar	

Modo de preparo

Em um recipiente coloque os ovos, o açúcar e misture bem, depois adicione o leite, o fermento e o trigo (aos poucos) e mexa até ficar homogêneo. Aqueça o óleo em uma panela, com a ajuda de duas colheres derrame a massa em quantidades pequenas. Com o auxílio de uma escumadeira retire do óleo e tire o excesso com papel toalha. Em outro recipiente adicione o açúcar e a canela, e despeje os bolinhos.

Agora é só servir!

Fonte: Lilian Schüller, 2024

Laboratório 6 – O Eu do Futuro e a imagem da minha Pessoa Idosa

Disciplina: Geografia, Biologia e Língua Portuguesa

Objetivo geral: Promover a reflexão sobre o processo de envelhecimento humano por meio de atividades criativas, que estimulem os alunos a pensarem nas transformações dos projetos de vida e do corpo.

Objetivos específicos:

- Estimular os alunos a pensarem em suas trajetórias pessoais por meio da escrita da carta do “Eu do Futuro”.
- Utilizar aplicativos de simulação de envelhecimento facial, como recurso pedagógico.
- Promover a integração entre as disciplinas de Geografia, Biologia e Língua Portuguesa na realização de trabalhos pedagógicos na desconstrução de uma velhice negativa.
- Incentivar a aceitação da velhice como um processo natural e inevitável da existência humana.

Essa atividade foi realizada em duas etapas: a 1ª etapa foi a construção de uma carta para o “Eu do Futuro – daqui a 50 anos” (Figuras 47 e 48), onde os alunos deveriam escrever o que eles estavam sentindo no momento e o que queriam ter alcançado quando chegassem na velhice. A atividade gerou uma reflexão e sensibilização, visto que essa primeira etapa ocorreu apenas nas turmas de 3ª série do Ensino Médio onde os alunos estavam vivendo a ansiedade da escolha profissional e a incerteza do futuro. A escolha por essas turmas foi justamente pelo momento em que eles estavam vivendo, o que tornou a experiência mais significativa.

Figura 47 – Carta para o “Eu do Futuro” (1)

Carta ao meu "eu" idoso

Mamauz, 05 de Outubro de 2024

Querida Ana Leticia,

É com muitos carinho que lhe escrevo esta carta, diretamente do meu "eu" presente. Nesta forma, a melhor maneira de iniciar é contando quem sou hoje. Ana Lait, com 25 aninhos, sou chamada de "hoje" ou alguém alegre, risante, entusiasmada e feliz da terceira série, estou apaixonada de cada minuto deste fim de ciclo, com sonhos tão especiais. Mas, aqui-me com foco no tão sonhado futuro, com dias bons e outros nem tanto me mantendo sempre alegre.

Quando em futuro, daqui há 50 anos espero que tenhamos a mesma sensação alegre, risante e amorosa, que com as experiências que vamos viver nos tornemos mais sábios e enluados, nunca comarcas. Além disso, espero que nossa proposta seja concluída e que possamos viver longe de todo de lindas filhas, bom marido e a família, a qual desejo para proporcionar com a carreira bem-sucedida, experiências incríveis.

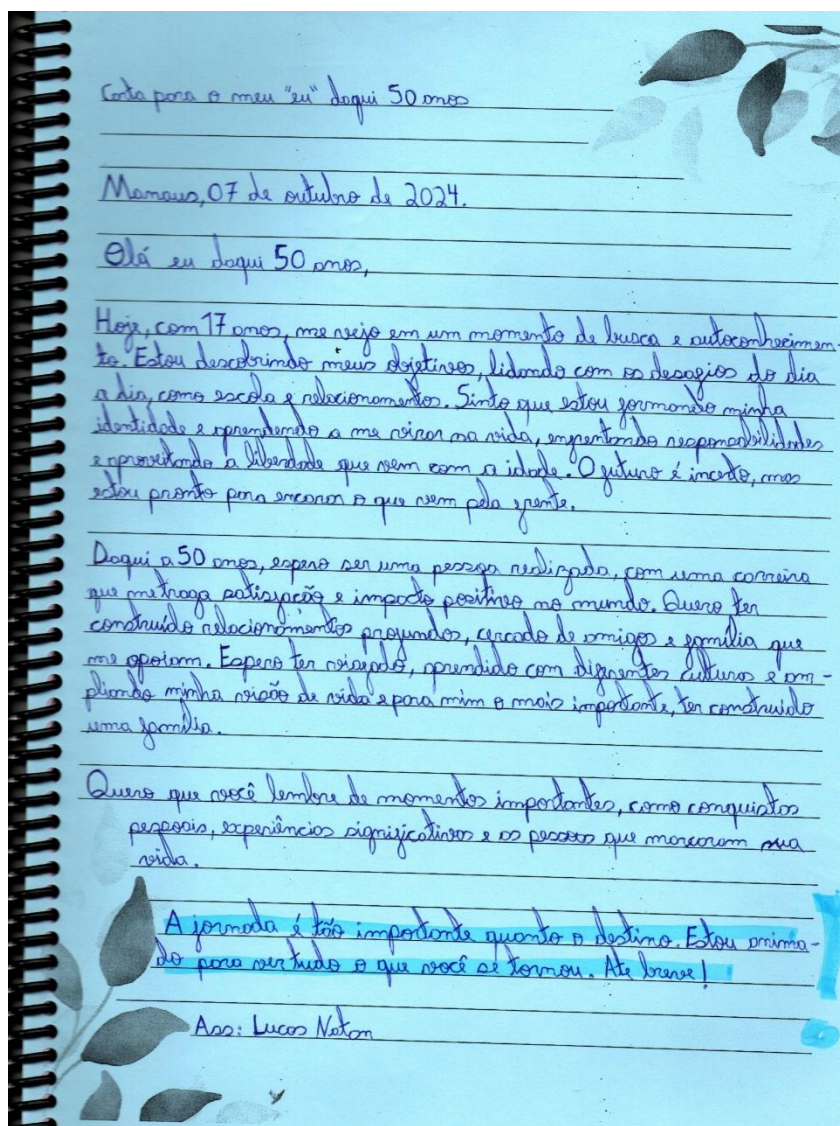
Por fim, espero que você leve para a vida o amor de nossa família por nós e o esforço que fizemos por nossa educação e alegria; gostaria que lembrasse do "hoje" com um sorriso no rosto quando pensar nos momentos felizes com nossa irmã, os brincadeiras com a prima mais nova e dos amigos que se tornaram família. Ademais, lembrar dos incríveis professores que passaram pela nossa vida, além do grande amor e carinho que sentimos com o nosso amor e da vida incrível que temos e vamos construir.

Com amor,

Ana Lait/Leticia

Fonte: Lilian Schüler, 2024

Figura 48 – Carta para o “Eu do Futuro” (2)



Fonte: Lilian Schüler, 2024

A segunda etapa da atividade foi desenvolvida com as turmas de 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Nessa etapa os alunos utilizaram aplicativos de envelhecimento facial (Figuras 49 e 50), o intuito era mostrar, como poderiam se parecer no futuro, quando já fossem idosos. O desafio inicial dessa etapa da atividade, foi que muitos alunos não queriam se ver “velhos”. Esse momento gerou um certo desconforto, porém a professora de Biologia n. 01 se uniu a atividade e trabalhou com eles a partir da foto o envelhecimento do tecido epitelial destacando que é um processo biológico, natural e irreversível.

Figura 49 – Fotos utilizando o aplicativo de envelhecimento facial (1)



Fonte: Lilian Schöler, 2024

Figura 50 – Fotos utilizando aplicativo de envelhecimento facial (2)



Fonte: Lilian Schöler, 2024

Os professores realizaram uma “exposição surpresa” (Figura 51 e 52), as fotos foram coladas nas paredes do hall da escola. Ao chegarem na escola no dia seguinte, foi possível perceber o espanto e a curiosidades em saber onde estava a sua foto e onde estava o “amigo” era visível em seus rostos. O momento gerou muitas risadas, comentários e também reflexões acerca do envelhecimento, o que tornou a atividade mais significativa.

Figura 51 – Exposição de Fotos no hall da escola (1)



Fonte: Lilian Schöler, 2024

Figura 52 – Exposição de Fotos no hall da escola (2)



Fonte: Lilian Schöler, 2024

As atividades desenvolvidas na E. E. T. I Marcantonio Vilaça II – 2º CPM, possibilitaram um olhar diferenciado para o processo de envelhecimento, foi capaz de aproximar a realidade dos alunos com as Pessoas Idosas promovendo uma atividade significativa. Foi possível trabalhar de acordo com a BNCC, onde ocorreram atividades integradas com diferentes áreas do conhecimento, assim como os Temas Transversais de Cidadania e Direitos Humanos. As experiências pedagógicas realizadas ao longo da pesquisa também estão de acordo com as propostas do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03), no Art. 22 onde orienta a inserção do tema Pessoa Idosa nos currículos escolares em todos os níveis de ensino. E através da Geografia mais precisamente a Geografia do Envelhecimento, os alunos puderam compreender que o envelhecimento vai muito além do que números, dados estatísticos e conceitos populacionais como mostram os livros didáticos e sim é um fenômeno humano, social e espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa foi possível evidenciar que o envelhecimento populacional não pode mais ser visto apenas como números – é um processo complexo, que desafia os governantes, a sociedade e a escola se (re)pensar diante de uma nova realidade social. Envelhecer é uma experiência única e individual, pois está ligada a diversos fatores como o contexto social, a cultura, e a sociedade. Em Manaus, na coleta de dados para a pesquisa, foi possível perceber que a Pessoa Idosa ainda convive com o preconceito e a invisibilidade. Portanto, para que seja possível transformar essa realidade é necessário que se insira no ambiente escolar diálogos e discussões acerca do envelhecimento.

A pesquisa realizada na E. E. T. I. Marcantonio Vilaça II – 2º CMPM, permitiu compreender que existem desafios para a inserção do tema Pessoa Idosa e o Processo de Envelhecimento no ambiente escolar, mas também permitiu perceber que existem possibilidades para que a temática venha ser inserida nas escolas. Essa observação pôde ser feita ao longo do desenvolvimento do trabalho na escola. No decorrer de cada etapa – entrevistas, questionários e atividades práticas – evidenciou-se que ainda que a temática esteja ausente das práticas pedagógicas, não é impossível inserir o tema no ambiente escolar.

Ao fazer uma análise no material didático utilizado na escola, o Sistema Ari de Sá (SAS), revelou-se a ausência do tema no material utilizado na escola, o que não pode ser considerado um fato isolado, visto que no Brasil ainda existe uma herança em se trabalhar população apenas baseado em dados quantitativos, evidenciando uma deficiência nas políticas educacionais brasileiras. Mesmo que os documentos norteados da educação como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e para o Estado do Amazonas o Referencial Curricular Amazonense (RCA) tragam diretrizes para trabalhar temas como: Cidadania, Respeito, Valorização, Cultura, Diversidade e outras propostas inseridas em Temas Transversais, o envelhecimento ainda aparece de forma irrelevante.

Durante a realização da pesquisa foi possível observar a resistência por parte de alguns professores, para uns por conta da rotina escolar, para outros por desconhecerem o tema, porém após a apresentação do projeto houve a adesão por

parte de alguns professores, o que foi essencial para o desenvolvimento das propostas das atividades interdisciplinares. Um dos grandes questionamentos do grupo docente foi a falta de formação continuada, o que fazia com que os professores se sentissem despreparados para a realização das atividades. Isso vem reforçar a necessidade de formações para os professores que venha tratar o tema de forma ampla e mostrando possibilidades de trabalho. Cabe agora aos órgãos educacionais promoverem a formação garantindo o tema nas práticas pedagógicas constantes e não mais esporádicas ou em datas comemorativas como o “Dia dos Avós” ou “O dia da Pessoa Idosa”, por exemplo.

O estudo reforça a importância da Geografia do Envelhecimento/Gerontogeografia, apesar de ser uma área da Geografia que está emergindo, ela é de extrema importância. Pedro da Cunha Nóbrega, o geógrafo pioneiro nos estudos, defende que o envelhecer é um processo geográfico, vivido em espaços concretos e influenciado por diversos fatores, mas que precisa sair da marginalidade.

A pesquisa trouxe também uma dimensão mais humana, pois ao falar de envelhecimento dentro da escola exigiu empatia, paciência e escuta, mas trouxe a possibilidade de questionar modelos educacionais tradicionais e conteudistas. Como pesquisadora a experiência foi gratificante, porém como professora foi necessário sair da zona de conforto, aumentar as horas trabalhadas (sem remuneração) e conseguir conquistar uma equipe de professores que estavam acostumados a rotinas escolares voltadas para os conteúdos e atividades do livro didático. Viver essa experiência foi muito gratificante, pois foi possível perceber que mesmo nos contextos escolares onde as práticas tradicionais predominam é possível trazer novos desafios.

A partir de uma visão prática, o estudo mostrou resultados importantes. A participação de professores e alunos mostrou que é possível realizar as atividades pedagógicas sem comprometer os conteúdos. Um exemplo foi elaboração do Quadro 11, que organiza conteúdos e propostas de atividades para cada componente curricular é um material que pode vir a ser utilizado por outros professores e escolas, permitindo a adaptação a realidade de cada escola.

A pesquisa tem um caráter inovador, pois integra Geografia, Envelhecimento e Educação. Propondo atividades que tornem a escola um espaço mais acolhedor e

inclusivo, contribui para o um currículo escolar mais prático e flexível do tradicional e conteudista.

Portanto, ao finalizar a pesquisa, fica a certeza de que a escola é o espaço ideal para trabalhar a Pessoa Idosa e o Processo de Envelhecimento, pois é nela que se formam as primeiras percepções de mundo. Desta forma incluir as discussões acerca do envelhecimento é formar pessoas capazes de compreender a importância de todas as fases da vida.

Por fim, espera-se que o estudo inspire novas pesquisas acerca do envelhecimento, com inovação nas práticas pedagógicas voltadas para uma sociedade mais inclusiva, que o envelhecer seja visto como um processo natural, inevitável e não como o fim.

REFERÊNCIAS

ABECASSIS, Sandro. Para onde Manaus cresceu. **Jornal do Comércio**, Edição Especial, Manaus, 23 a 25 de out. 2021. Caderno O, p. O1.

ALBUQUERQUE, Marília Silva de; CACHIONI Meire. Pensando a gerontologia no ensino fundamental. **Revista Kairós Gerontologia**. V. 16, N. 5, P. 141 – 163, SET. 2013.

ALKEMA, G. E; ALLEY, D. E. Gerontology's Future: An integrative model for disciplinary advancement. **The Gerontologist**, Oxford, v. 46, n., p. 574-582, 2006.

AMAZONAS. **Referencial Curricular Amazonense**. Manaus, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12HNnA0WN_FQw_D8ZsLUrz80UkO0ZDZs7/view. Acesso em: 09/06/2025.

AMAZONAS. **Secretaria de Estado e Saúde. Centro de atenção integral à melhor idade CAIMI Dr. André Araújo** - Carta de Serviços. Manaus, AM. Ed. Março, 2022. Disponível em: <https://www.saude.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Carta-de-Servicos-Andre-Araujo.pdf>. Acesso: 15/01/2024.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). **Processo de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3ª ed. Joinville: Univille, 2004. p. 67-100.

ARAÚJO, Juliana Teresa de Souza Lima. **O entrecruzamento de sentidos de docência, aposentadoria e velhice nos discursos de professores universitários aposentado**. Maceió, 2014. 94 p. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

BAILEY, Adrian. **Making Population Geography**. London: Hodder Arnold, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução Maria Helena Franco Martins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Cidade média, indústria e migração: recortes para a compreensão da urbanização brasileira. **Encontro Geográfico**, v. 1, 2016. p. 128 – 150.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Teorias da Geografia da População. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDIANO, Guilherme dos Santos. **Teorias na Geografia – Avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 433-482.

BRASIL, MEC. **Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011**. Brasília: 2012a.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-inacional-pdf/file>. Acesso em 13/02/2024.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22/06/2025.

BRASIL. **Decreto, nº 91542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e das outras providências**. Brasília, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 25/04/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 25/04/2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei 10.741. Brasília: Diário Oficial da União. nº 192, 3 de outubro de 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Política Nacional do Idoso**. Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Brasília: Diário Oficial da União, 5 de janeiro de 1995.

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade**. 2ª Ed. Campinas: Alínea, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do espaço urbano**. 1ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. 1ª Ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO NETO, E. R. G. O livro didático e as teorias pedagógicas. **HOLOS**, vol. 6, 2015, p. 402-414.

CARVALHO, Fábio Augusto. Melhorando enquanto cresce. **Jornal do Comércio**, Edição Especial, Manaus, 23 a 25 de out. 2021. Caderno Q, p. Q1.

CARVALHO, J. **PNLD: o que é e como funciona o Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnld-o-que-e-e-como-funciona-o-programa-nacional-do-livro/>>. Acessado em: 25/04/2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago; COSTA, Carolina Souza; LACERDA, Maria Alves. O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. V. 2, nº 2, 2006. p 07-24.

DOLL, Johannes. Educação e Envelhecimento - fundamentos e perspectivas. **A Terceira Idade**, SESC São Paulo, v. 19, p. 7-26, 2008.

DOLL, Johannes. Educação e envelhecimento: desafios do mundo contemporâneo. In: Aurízia Anica; António Fragoso; Carlos Ribeiro; Carolina Sousa. (org.). **Envelhecimento Ativo e Educação**. 1. Ed. Faro, Portugal: Universidade do Algarve, v. 1, p. 5 – 17, 2014.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. Apresentação: Educação e Envelhecimento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9 – 15, jan/mar. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acessado em: 02/08/2024.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2011.

FERRARO, K. F. The Evolution of Gerontology as a Scientific Field of Inquiry. In: WILMOLD, J. M.; Ferraro, K.F (Eds.). **Gerontology: Perspectives and Issues**. New York, USA: Springer Publishing, p. 13-33, 2014.

FONTANA, Raphael Luiz Macêdo; COSTA, Silvania Santana; SILVA, José Adailton Barroso da; Rodrigues, Auro de Jesus. Teorias demográficas e o crescimento populacional do mundo. **Ciências Humanas e Sociais Unit**, Aracajú, v. 2, n. 3, p. 113 – 124, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problemas nas ciências sociais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 63, jul/dez. 1992.

FRISON, Marli Dallagnol; VIANNA, Jaqueline; CHAVES, Jéssica Mello; BERNARDI, Fernanda Naimann. **LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE APOIO PARA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS DE ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.fep.if.usp.br/~profis/arquivos/viiienpec/VII%20ENPEC%20-%202009/www.foco.fae.ufmg.br/cd/pdfs/425.pdf> . Acesso em: 15/10/2024.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. São Paulo: Difel, 1951.

GONÇALVES, Lúcia Hisako Takasse. O campo da gerontologia e seus desafio. **Revista Saúde.Com**, v. 3, n. 1, 12 – 19. 2007. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/view/87/62>. Acesso em: 19 de jul de 2024.

GONZÁLEZ, Diego Sánchez. **La situación de las personas mayores em la ciudad de Granada: estudio Geográfico**. V. 1. Granada: Editora da Universidade de Granada, 2005.

HARDIL, Irene. Introducion: Geographies of Aging. **Journal The Professional Geographer**. V. 61, 2009.

Histórico do CEMEAPI - Google Search. Disponível em: https://www.google.com/search?q=Hist%C3%B3rico+do+CEMEAPI&rlz=1C1CHZN_pt-BRBR945BR945&oq=Hist%C3%B3rico+do+CEMEAPI&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigAdIBCTcwMzZqMGoxNagCCLACaFEfc0xFq7-obh_xBXNMRau_qG4f&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 14 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>. Acesso em: 20/02/2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 20/02/2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1214/>>. [s.d] Acesso em: 04/06/2024.

JIMÉNEZ, Juan José López. En torno a una Geografía Social del envejecimiento y de las personas ancianas. In: **Estudios Geográficos**, tomo LII, n. 203, abril-junho, 1991.

LA BLACHE, Paul Vidal. **Principes de Géographie Humaine**. Paris: Colin, 1896.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 1999.

LAWS, Glenda. Oppression, Knowledge and the Built Environment. **Political Geography** – POLIT GEOGR. 13. 7 – 13. 1994.

LEFEVBRE, Henri. **A Produção do Espaço Urbano**. Belo Horizonte: UFMG, 2006). (Tradução: Grupo “As (Im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana”, do original *La production de l’ espace*. 4e. Paris: *Éditions Anthropos*, 2000).

LÉVY, Jaques; LUSSAULT. **Dictionnaire de la géographie et de l’ espace des sociétés**. Paris: Berlin, 2003.

LISBÔA, Simone Moraes. **A política pública para idosos na cidade de Manaus: avanços e desafios para sua efetivação**. 2011. 164f. Dissertação (Programa de PósGraduação em Serviço Social). Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais – IFCHS. Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Manaus, 2011.

LOPES, Guiomar Silva. Envelhecimento e interdisciplinaridade: uma prática em construção. In: **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. Organizado por TRENCH, Belkis; ROSA. Tereza Etsuko da Costa. São Paulo: Instituto de Saúde, p. 21 – 34. 2011.

MANAUS 354 ANOS: história e curiosidades sobre a capital do Amazonas. **Câmara Municipal de Manaus, Manaus, 24 de outubro de 2023.** Disponível em: <https://www.cmm.am.gov.br/manaus-354-anos-historia-e-curiosidades-sobre-a-capital-do-amazonas>. Acesso: 26/06/2024.

MANZARO, Simone de Cássia Freitas. Envelhecimento: idoso, velhice ou terceira idade?. **Portal do Envelhecimento e Longevidade**, 2014. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-idoso-velhice-ou-terceira-idade/>. Acesso em: 25/02/2024.

MASCARO, Sônia de Amorim. **O que é velhice**. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1997.

MASSEY, Doreen. **Concepts of space and power in theory and in political practice**. Doc. Anal. Geogr. 55, p. 15-26, 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política de espacialidades**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MATTA, Betânia de Assis Reis. **Envelhecimento e o tempo da velhice em Tefé (AM)**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2021.

MCGUIRE, Sandra L. **Aging Education: A Worldwide Imperative**. **Creative Education**, 08(12), 1878–1891, 2017. Disponível em: https://trace.tennessee.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1158&context=utk_nurspubs. Acesso em: 22/05/2024.

MELEIRO, M. L. de A. P., BRITO, K. M. dos S. M., NASCIMENTO, I. R. (2020). Marcos legais e políticas públicas para idosos no Brasil e no Amazonas. **Revista Kairós-Gerontologia**, 23(3), 277-298. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PUC-SP.

MELEIRO, Maria Luiza de Andrade Picanço. **A rede de proteção e enfrentamento da violência contra a Pessoa Idosa em Manaus: avanços e desafios**. 2021. 169 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos). Universidade Estadual do Amazonas – UEA. Manaus, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Prefácio: Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida brasileira. In: **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. Organizado por TRENCH, Belkis; ROSA. Tereza Etsuko da Costa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA, Jr. E. A. **Introdução**. In: Antropologia, Saúde e Envelhecimento. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório Nacional brasileiro sobre o envelhecimento da população brasileira**. Brasília: Divisão de Temas Sociais, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert de (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p.33-107.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 18. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Odilon. **O entardecer de Lin-Chen**. 1ª Ed. Curitiba: Cia.Bras de Educação e Sistema de Ensino, 2023.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORMUL, Najla Mehanna. Geografia Humana e Geografia da População: pontos de tensionamento e aprofundamento na ciência geográfica. **Caderno de Geografia**, v.23, n. 40, ago – dez, 2013. p. 33-47. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/4810#:~:text=Geografia%20Humana%20e%20Geografia%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o:%20pontos,Mormul%20Professora%20do%20curso%20de%20Geografia%20da>. Acessado em: 29/08/2024. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2013v23n40p33

MORMUL, Najla Mehanna; ROCHA, Márcio Mendes. Análise sobre a Geografia da População e suas manifestações no Pensamento Geográfico. *In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRÁFOS*, 7., 2014, Vitória/ES. Anais eletrônicos [...].

Disponível em:

http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1402967421_ARQUIVO_Artigo-CompletoAGB.pdf. Acesso em: 01/06/2024. ISBN: 978-85-98539-04-1.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, Patrícia Ann. Manual de elaboração de projetos de pesquisa. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EDERJ, 1998.

MOWL, Graham; PAIN, Rachel; TALBOT, Carol. **The ageing body and the homespace**. Area, v. 32. P. 189 – 197. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2000.tb00129.x>. Acessado em: 05/09/2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sustainable Development Goal 4: Educação de qualidade | As Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acessado em: 19/10/2025.

NARSI, Fábio. O Envelhecimento populacional no Brasil/ The aging in Brazil. **Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde**. Eintein (São Paulo); 6 (supl.1): S4-46, 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-516986>. Acesso em 12/09/2024.

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens: Significado de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

NERI, Anita Liberalesso; RESENDE, Marineia Crosara de; CACHIONI, Meire. Atitudes em relação à velhice. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; DOLL, Johannes; GORZONI, Milton Luiz; MOHALLEM, Kalil Lays (Orgs.). **Tratado de**

Geriatrics e Gerontology. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 5ª ed, p. 1316-1323, 2002.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. **Geografia do Envelhecimento – algumas questões para o debate**. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2020.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Reflexões teóricas sobre o cotidiano e a geografia no envelhecimento humano. **Estudos interdisciplinares de envelhecimento**, Porto Alegre, Vol. 20; nº 03, 2015, p. 865-881.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Revisão e aportes sobre a Geografia do Envelhecimento. **Revista Formação (ONLINE)**, v. 1; n. 24, Jan-Abril/2017. P. 34 – 62. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/4856/3780>. Acesso em: 02/02/2023.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Revisão e aportes sobre a Geografia do Envelhecimento. **Revista Formação (ONLINE)**, v. 1: n. 24, p.34-62, 2017.

NUÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO Betânia Leite; SILVA, Ilka Karine P.; CAMPOS, Ana Paula N. A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor. O caso do ensino de ciências. **Revista Ibero Americana de Educación/Educação**, v. 33: n. 1: Número especial. p.1-12, 2003.

OLIVEIRA, Fernando Henrique de. **O envelhecimento do ser no espaço: memórias de idosos em contextos de luta e conquista da terra no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil**. 389p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2022.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acessado em: 19/10/2025.

PEREIRA, Jéssica da Silva. **As múltiplas faces da velhice ao longo do PROSAMIM no Bairro Alvorada na cidade de Manaus – AM**. 2024. 117 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós – Graduação em Geografia), Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais – IFCHS. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus: UFAM, 2024.

PERÉZ, Cristóbal Mendonza. Geografia da População: quantitativos versus teóricos. **Cuadernos de Geografia**, Bogotá; n. 19, 2010, p. 09 -25. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/30574/16835-52785-1-PB.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 13/04/2024.

PETERSON, David A. Educational Gerontology: The State of the Art. *In: Educational Gerontology*, v. 1, n. 1, p. 61 – 73, 1976.

PEYNEAU, Arthur Cardoso; ABREU, Carla Beatriz Carrijo; PALCICH, Simone da Penha Pedrosa; CARVALHIDO, Wallace Ferreira. O livro didático: sua importância para a educação. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 3, n. 1, 2022.

PRIORE, Mary. Del. **Uma história da velhice no Brasil**. [s.l.] Vestígio Editora, 2025.

RAVENSTEIN, Ernest Georg. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167 – 235, Jun. 1885.

REDAÇÃO OAJURICABA. **Manaus 354 anos: história e curiosidades sobre a capital do Amazonas**. Disponível em: <<https://oajuricaba.com.br/manaus-354-anos-historia-e-curiosidades-sobre-a-capital-do-amazonas/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

REFERENCIAL CURRICULAR AMAZONENSE – CEE. Disponível em: <<https://www.cee.am.gov.br/institucional/camara-de-educacao-basica/referencial-curricular-amazonense/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Educação. Política de Educação para o Envelhecimento**. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1978.

SILVA, Eliana Mesquita. **Amazônia: População, Trabalho e Saúde**. TEXEIRA, Pery; BRASIL, Marília Carvalho (Orgs.). Manaus: EDUA, 2012.

SILVA, Ezequiel Teodoro. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. In: **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino**. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

SILVA, Romerito Valeriano da; FERNANDES, Duval Magalhães. Geografia da População: origens e perspectivas. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil – geografia, ação política e democracia, São Luís. **Anais Eletrônicos** [...] Maranhão, 2016. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467052999_ARQUIVO_Artigo_Geografiadapopulacao.pdf. Acesso em: 23/07/2024.

SOARES, Juliana de Souza. **Geografia da velhice na área urbana de Barreirinha – AM: cenários e políticas públicas**. 2024. 143f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós – Graduação em Geografia), Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais – IFCHS. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus: UFAM, 2024.

SORRE, Max. **Geografia**. Org. Francisco Januário Megale. São Paulo: Ática, 1984.

SYLVESTRE, Gina. The geography of aging: a geographical contribution to gerontology. **Prairie Perspectives**. 214 – 224. 1999.

TAVARES, Jéssica Monteiro da Silva; PEREIRA NETO, Claudeci. Aspectos do crescimento populacional: estimativas e uso de indicadores sociodemográficos. **Formação (Online)**, v. 27, n. 50, p. 3 – 36, 2020.

TODARO, Mônica Ávila; CACHIONI, Meire. Envelhecimento como tema transversal na educação básica. **Revista Teias do Conhecimento**, Vol. 1; nº 1, 2021. p. 9-25. ISSN: 2763-6739.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VEIGA, Edison. Hospital treina funcionários para atender melhor aos idosos. **Jornal Estadão**, São Paulo, 7 de maio de 2015. Disponível em: https://www.estadao.com.br/sao-paulo/edison-veiga/hospital-treina-funcionarios-para-atender-melhor-aos-idosos/?srsltid=AfmBOop5SuXEKX_OUFJ_MJ0NWjlUd0PtU6t3W9Es8sPT4sWuj58pvMoH . Acesso em: 20. out. 2023.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado. In: **Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007, p. 21-35.

VIEIRA, Antônio Fábio Guimarães. **Desenvolvimento e distribuição de voçorocas em Manaus (AM): principais fatores controladores e impactos urbano ambientais**. (Tese de Doutorado), Florianópolis: UFSC, 2008.

WHITAKER, Dulce.Consuelo.Andreatta. **Envelhecimento e poder**. Campinas: Alínea, 2007.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à Geografia da População**. Tradução de Fausto Guimarães. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

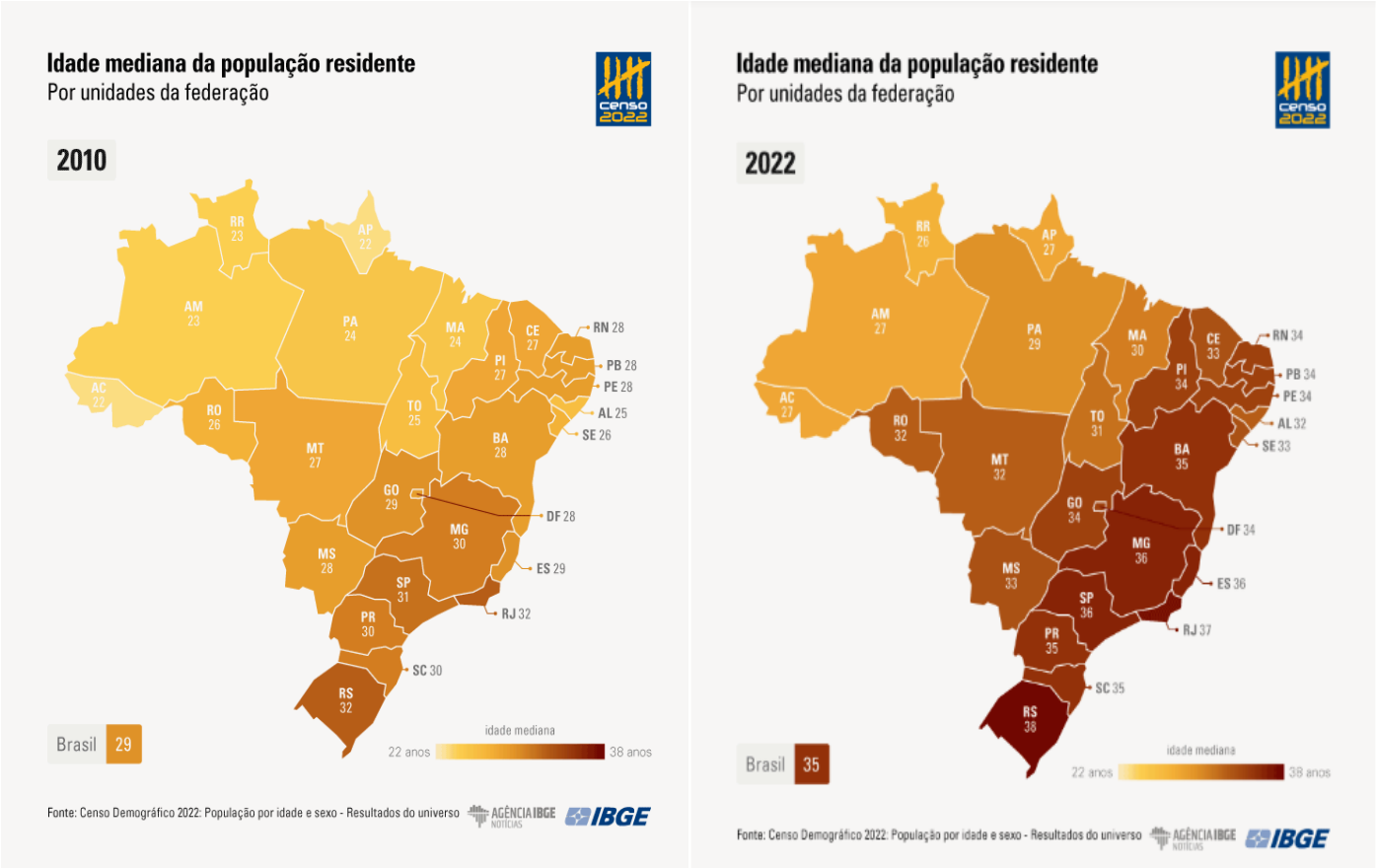
ANEXOS

Anexo 1 – Idade mediana, índice de envelhecimento (parâmetro 60 anos ou mais de idade) e razão de sexo, segundo as Unidades da Federação – 2010/2022

Unidades da Federação	Idade Mediana		Índice de envelhecimento		Razão de sexo	
	2010	2022	2010	2022	2010	2022
Brasil	29	35	30,7	55,2	96,0	94,2
Rondônia	26	32	17,3	36,8	103,6	99,3
Acre	22	27	12,8	23,8	100,8	100,2
Amazonas	23	27	12,2	21,7	101,3	99,5
Roraima	23	26	10,5	17,4	103,3	101,3
Pará	24	29	15,3	29,6	101,7	99,6
Amapá	22	27	10,4	20,3	100,2	98,7
Tocantins	25	31	20,3	37,2	103,1	100,4
Maranhão	24	30	19,5	34,8	98,4	96,6
Piauí	27	34	28,0	51,1	96,1	95,8
Ceará	27	33	29,3	50,6	95,1	93,8
Rio Grande do Norte	28	34	30,4	53,0	95,7	93,8
Paraíba	28	34	33,8	53,0	93,9	93,3
Pernambuco	28	34	28,8	48,7	92,7	91,2
Alagoas	25	32	20,6	39,3	94,0	91,9
Sergipe	26	33	22,8	43,0	94,5	91,8
Bahia	28	35	28,3	52,6	96,4	93,6
Minas Gerais	30	36	36,3	68,6	96,9	95,2
Espírito Santo	29	36	30,8	58,1	97,1	95,2
Rio de Janeiro	32	37	42,2	73,6	91,2	89,4
São Paulo	31	36	36,5	66,3	94,8	93,0
Paraná	30	35	33,0	59,2	96,6	95,1
Santa Catarina	30	35	31,8	55,8	98,5	97,2
Rio Grande do Sul	32	38	44,6	80,4	94,8	93,4
Mato Grosso do Sul	28	33	26,5	43,6	99,3	96,9
Mato Grosso	27	32	20,0	34,0	104,3	101,3
Goiás	29	34	26,1	45,3	98,7	96,6
Distrito Federal	28	34	21,0	46,5	91,6	91,1

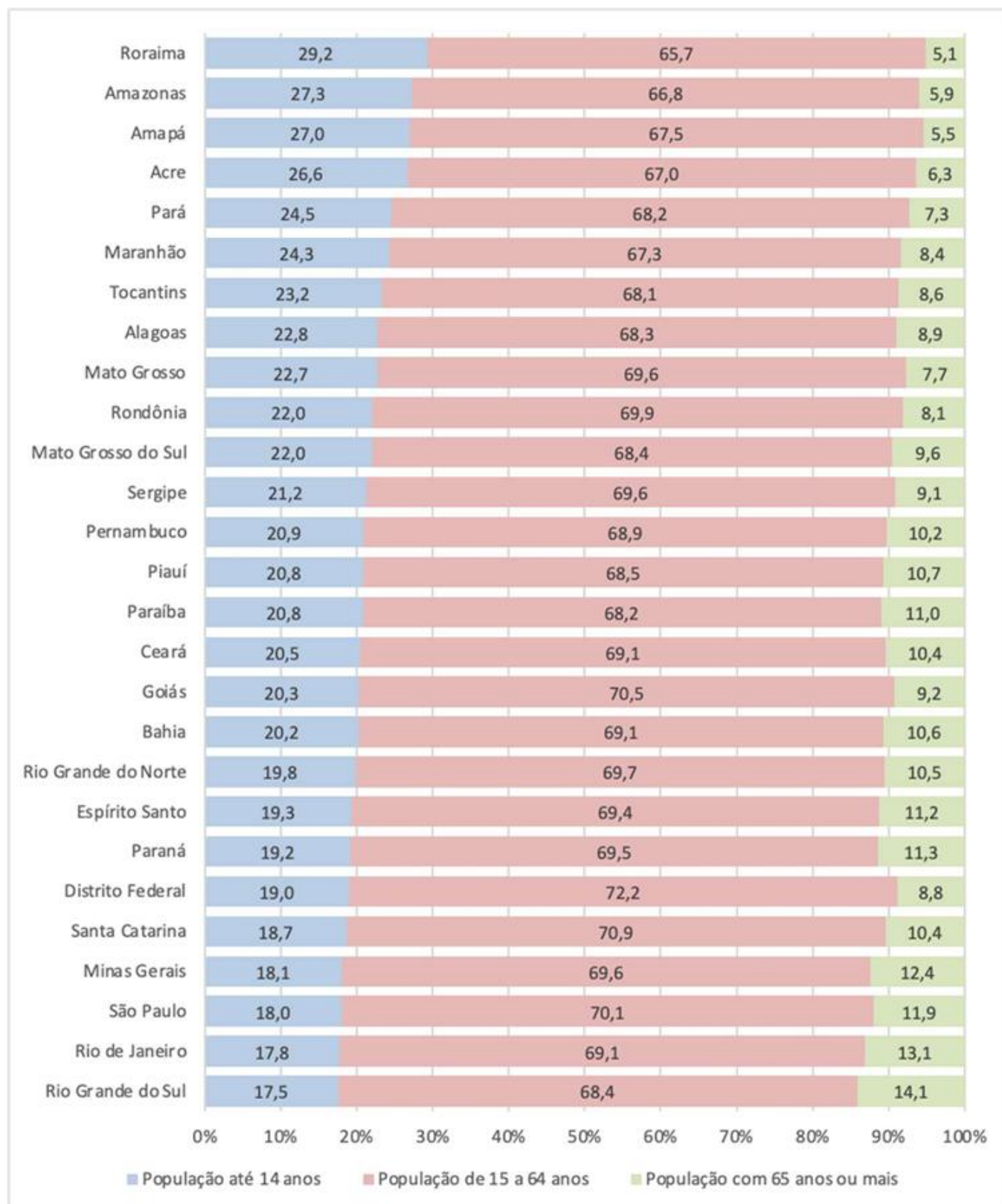
Fonte: IBGE, 2022

Anexo 2 – Idade Mediana por unidade federativa do território brasileiro



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do Universo.

Anexo 3 – Proporção da população residente por grupos de idade específicos, ordenado pela maior proporção até 14 anos, segundo as Unidades da Federação - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Anexo 4 – Leis municipais voltadas para a Pessoa Idosa no recorte espacial de 2002 a 2016

Lei	Descrição
Lei nº 661, de 10 de Junho de 2002	Assegura direito à prioridade de atendimento em hospitais e postos de saúde (exceto emergenciais), sediados na cidade de Manaus, às pessoas idosas e aos portadores de deficiência física sensorial e mental.
Lei nº 138, de dezembro de 2004	Dispõe sobre a criação do programa permanente de capacitação e treinamento para motoristas, cobradores e fiscais de empresas de transporte coletivo urbano, direcionado ao atendimento a idosos gestantes deficientes e dá outras providências.
Lei nº 145, de 17 dezembro de 2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as agências bancárias, no âmbito do município de Manaus, abrirem mais cedo para atender a pensionistas públicos, especialmente idosos e deficientes.
Lei nº 806, de 17 de novembro de 2004	Torna obrigatória a hospitais da rede pública e privada a fixação de avisos esclarecendo aos idosos o direito de terem um acompanhante em caso de internação.
Lei nº 807, de 17 de novembro de 2004	Institui a publicação de informativos de divulgação dos direitos e garantias preceituados no estatuto do idoso nos órgãos repartições hospitais e transporte públicos.
Lei nº 895, de 03 de novembro de 2005	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os shopping centers e similares disponibilizar as cadeiras de rodas e deficientes físicos e idosos e dá outras providências.
Lei nº 980, de 29 de maio de 2006	Dispõe sobre a reserva de habitações populares a idosos carentes.
Lei nº 1.441 de 09 de abril de 2010	Institui no âmbito do município de Manaus o programa “Minha Casa Minha vida” - PMCMV vinculada ao programa federal Minha Casa Minha Vida criado pela lei federal 1.977, de 7 de julho de 2009, essa lei tem como um de seus objetivos criar políticas habitacionais para os idosos portadores de necessidades especiais e servidores públicos municipais.
Lei nº 1.405 de 18 de janeiro 2010	Dispõe sobre a reserva de vantagem e apartamentos térreo para idosos e pessoas com deficiência física nos conjuntos populares e dá outras providências.
Lei nº 1.515 de 6 de outubro de 2010	Dispõe sobre a criação do fundo municipal de direitos do idoso.
Lei nº 2.094 de 22 de janeiro de 2016	Que torna preferencial todos os centros de ônibus do transporte público na cidade de Manaus aos passageiros com prioridade.

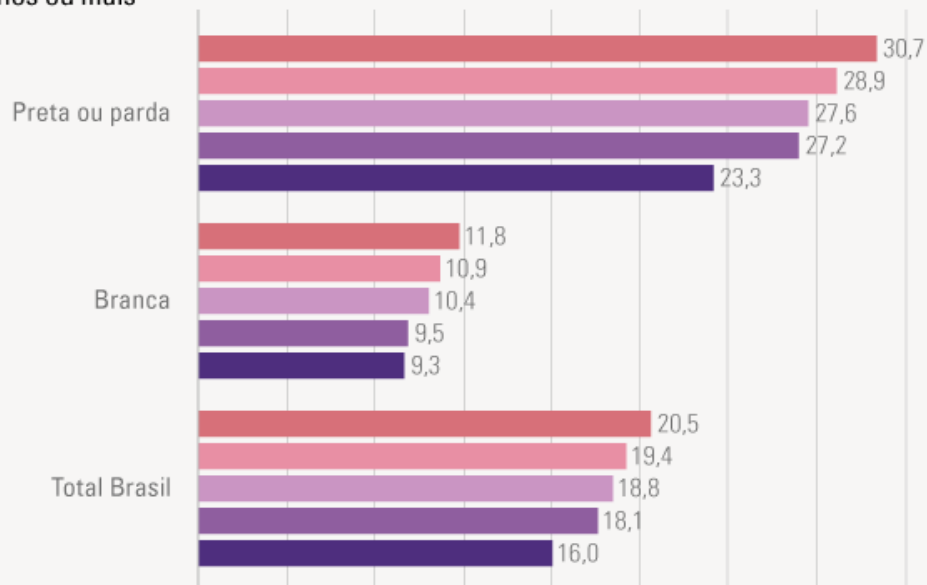
Fonte: Elaborado pela autora, com bases no dados de Pereira, 2024, p. 79.

Anexo 5- Taxa de analfabetismo - Brasil

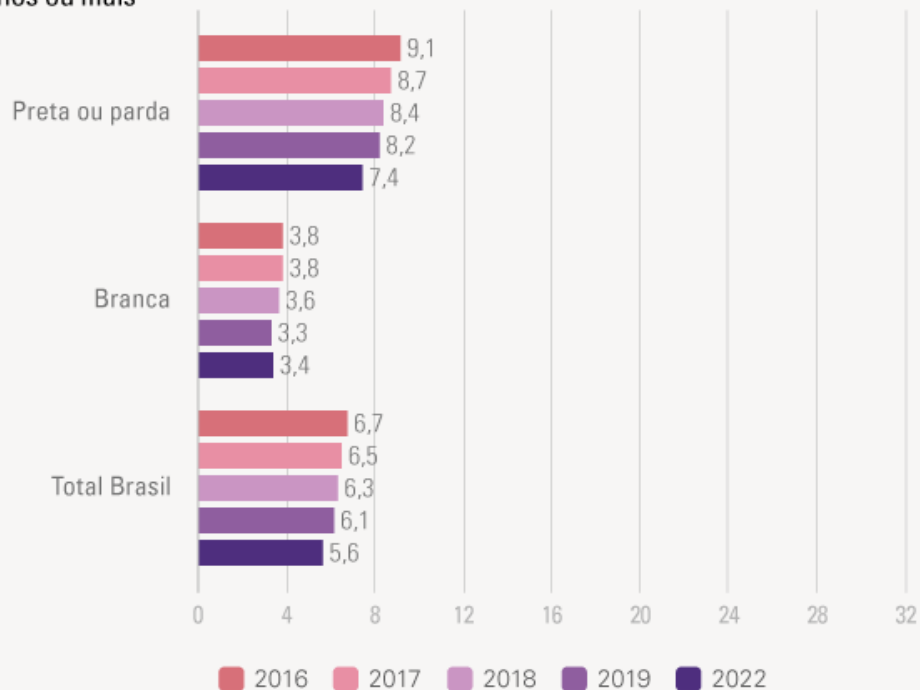
Taxa de analfabetismo - Brasil

Segundo grupos de idade e cor ou raça (%)

60 anos ou mais



15 anos ou mais



Fonte: PNAD Contínua Educação - 2022

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

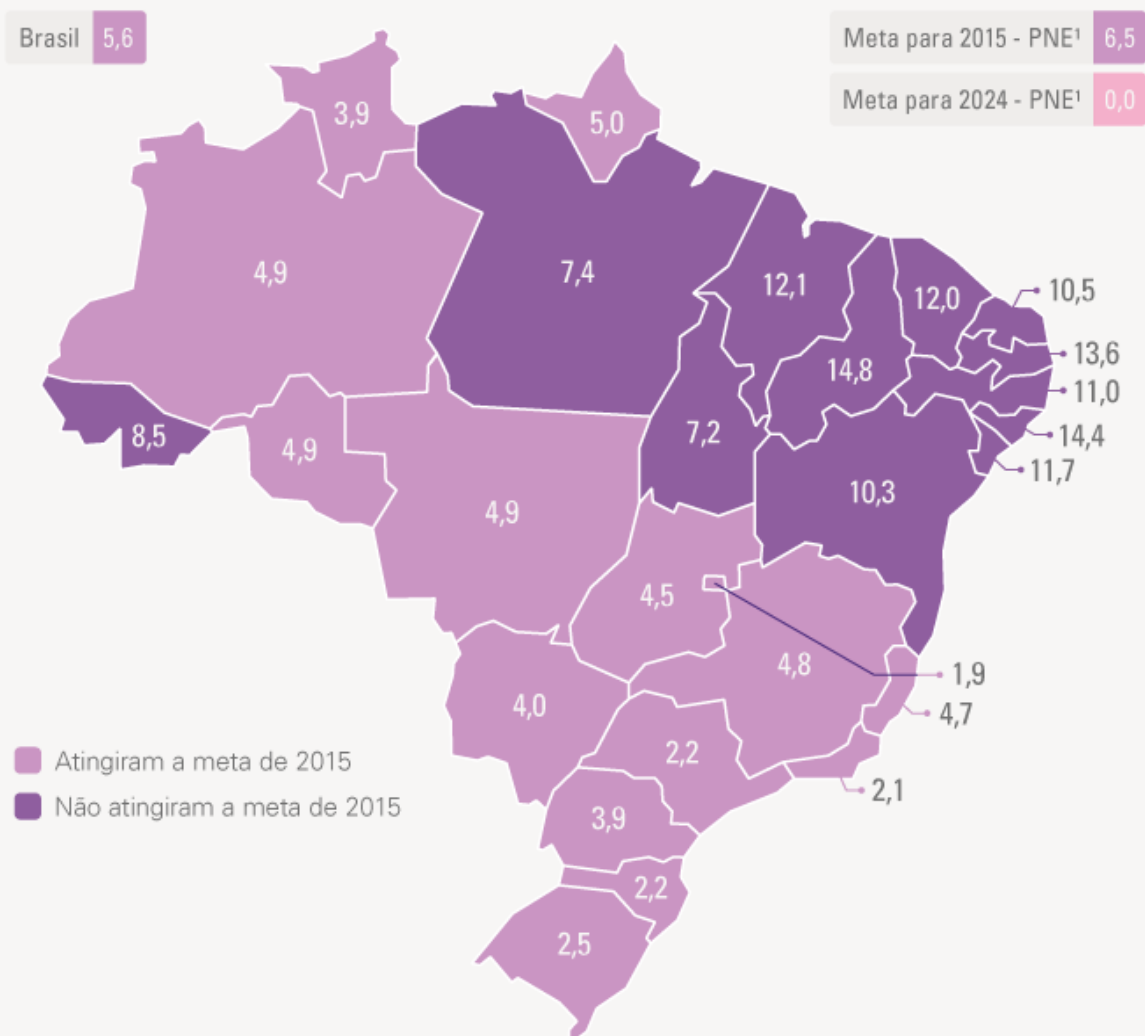
IBGE

Fonte: PNAD Contínua Educação - 2022

Anexo 6 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)

Por unidades da federação



¹Plano Nacional de Educação

Fonte: PNAD Contínua Educação - 2022

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

IBGE

Fonte: PNAD Contínua Educação - 2022

Anexo 7 – Carta de apresentação da pesquisadora para o comando e administração da escola**Poder Executivo****Ministério da Educação****Universidade Federal do Amazonas**

IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestrado Conceito 4 - Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95 - Credenciado pela CAPES em set/2000

Reconhecido através da Portaria N. 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Manaus, 08 de agosto de 2023.

Prezado (a)

Por meio desta apresentamos a pesquisadora **Lilian Francisca da Silva Oliveira Schüller**, estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus sede, que está realizando a pesquisa intitulada **“POR UMA GERONTOGEOGRAFIA: CONHECENDO O VELHO PARA TRABALHAR O NOVO – UMA ESTRATÉGIA DE COMO INSERIR A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA EM SALA DE AULA – E.E.T.I MARCANTONIO VILAÇA II”**. Sendo assim, viemos através desta, solicitar sua autorização para execução e coleta de dados em sua instituição.

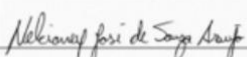
Por este motivo, dirigimo-nos a V. S^a solicitando autorização para se fazer inicialmente uma visita. Solicitamos ainda, autorização para coleta de dados, que tem como instrumento questionário e entrevista semiestruturada e a realização de atividades lúdicas com os docentes e discentes da instituição.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas, bem como garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do profissional e do discente entrevistado.

Ainda queremos dizer-lhe que uma das metas para a realização da pesquisa deste estudo é o comprometimento desta pesquisadora em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicitamos-lhe, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta futura profissional e, da pesquisa científica em nossa região. Colocamo-nos à vossa disposição na Universidade Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,


 Prof^o Dr. Nelcione José de Souza Araújo – UFAM
 Orientador

Anexo 8 – Formulário dos professores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÍVEL MESTRADO



FORMULÁRIO PARA OS PROFESSORES

Este formulário tem como objetivo principal a coleta de dados que serão utilizados na dissertação de mestrado.

Disciplina: _____

- 1- Analise a foto ao lado, como você se refere as pessoas dessa imagem?



- 2- Você conhece o art. 22 da lei 10741/03, que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimento sobre a matéria? Você já havia pensado em trabalhar a Pessoa Idosa em sala de aula, como objeto de estudo? Qual sua opinião a respeito da Lei?

- 3- É possível trabalhar a Pessoa Idosa em sua disciplina? Justifique sua resposta.

() Sim _____
() Não _____
() Não sei _____

- 4- Existe um conteúdo específico que poderia ser trabalhado a Pessoa Idosa em sua disciplina? Ou qual conteúdo poderia ser adaptado para trabalhar a Pessoa Idosa em suas aulas?

- 5- Deixe uma sugestão para que possa ser trabalhada a pessoa idosa, não só em sala de aula, mas como em todos os ambientes da escola.

Anexo 9 – Termo de autorização de uso de nome, imagem e voz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÍVEL MESTRADO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, IMAGEM E VOZ

Eu, _____, nacionalidade _____,
 estado civil _____, portador da cédula de identidade RG nº _____,
 inscrito no CPF nº _____, residente _____,
 tendo como base a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 9.610/1998 autorizo a mestrandia Lilian Francisca da Silva
 Oliveira Schüler, Manaus, Amazonas, a utilização de meu nome, minha imagem e o som da minha voz, nas
 obras acadêmicas por ela produzida a partir da coleta de dados em sua pesquisa intitulada POR UMA
 GERONTOGEOGRAFIA: CONHECENDO O VELHO PARA TRABALHAR O NOVO: UMA ESTRATÉGIA
 DE COMO INSERIR A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA EM SALA DE
 AULA – E. E. T. I MARCANTONIO VILAÇA II – 2º CMPM, sejam essas destinadas à divulgação ao público
 em geral e/ou apenas para uso interno desta instituição de ensino, desde que não haja desvirtuamento da
 finalidade pedagógica.

A presente autorização é concedida a título não oneroso, abrangendo o uso acima mencionado
 em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e sem limite de tempo ou
 número de utilizações, ficando eleito o foro da comarca de Manaus para dirimir eventuais conflitos dele
 oriundos.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que
 nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino
 a presente autorização.

Manaus, ____/____/202__

 Licenciante

Anexo 10 – Termo de autorização de uso de nome, imagem e voz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÍVEL MESTRADO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, IMAGEM E VOZ

Eu, _____, nacionalidade _____,
 estado civil _____, portador da cédula de identidade RG nº _____,
 inscrito no CPF sob o nº _____, residente _____,
 tendo como base a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 9.610/1998 autorizo a mestranda Lilian Francisca da Silva
 Oliveira Schüler, Manaus, Amazonas, a utilização do nome, imagem e o som da voz, nas obras acadêmicas
 por ela produzidas a partir da coleta de dados em sua pesquisa intitulada POR UMA
 GERONTOGEOGRAFIA: CONHECENDO O VELHO PARA TRABALHAR O NOVO: UMA ESTRATÉGIA
 DE COMO INSERIR A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA EM SALA DE
 AULA – E. E. T. I MARCANTONIO VILAÇA II – 2º CMPM, do
 menor _____, CPF
 nº _____, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou
 apenas para uso interno desta instituição de ensino, desde que não haja desvirtuamento da finalidade
 pedagógica.

A presente autorização é concedida a título não oneroso, abrangendo o uso acima mencionado
 em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e sem limite de tempo ou
 número de utilizações, ficando eleito o foro da comarca de Manaus para dirimir eventuais conflitos dele
 oriundos.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que
 nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino
 a presente autorização.

Manaus, ____/____/202____

Licenciante

Anexo 11 - Formulário para a administração escolar

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÍVEL MESTRADO



FORMULÁRIO PARA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Este formulário tem como objetivo principal a coleta de dados que serão utilizados na dissertação de mestrado.

- 1- Como a escola vê a Pessoa Idosa dentro da comunidade escolar? Há alguma referência de como a Pessoa Idosa pode ser trabalhada no âmbito escolar no PPP da escola?**

- 2- Há projetos na escola voltados a trabalhar a Pessoa Idosa?**

- 3- Existe alguma verba específica enviada pelo Governo Federal ou Estadual para trabalhar a Pessoa Idosa no ambiente escolar?**

- 4- A escola tem conhecimento da lei 10741/03, art. 22, que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimento sobre a matéria?**

() Sim
 () Não

- 5- Você tem alguma sugestão de como a Pessoa Idosa pode ser trabalhada no ambiente escolar, uma visão do administrativo para a comunidade?**

 Assinatura

Anexo 12 – Formulário para os alunos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÍVEL MESTRADO

**FORMULÁRIO PARA OS ALUNOS**

Este formulário tem como objetivo principal a coleta de dados que serão utilizados na dissertação de mestrado.

1- Quando você pensa em uma Pessoa Idosa, quais são as três primeiras palavras que vêm à sua mente?

2- Você acha que a escola fala o suficiente sobre o envelhecimento e o papel das Pessoas Idosas na sociedade?

- (....) Às vezes.
(....) Raramente.
(....) Nunca.

3- Como você descreveria a imagem da Pessoa Idosa mostrada na televisão, nas redes sociais e nos filmes?

- (....) É uma imagem positiva, mostra sabedoria e experiência.
(....) É uma imagem neutra, sem muito destaque.
(....) É uma imagem negativa, mostra o idoso como fraco ou dependente.
(....) Nunca parei para pensar nisso.

4- Você já teve alguma experiência de aprendizado ou convivência com uma pessoa idosa (em casa, na comunidade ou na escola)? O que aprendeu com isso?

5- Na sua opinião, o que a escola poderia fazer para valorizar mais as pessoas idosas e ensinar sobre o envelhecimento?

Anexo 13 – Textos motivadores – Redação – 3ª série (1)



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS
2º COLÉGIO MILITAR DA POLÍCIA MILITAR



Aluno (a):		Nº
Professor: Me. Maison dos Anjos		
Comandante:		
Série: 3ª	Turma: () 01 () 02 () 03 () 04	Nota:
Data:	Turno: INTEGRAL	

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE AVALIATIVA:

- 1- Preencha corretamente o cabeçalho antes de iniciar a prova.
- 2- Leia com atenção as questões antes de respondê-las.
- 3- Utilize caneta azul ou preta para responder as questões.
- 4- Não haverá revisão de correção nas questões respondidas a lápis.
- 5- As questões rasuradas serão automaticamente anuladas.
- 6- Não é permitido o uso de corretivo.
- 7- Usar de meios ilícitos (cola) para a resolução da prova é considerado transgressão disciplinar grave. Considera-se nessa situação o aluno que portar (ainda que não use) material de estudo não permitido para consulta, bem como os alunos que estiverem conversando durante a aplicação da prova.
- 8- Em Matemática, somente tem validade para correção as respostas completas, ou seja, com seus devidos cálculos (desenvolvimento).
- 9- As folhas de rascunho devem ser identificadas com nome, série e turma do aluno.
- 10- Serão avaliadas a clareza das respostas, correção gramatical e letra legível; a cada CINCO erros de ortografia ou acentuação serão diminuídos 0,1 do valor total da prova.

VERIFICAÇÃO CORRETE DE LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO: 2º TRIMESTRE /2025

Proposta de Redação – A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Impactos do envelhecimento da população brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Mundo terá 10,9 bilhões de pessoas em 2100, diz relatório da ONU

Aumento e envelhecimento da população serão contínuos, mas desiguais entre os países; Brasil, com 212 milhões de habitantes, cresce até 2045, mas encolherá até o fim do século.

O que está acontecendo com a população mundial e na maioria dos países é que a taxa de fecundidade tem caído desde o século XX, enquanto a expectativa de vida está aumentando. Isso provoca uma mudança na estrutura etária — explica o professor José Eustáquio Alves, pesquisador e doutor em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Até o fim do século, octogenários e centenários se multiplicarão. A expectativa de vida global, hoje de 72,6 anos, deve chegar à média de 77,1 em 30 anos. Esse envelhecimento, no entanto, não se distribuirá igualmente: em nações mais pobres, a expectativa de vida já é mais de sete anos menor do que a média global. O Brasil é um dos países que terão o envelhecimento mais rápido. Lá para 2080, teremos mais idosos acima de 80 anos do que crianças e jovens de até 14 anos. É um envelhecimento muito profundo e muito acelerado — afirma Alves.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mundo-tera-109-bilhoes-de-pessoas-em-2100-diz-relatorio-da-onu-23747170>

Anexo 14 – Textos motivadores – Redação – 3ª série (2)

TEXTO II



Disponível em: <https://www.culturamix.com/cultura/curiosidades/aposentadoria-no-brasil-previdencia-social-e-privada/>

TEXTO III

Envelhecimento da população prejudica economia, mas beneficia serviços de saúde

O envelhecimento da população vai ter, globalmente, efeitos negativos sobre a economia, apesar de beneficiar indústrias como a dos instrumentos médicos, medicamentos e serviços de saúde, conclui um estudo sobre os impactos económicos do envelhecimento.

Neste trabalho, os investigadores do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) Paula Albuquerque e com João Carlos Ferreira Lopes, quantificam alguns destes efeitos sobre o consumo e a evolução da procura em 55 indústrias nacionais.

“Globalmente, os efeitos do envelhecimento são prejudiciais à economia. O crescimento dos sectores que vão ser estimulados não compensa os que vão ser prejudicados”, declarou Paula Albuquerque à Agência Lusa.

Em 2006, as estatísticas oficiais contabilizavam um milhão e 820 mil pessoas com mais de 65 anos (20 por cento da população com mais de 15 anos). Em 2060, serão praticamente o dobro (um milhão e 351 mil pessoas, ou seja, 37 por cento da população com mais de 15 anos).

Os economistas analisaram os efeitos das alterações demográficas sobre 55 setores de atividade e concluíram que as indústrias ligadas à saúde, como era expectável, vão ser mais procuradas.

Entre os sectores que previsivelmente vão ser estimulados, destacam-se o de “instrumentos médicos, ópticos e de precisão e relógios”, em que se prevê que a procura aumente 31 por cento em 2060, e o dos produtos químicos, associados aos medicamentos (24 por cento).

O estudo antecipa igualmente maior procura de atividades ligadas à construção (16 por cento) e um aumento do consumo de água, luz e gás (12 por cento), já que “as pessoas mais velhas estão mais tempo em casa”, justificou Paula Albuquerque.

Também a indústria da pesca deverá crescer porque “a população idosa, tendencialmente, consome mais peixe do que os mais jovens”.

Mas o estudo conclui também que há sectores que vão sofrer um impacto negativo como os que estão ligados à administração pública e defesa (-14 por cento), educação (-12 por cento), equipamentos de escritório e computadores (-8 por cento) e indústrias de rádio, televisão e telecomunicações (-7 por cento).

O estudo realça que, embora possa existir um aumento do valor da produção (“gross output”), o valor acrescentado e o emprego decrescem e aumenta a importação de bens de produção. Além disso, “os sectores mais estimulados são os que apresentam níveis de formação abaixo da média”.

Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/03/22/sociedade/noticia/envelhecimento-da-populacao-prejudica-economia-mas-beneficia-servicos-de-saude-1428854>

- O texto com 20 (vinte) linhas escritas será considerado texto em branco
- O texto deve ter, no máximo, 30 linhas.
- Não reproduzir os textos motivadores.
- A redação será avaliada obedecendo seis níveis (0,1,2,3,4,5) com valores (zero a um), cada um.

Anexo 15 – Declaração de veracidade

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
2º CMPM - MARCANTONIO VILAÇA II
DECRETO LEI Nº 29.720 DE 15 DE MARÇO DE 2010
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 6

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE**

Declaramos para devidos fins que a pesquisadora **LILIAN FRANCISCA DA SILVA OLIVEIRA SCHULER**, CPF **976760202-04**, realizou sua pesquisa acadêmica neste estabelecimento de ensino com o título: **POR UMA GERONTOGEOGRAFIA: CONHECENDO O VELHO PARA TRABALHAR O NOVO: UMA ESTRATÉGIA DE COMO INSERIR A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA EM SALA DE AULA - EETI MARCANTONIO VILAÇA II - 2º CMPM.**

Na oportunidade apresentamos votos de consideração e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Manaus, 17 de outubro de 2025.

JAMES LEE TAVEIRA HOLANDA
Adm. Escolar/Port. GSEAC 002/22
EETI Marcantonio Vilaça II - 2º CMPM

James Lee Taveira Holanda
 A. m. Escolar/Port. GSEAC 002/22
 CMPM 2º EETI Marcantonio Vilaça II